

Ciências Humanas



Rubens Gonzaga Modesto

SOBRE CORAGEM E RESISTÊNCIA

Contando a história de Leona,
professora e mulher trans.

SOBRE CORAGEM E RESISTÊNCIA

Contando a História de Leona,
Professora e Mulher Trans



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora**UFOP**

Diretor Executivo

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Coordenador Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Francisco José Daher Jr (Coord. de Comunicação Institucional)
Paulo de Tarso Amorim Castro (Presidente do Conselho Editorial)
Marcos Eduardo Carvalho Golçalves Knupp (PROEX)
Sérgio Francisco Aquino (PROPP)
Tânia Rossi Garbin (PROGRAD)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha
Prof. Dr. Douglas da Silva Tinti
Prof. Dr. Flávio Pinto Valle
Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Rubens Gonzaga Modesto

SOBRE CORAGEM E RESISTÊNCIA

Contando a História de Leona,
Professora e Mulher Trans

1ª Edição

Ouro Preto
2023



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Editora UFOP

Diagramação

Laís Nagayama

Ficha Catalográfica

(Elaborado por: Elton Ferreira de Mattos - CRB6-2824, SISBIN/UFOP)

M691s Modesto, Rubens Gonzaga.

Sobre coragem e resistência [recurso eletrônico] : contando a história de Leona, professora e mulher trans / Rubens Gonzaga Modesto. – 1. ed.

– Ouro Preto : Editora UFOP, 2023.

1 recurso on-line (234 p.: il. : color.) : pdf

1. Professoras-Transsexualidade. 2. Transfobia. 3. Educação. I.

Título.

CDU: 305:37.043

ISBN 978-65-89785-26-2

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora. A originalidade dos conteúdos e o uso de imagens são de responsabilidade do autor da obra.

Obra aprovada no Edital Discente - 02/2019 e publicada apenas no ano de 2023 em decorrência dos prejuízos operacionais causados pela PANDEMIA DO COVID-19.

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação Institucional, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.edu.br

(31) 3559-1463

Aos meus pais, Laura e Nelito, que são um exemplo de amor, respeito, perseverança e tolerância.

AGRADECIMENTOS

Galos sozinhos não tecem manhãs...

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

É chegado o momento de agradecer. A todos aqueles que me ajudaram a tecer esta manhã, desde quando tênue ideia, desde semente à espera de germinar. Àqueles que apanharam o grito, que cruzaram seus gritos ao meu e muito, muito, contribuíram para que essa manhã se erguesse.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades que se criaram, que se transformaram, que se descortinaram.

Aos meus pais, Laura e Nelito, cujas mãos calejadas, cujas frentes verteram suor e lágrimas para que eu tivesse as oportunidades que lhes foram negadas. Essa dissertação também é de vocês. Pois foi por meio de suas renúncias, dos valores a mim repassados que cheguei até aqui. Obri-

gado por me ensinarem o valor do silêncio, da renúncia, da persistência, da coragem, da importância de cada passo e dos percalços da caminhada. Por me ensinarem que mais importante que almejar o topo é não se esquecer das minhas raízes. De que a simplicidade e o altruísmo são importantes qualidades na vida de um ser humano. Amo vocês! Agradeço por nunca desistirem de mim!

À Gislene, Luciene, Elienne e Rosilene, amadas irmãs a quem devo eterna gratidão. Aos meus irmãos Robson e Reginaldo que, embora não partilhem mais suas vidas terrenas conosco, estão a velar por nós, onde estejam! Um dia nos reencontraremos.

Aos meus sobrinhos Rômulo, Vivian, Victor, Anna Beatriz, Marcus Vinicius e Matheus pela presença iluminadora em minha vida.

Ao meu companheiro Cláudio, por entender minhas ausências, pelo amor e parceria constantes! Por acreditar no meu potencial, por sonhar esse sonho comigo! Indubitavelmente, esta manhã não seria tecida sem você ao meu lado!

À Danny, amiga-irmã que sempre me incentivou e me ouviu por diversas vezes, contar e recontar minhas angústias durante todo o mestrado.

À Viviane Scalon, pelas inúmeras contribuições, por ser o ouvido atento e cuidadoso durante o mestrado e durante todo esse tempo que somos amigos.

Aos amigos que fiz no mestrado, em especial, Ana, Valdete e Denise! Saibam que “quem tem um amigo, mesmo que um só, não importa onde se encontre, jamais sofrerá de solidão; poderá morrer de saudades, mas não estará só” (Amir Klink).

Ao meu orientador, Marco Antônio Torres, por partilhar seus vastos conhecimentos e ensinamentos. Eu não poderia ter escolhido um orientador melhor! Obrigado por apanhar meu grito, moldá-lo, lançá-lo e entrelaçá-lo à sua teia, por ajudar a tecer a minha manhã. Palavras são escassas para expressar a admiração que sinto pelo profissional que você é e pelo amigo que se tornou! Obrigado por acreditar em meu potencial de uma forma a que eu não acreditava ser capaz de corresponder.

Às professoras Sheila Alves e Karla Cunha, cujas contribuições, respectivamente, em metodologia e narrativas foram essenciais para esse trabalho.

Agradeço também, à banca de qualificação, nas pessoas do professor Marco Aurélio Máximo Prado e Célia Maria Nunes, cujas considerações foram de suma importância para esse trabalho. Obrigado, Marco por fazer com que eu abandonasse velhas metáforas e, assim, possibilitar que essa pesquisa seguisse uma trajetória mais interessante. Célia, suas palavras emocionadas fizeram-me crer que eu estava no caminho certo. Muito obrigado!

À Universidade Federal de Ouro Preto pela oportunidade e incentivo para que seus funcionários se qualifiquem cada vez mais.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação, em especial ao secretário Lucas, sempre solícito no atendimento às demandas de todos os alunos.

Agradeço a todos que contribuíram disponibilizando seu tempo, suas experiências e vivências para essa pesquisa.

E, por último, mas não menos importante, à Leona Freitas. Essa manhã não seria tecida, tampouco teria rompido a noite escura, sem tamanha generosidade em contar sua história, em despir-se de suas narrativas e partilhá-las comigo. Por mais que eu tente, nunca conseguirei agradecer toda a sua disponibilidade, paciência, coragem e sabedoria. Desejo-lhe suas manhãs sejam tecidas com esplêndidas alvoradas e que sua jornada seja repleta de conquistas e reconhecimentos. Obrigado por ser essa pessoa tão incrível!

A todos vocês, meu eterno obrigado!

“E essa coragem, eu nem sei de onde vem. Eu acho que herdei uma característica da minha mãe. Eu sempre vi muitos defeitos na relação conflituosa no casamento dela com meu pai, mas ao mesmo tempo, eu tenho uma coisa dela que eu achava que eu não tivesse, aliás, eu nem identificava, mas eu acho que meus irmãos não têm tanto, que é a capacidade de superação.

Eu tenho essa capacidade que ela teve de superar todos os conflitos... eu acho que eu tenho também. Porque eu fiquei, eu não absorvi tantas coisas negativas, das... das rasteiras que a vida me... [deu]... eu acho que soube absorver muito bem... e eu que dei uma rasteira aí. E, minha mãe tem muito isso também. E eu acho que isso aí, eu tenho dela”.

Leona Freitas

Esta obra foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir do Edital nº 002/2019 da Editora UFOP, para editoração eletrônica de trabalhos originados de teses e dissertações.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor Prof. Dr. Sérgio Francisco Aquino

Programa de Pós-Graduação em Educação

Coordenador Profa. Dra. Regina Magna Bonifácio de Araújo

Orientador Prof. Dr. Marco Antônio Torres

Comissão Editorial

Profa. Dra. Margareth Diniz

Prof. Dr. José Rubens Jardimino

Prof. Dr. Carlos Bauer Souza

Prof. Dr. Gilberto Aparecido Damiano

SUMÁRIO

17	PREFÁCIO
21	INTRODUÇÃO
	CAPÍTULO 1
31	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DO CAMPO
39	1.1 Sobre “outras Leonas”: estabelecendo os marcadores da narrativa
46	1.2 Quem é a Leona de que se busca contar uma história?
50	1.3 Escolhendo os caminhos para se contar a história de Leona
59	1.3.1 No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho: percursos e percalços
	CAPÍTULO 2
69	DIÁLOGOS NECESSÁRIOS: FALANDO DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO
73	2.1 Os nômades da norma
76	2.2 Transidentidade no singular, <i>transidentidades</i> no plural
82	2.3 Os vários reflexos no espelho: a desconstrução da ideia de um sujeito transexual universal
88	2.3.1 O reflexo de Leona no espelho das transidentidades
96	2.4 Transfobia: as pedras na geni
107	2.4.1 Quando o preconceito começa em casa
118	2.4.2 Dentre os muros da escola: a trajetória escolar de Leona
	CAPÍTULO 3
133	TRANSFORMANDO-SE EM PROFESSORA
144	3.1 Ela é trans? E agora?
160	3.2 A relação com os demais funcionários
162	3.3 O que diz o nome?
164	3.3.1 O nome social
173	3.4 A relação com os alunos: a tia Albert!
180	3.5 A relação com os pais
187	3.6 As redes de apoio sociais

CAPÍTULO 4

195 TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: O QUE A ESCOLA TEM A VER
COM ISSO?

200 4.1 Na escola se aprende que a diferença faz a diferença?

209 CONSIDERAÇÕES FINAIS

215 REFERÊNCIAS

233 SOBRE O AUTOR

LISTA DE FIGURAS

100 FIGURA 1 - Assassinatos de Pessoas Trans no Mundo (Fonte: TRANS-REPECTR, 2016)

LISTA DE QUADROS

42 QUADRO 1 - Professoras trans entrevistadas por pesquisadores brasileiros

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
APA – Associação Americana de Psiquiatria
BSH – Brasil Sem Homofobia
CAMS – Comissão Nacional de Articulação com os Movimentos Sociais
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFM – Conselho Federal de Medicina
CID 10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT
CSN – Conselho Nacional de Saúde
DSM – Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais
EBLGT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros
FPA – Fundação Perseu Abramo
HBIGDA – Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MEC – Ministério da Educação
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
PEB I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
PT – Partido dos Trabalhadores
PY – Princípios de Yogyakarta
Rede Trans Brasil – Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SME – Secretaria Municipal de Educação
STP – Campanha Internacional Stop Trans Pathologization
TGEU - Transgender Europe

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

LEGENDA PARA COMPREENSÃO DAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Recurso utilizado	Significado
Mudanças de linha	Separação de sentenças
Reticências	Pequenas pausas
Negrito	Ênfase dada pelo narrador à determinada palavra
Itálico	Grafia incorreta de algumas palavras buscando maior proximidade com a sua pronúncia na oralidade
Palavras grafadas totalmente em letras maiúsculas	Pronúncias enfatizadas em volume mais alto
Repetição de vogais	Sílabas alongadas
Colchetes	Inclusão de observações do pesquisador (seja para inserção de informações necessárias à compreensão do que é dito ou para indicação de performances da entrevistada).

Adaptação do método de transcrição utilizado por Luciana Hartmann (2012)

PREFÁCIO

O livro sobre *CORAGEM E RESISTÊNCIA: CONTANDO A HISTÓRIA DE Leona, PROFESSORA E MULHER TRANS* é fruto da dissertação de mestrado de Rubens Gonzaga Modesto, porém vai além de um exercício acadêmico. O texto nos diz do encontro entre um pesquisador e uma educadora de grande coragem. Leona é uma professora que nos ensinou muito sobre a arte de viver e educar em meio às injustiças da vida. Você que tem este livro em mãos, poderá participar desse encontro e desfrutar da narrativa dessa professora que nos ensina sobre como construir uma bela vida em meio a tantas agruras porque passam determinadas formas de existência. A leitura de um livro toca a cada pessoa de modo diferente, afinal nos aproximamos das palavras com nossas experiências intelectuais, sociais, religiosas, entre tantas outras. Durante a pesquisa, aproximei-me do texto como orientador, buscando colaborar com Rubens para que o trabalho seguisse as regras de uma pesquisa de pós-graduação. Ao mesmo tempo, vi na narrativa de Leona uma vida digna de ser registrada, conhecida, respeitada e acima de tudo reconhecida na verdade que ela revelou durante os encontros com o autor. Essa narrativa se somou a outros encontros que eu também tive na vida, com travestis, com homens e mulheres transexuais e com pessoas não binárias. Nesses encontros tenho aprendido um pouco mais sobre experiências que nunca compreenderei totalmente, mas necessárias para entender o mundo em que vivemos. Essas pessoas, a despeito de títulos acadêmicos que possam ter, serão sempre grandes pesquisadores/as de si, da resistência diante do sofrimento e da arte do bem viver, pois vivem com verdade aquilo que realmente desejam ser.

O livro apresenta as aprendizagens de um homem cisgênero que a partir de um perspectiva pós-estruturalista, exercita sua escuta sobre as questões trans na Educação, tanto no levantamento das referências bibliográficas, como numa audição cuidadosa dos relatos e entrevistas concedidos por Leona. Por que marcar nesse prefácio a cisgeneridade do

autor? Considero que isto deve indicar o reconhecimento da importância de posições transfeministas. Estas propõem o prefixo cis, junto a palavra gênero, para pensar delimitações mínimas entre uns e outros. Aqueles/as que se identificam com o gênero atribuído no nascimento, como homens gays ou heterossexuais, mulheres lésbicas ou heterossexuais, seriam pessoas cisgêneras. Outros/as/es que não se identificam com aquela atribuição, estariam no registro trans. Nada disso é consensual, mesmo entre as pessoas que ocupam os domínios das transgeneridades, porém tenho importado muito com a questão.

A escrita de Rubens apresentou muitos pontos que merecem destaque, contudo, aqui apresentarei três deles, pois foram aqueles que dialogaram de forma mais intensa com minhas experiências. Inicialmente destaco o cuidado do texto em trazer outras pesquisas sobre universo de travestis e transexuais na Educação. O segundo diz da clareza do autor em assumir uma posição de fala, compreendendo que nunca será possível para um pesquisador cisgênero assumir aquilo que se tem chamado de lugar de fala. Por fim, como mais importante, a narrativa de Leona, sua generosidade em colaborar com a pesquisa, sua garra em se fazer uma educadora e sua resistência em assumir o desejo de viver com autenticidade a sua história.

No primeiro ponto percebemos como as pesquisas têm indicado um certo número de travestis, mulheres e homens trans no contexto escolar, seja como estudantes ou professores/as. Certamente essas pessoas já estavam por lá, porém o armário produzido pelas dinâmicas da transfobia não nos permitia nomear essas formas de existência. O conjunto de pesquisas analisadas nos possibilitou especificar como a transfobia tem sido capaz de organizar e distribuir os corpos no contexto escolar, algo que também aparece de modo enfático na narrativa de Leona. A noção de transfobia emerge em um desdobramento necessário da noção genérica de homofobia e busca identificar formas de violência, subalternização e eliminação de pessoas trans; essa noção foi produzida de modo muito específico pelas lutas de travestis e transexuais e hoje pode ser encontrada nas elaborações de políticas públicas e dos direitos humanos.

A posição de fala, assumida pelo autor, é o segundo ponto que chamou minha atenção. Ele, estando no registro da cisgeneridade, não escreve de um lugar de fala de travestis e transexuais. Todavia, ele assume uma posição de fala que reconhece os limites de uma semântica marcada pelas cisheteronormas bem como a importância dos saberes e fazeres articulados por travestis e transexuais na educação. A produção acadêmica dessas, assim como suas lutas, aparecem como fundamentais na constituição da resistência trans no contexto escolar. Assim, o texto no indica possibilidades de elaboração de certas pautas educacionais que podem gerar o reconhecimento dessas pessoas. Nesse contexto foi possível normatizar o uso do nome social por travestis e transexuais como um direito, bem como entender questões problematizadas por elas em relação ao uso de banheiros e o isolamento social que sofrem. Por fim, o texto permitiu observar um deslocamento do lugar que travestis e transexuais nas pesquisas, deixando a posição de informantes para se tornarem colaboradores/as e/ou pesquisadores/as nas produções acadêmicas.

A narrativa de Leona, como terceiro ponto destacado por mim, apresentou lágrimas, lutas, alegrias e sonhos que essa jovem professora foi revelando, nas entrevistas e nos relatos do memorial autobiográfico, para Rubens. Ambos se conheceram na cidade de Congonhas, em Minas Gerais, onde ela exercia atividades como professora. Nos primeiros encontros que tiveram, para dialogarem sobre a pesquisa, Leona trouxe relatos muito impactantes que aparecem na entrevista preliminar, inclusive a informação de um memorial autobiográfica que ela já possuía. A escrita de Rubens vai apresentando como são terríveis as experiências de transfobia na vida de uma pessoa, desde discriminações vividas no contexto familiar até aquelas em que se dão no contexto escolar. Essas experiências produzem processos depressivos e formas de isolamento social que nos diz muito da solidão imposta a pessoas trans em nossa sociedade. Em meio a tudo isso, Leona se transformou, deixou a casa da família, se tornou uma mulher, uma professora, entre tantas outras experiências que ainda viverá, mas, sobretudo, nos ensinou a como é a sobrevivência numa sociedade marcada pela transfobia. No dia da defesa da dissertação de Rubens,

ela estava presente com seu companheiro. Naquele momento a narradora ouvia suas próprias palavras que impactara quem estava presente, dialogou com quem a ela se dirigiu e ao final todos/as celebramos, com ela, sua história. Por isso, ela terá sempre nossa gratidão.

Por fim, afirmo que publicar um livro como este é um ato de resistência e coragem também da UFOP, uma universidade pública. Ainda que a obra seja responsabilidade do autor, amplificar sua voz, nessa publicação, contribui para os debates de um tema evitado por tantas pessoas. Também diz da resistência de pesquisadores/as que atuam na área de gênero e das sexualidades num contexto de vozes reacionárias que querem nos calar.

Dr. Marco Antônio Torres,
Professor do Departamento de Educação
da Universidade Federal de Ouro Preto

INTRODUÇÃO

“Nessa primeira visita à escola, embora já tivesse sido acertado um bate-papo com a diretora da instituição, devido a um imprevisto, ela não pode permanecer na instituição no turno vespertino”. No entanto, as funcionárias da secretaria tinham ciência da minha visita e foram muito solícitas e receptivas.

Antes de me deslocar para a secretaria – espaço que se divide também em sala de direção e vice-direção – aguardei a chegada de Leona à escola, fato que ocorreu cerca de trinta minutos após minha chegada. Altiva, com seus cabelos longos e loiros, unhas bem feitas, trajando uma calça jeans e body preto bem justos, marcando sua silhueta feminina, ela chega com passos rápidos e seguros, equilibrando-se no salto alto.

Chega cumprimentando as demais funcionárias da escola, com um sorriso franco e radiante. Com algumas delas troca abraços e solta o bordão: “E aí, bonita! Tudo bem?”. A réplica das colegas de trabalho se dá da mesma forma, demonstrando que o bordão utilizado por Leona foi incorporado ao linguajar das funcionárias.

Durante o tempo todo em que estive na escola, embora não utilizassem o nome social de Leona, mas sim o seu nome de registro, os demais funcionários sempre se referiam à Leona no feminino.

Passado algum tempo, um aluno bem tímido, de aproximadamente seis ou sete anos, chega à secretaria solicitando que fossem feitas cópias xerográficas do material que seria utilizado por sua professora em sala de aula. Leona brinca com o aluno, acaricia seus cabelos e o aluno sorri. Faz as cópias e entrega para o aluno.

Pouco tempo depois, outra aluna chega e diz: “Tia Albert, você poderia xerocar isso aqui, por favor?”. Assim como os funcionários da escola, os alunos se referem à Leona no feminino, mas sem utilizarem seu nome social. Em conversas posteriores com Leona e com algumas funcionárias da instituição, Leona nunca exigiu que a tratassem pelo nome social. Mas, percebe-se uma naturalidade em dirigir-se à Leona, tratando-a no feminino, embora a chame pelo nome de registro.

Isso se reforça nos diálogos que são travados pelas funcionárias da secretaria e pela vice-direção da escola durante o expediente de trabalho: “Pode entregar para ela”; “Pede a Albert para fazer.”; “Ei, bonita, você pode imprimir isso para mim, por favor?”; “A Albert já está providenciando”.

À primeira vista, o clima na escola, no que se refere ao tratamento com Leona, parece ser respeitoso e amistoso.

Circulo pela escola com Leona e durante o intervalo, conversamos com algumas professoras na sala dos professores. Conversas triviais, mas pelas quais foi possível referendar o tratamento de que a comunidade escolar possui com Leona: no feminino, mas associado ao nome de registro.

Após o intervalo, acompanho Leona até a sala de aula onde ela lecionava até meados deste ano. O comportamento das crianças ao vê-la foi efusivo. Corriam para abraçá-la, vinham mostrar seus cadernos, suas pastas de desenhos. Muitas questionavam se ela iria voltar a dar aula para eles.

Uma das alunas levanta-se e diz: “Volta Tia Albert! Vai ser muito melhor se você voltar! Troca com ela [se referindo à professora atual]. Manda ela pra secretaria e vem ficar na sala com a gente!”.

Leona se esquivava de maneira sutil, para não constranger a professora atual dos alunos. Retribui os abraços afetuosos, pergunta a cada um dos alunos questões relacionadas a comportamento, ao rendimento escolar. Alguns alunos não se contêm e saem correndo dos seus lugares para abraçá-la e para beijá-la.

Fica perceptível o carinho que Leona tem pelas crianças e a falta que sente delas. Mas, afirma que profissionalmente e pessoalmente a ida para a secretaria da escola, neste momento foi a melhor opção. Entretanto, não nega sentir falta da sala de aula, do vínculo que criou com os alunos. Afirma que quer voltar logo para sala de aula, que é na sala de aula que ela se sente realizada, que ama lecionar. “Despede-se dos alunos e voltamos para a secretaria da escola”.

Esse trecho extraído de nosso diário de campo retrata uma parte da realidade de Leona, professora transexual, em uma das escolas onde trabalha. Trata-se de uma pequena escola de um distrito pertencente ao

município mineiro de Conselheiro Lafaiete, que à primeira vista, parece lidar de forma bem tranquila o fato de uma professora transexual incorporar seu quadro de funcionários.

Mas, essa nem sempre foi a realidade de Leona. Sua história de vida retrata situações de preconceito que vivenciou enquanto mulher e professora trans. Os espaços escolares, nem sempre, foram receptivos e tampouco a respeitaram como mulher trans.

Assim, compreender a trajetória de Leona enquanto professora e mulher *trans*, como se de seu ingresso e como se dá sua permanência nos espaços escolares é o objetivo principal desta dissertação, partindo do pressuposto de que as escolas, assim como outras esferas sociais, são espaços heteronormativos e re/produzem a transfobia dentre seus muros.

De acordo com Vasconcelos (2014), a sociedade brasileira é historicamente heteronormativa, baseando-se na premissa de que ser heterossexual é algo natural e instintivo, ao mesmo tempo em que qualifica como aberração todo aquele indivíduo que fuja da concepção binária homem/mulher, como é o caso de gays, lésbicas, bissexuais e mais acentuadamente, travestis e transexuais.

A sociedade, ao conceber essas categorias identitárias como não naturais, reafirma um processo de discriminação e exclusão, que leva à negação de direitos individuais, incluindo nesse rol, os direitos fundamentais estabelecidos no texto da Carta Magna vigente. Nesse escopo, emergem a supressão e negação dos direitos de transexuais e travestis, dada a ausência de políticas públicas direcionadas a esses sujeitos.

Percebe-se, frequentemente, que a mídia tem reportado notícias que envolvam algum tipo de preconceito contra lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais. São veiculadas matérias de agressões verbais, físicas e homicídios contra esses sujeitos nos mais diversos espaços sociais. Basta uma rápida pesquisa em sites de busca, utilizando como palavras chaves assassinatos de pessoas *trans*, transfobia, agressões homofóbicas, para que esses sites retornem com inúmeros resultados relatando as situações de preconceito enfrentadas pela população LGBT.

Ainda que a subnotificação e tratamentos estatísticos mais elaborados perpassem essas informações, elas apontam para um cenário que não pode ser desprezado.

De acordo com Elizabeth Zambrano (2011), gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais carregam um estigma pela caracterização de tal condição como uma patologia ou um desvio moral que possui papel relevante na produção e reprodução de relações de poder na sociedade, onde determinados grupos sentem-se desvalorizados e outros superiores. Por outro lado, de acordo com a autora, as pessoas estigmatizadas e discriminadas acabam por aceitar e internalizar esse estigma por estarem sujeitas a um aparato simbólico opressivo que legitima tais desigualdades, o que eleva os índices de violência sofridas devido à identidade de gênero e/ou à orientação sexual e o baixo índice de providências que, de fato, são tomadas com relação a esses atos. A autora enfatiza, ainda que, dentre a população LGBT, travestis e transexuais são os sujeitos que mais sofrem preconceito.

Essa violência contra travestis e transexuais aparece em diversos contextos, estando ela presente nos abusos sexuais e nos espancamentos na infância, na marginalização social, na relação com seus maridos, na interação com clientes, na perseguição policial, nos insultos e ofensas a elas cotidianamente dirigidos, nos processos de transformação corporal rudimentares, nos assassinatos de que são vítimas frequentes, entre outras. (GARCIA, 2007)

Esse preconceito contra transexuais e travestis se evidencia diante da dificuldade que as pessoas *trans* enfrentam para terem acesso a direitos básicos como educação e de acompanhamento médico. Além disso, a maioria da população de travestis e transexuais ainda vive em condições de miséria e exclusão social, sem oportunidades de inclusão no mercado formal de trabalho e sem políticas públicas que considerem suas demandas específicas. (NOGUEIRA, 2017).

Nesse contexto, o acesso às políticas de saúde configura-se como um gargalo quando se inicia o debate dos direitos desses sujeitos. Nessa seara, emergem-se outros debates controversos acerca do uso do nome

social e do direito à cirurgia de redesignação sexual e tratamento hormonal.

No âmbito do acesso à educação, é notória a dificuldade que transexuais e travestis enfrentam para permanecer nos espaços escolares, tendo em vista as agressões físicas e/ou psicológicas que lhes são infligidas cotidianamente nesses locais, por parte de seus pares e, até mesmo, de professores/as e profissionais da educação.

No cotidiano escolar, travestis e transexuais não sofrem apenas através das manifestações diretas de outras pessoas, mas também em razão do despreparo de professores/as e demais profissionais de educação para com a realidade vivenciada por essa população. É comum que o corpo docente não saiba como lidar com alunas e alunos transexuais e travestis, desrespeitando seus nomes sociais e invisibilizando as violências sofridas em razão dos colegas de classe. Não obstante, o sistema de ensino não se adequa às demandas mais triviais de travestis e transexuais, a exemplo dos banheiros (OLIVEIRA, PORTO, 2016).

Não obstante, há de se ressaltar a existência de outras problemáticas para a população *trans* cursar uma escola regular, como a dificuldade na efetivação da matrícula, a imposição de regras de vestimentas, um torturante cotidiano de piada, agressões físicas e/ou verbais, o isolamento e a segregação impostos por colegas e muitas vezes pelos/as professores/as (BOHM, 2009). Apesar desse cenário tão pouco amistoso para as pessoas *trans*, Neil Franco (2015, p.326) aponta que “nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma ampliação da educação básica ancorada no princípio da inclusão social, fazendo emergir temáticas específicas sobre a exclusão de pessoas transexuais, travestis e transgêneros nas escolas brasileiras”.

Embora os espaços escolares possam se configurar como locais de reprodução e legitimação da transfobia, evidencia-se que alguns/as transexuais e algumas travestis, a despeito de todas as adversidades, constrangimentos e violência a que são submetidos/as para permanecerem-se nessas instituições, concluem seus estudos. Evidencia-se, ainda que de forma incipiente e reduzido a poucos casos, a emergência de docentes

travestis e transexuais nas instituições escolares, como é o caso de Leona.

Conforme aduz Neil Franco (2015, p. 329), “essas professoras representam uma pequena parcela de pessoas *trans* que conseguiram suportar as imposições heteronormativas em razão da vulnerabilidade social à qual foram expostas desde as fases iniciais da Educação Básica, associadas a processos de exclusão anteriores”.

Nesse sentido, retornar à escola mesmo como professoras, pode se configurar como uma nova luta pelo seu reconhecimento e pertencimento social, pois as imposições heteronormativas presentes nos espaços escolares não estão direcionadas apenas a estudantes. Nesses espaços, essas professoras podem sofrer novos processos de estigmatização, invisibilidade e de transfobia, por parte de alunos/as, de pais, de seus pares e até mesmo dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, inviabilizando e dificultando sua permanência na profissão.

Nessa lógica, se a escola se configura como um local hostil para travestis e transexuais, passei a questionar o que levava esses sujeitos a retornarem a esses espaços na condição de docentes; quais foram os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados durante o seu processo de escolarização e inserção na carreira; como elas se mantêm enquanto professoras num contexto hegemonicamente heteronormativo; se a presença dessas professoras *trans* provocam questionamentos e discussões sobre gênero e educação e como essas discussões impactam no espaço escolar.

Tenho ciência de que tais questões podem ter sido investigadas por outros autores (TORRES, 2012; FRANCO, 2009; REIDEL, 2013; ANDRADE, 2012; SANTOS, 2015; BOHM, 2009). No entanto, considero que as experiências vivenciadas por cada professora transexual é única, podendo apresentar tanto aproximações quanto distanciamentos, quando comparadas às histórias de outras professoras. Nesse sentido, ouvir outras professoras *trans* é importante para revelar as experiências dessas pessoas e as diversas relações desenvolvidas no ambiente escolar, uma vez que cada contexto escolar apresenta suas especificidades e pode

revelar distintas relações entre professoras *trans*, pais e alunos/as, bem como, aspectos distintos para a sua permanência na carreira.

Desse modo, conforme já explicitado no início desta seção, esta dissertação investigou como se relaciona a história de vida de uma professora transexual residente no município de Congonhas, em Minas Gerais, com seu ingresso e permanência na docência, num contexto supostamente marcado pela heteronormatividade e transfobia, por meio da narrativa de suas experiências e vivências. Fruto de uma pesquisa qualitativa, ancorada na metodologia da pesquisa etnográfica e da entrevista narrativa, esta dissertação divide-se em quatro capítulos.

Na “Apresentação da Pesquisa e do campo” são elaboradas as justificativas para a realização desta pesquisa e descrito um pequeno histórico de produções acadêmicas que tiveram a docência *trans* como foco de estudo. Discorro brevemente sobre as histórias de outras professoras transexuais entrevistadas por autores que nos precederam no debate da docência *trans*, buscando as similaridades e distanciamentos que emergem de suas narrativas.

A partir daí, defini os seguintes **marcadores da narrativa** que foram utilizados para se contar a história de Leona: a) seu processo de identificação e como se deu a construção de sua identidade de gênero; b) a relação com sua família; c) sua rede de apoio social; d) sua trajetória escolar; e) sua permanência nos espaços escolares e possíveis mecanismos para manter-se na profissão docente; f) a relação com seus alunos (as); g) a relação com os pais/mães de alunos (as); h) a relação com o corpo docente e outros funcionários da escola e; i) o uso do nome social. Nesse capítulo, são apontados, ainda, os procedimentos metodológicos adotados, os caminhos percorridos até que conseguisse chegar à professora Leona, além da justificativa da escolha da pesquisa etnográfica e da entrevista narrativa como a metodologias utilizadas nesse estudo.

No capítulo “Diálogos necessários: falando de Gênero, orientação sexual e sobre as identidades de gênero”, são discutidos os conceitos de gênero, orientação sexual, travestilidade e transexualidade, a fim de estabelecer as diferenciações necessárias entre esses termos, que por mui-

tas vezes, são equivocadamente entendidos como sinônimos. Apresento, com base na Teoria da Performatividade de Judith Butler, que o gênero é uma construção social e que se baseia numa heteronormatividade compulsória.

Tomando como ponto de partida o livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência sexual”, de autoria de Berenice Bento (2006), busco demonstrar que, diferentemente do discurso médico, inexistente uma única e absoluta concepção da transexualidade que, pelo contrário, se caracteriza por uma multiplicidade de significações.

Adicionalmente, discuto o conceito de transfobia e apresento dados estatísticos que, embora esbarrem em uma possível subnotificação em virtude das fontes em que esses dados se baseiam, apontam para um grave quadro de violências contra a população LGBT em nosso país. Na esteira do conceito de homofobia, a emergência do termo transfobia articulado no cotidiano e nas políticas públicas, pede aprofundamento e produz diferenciação nos processos de subalternização e violência em relação a travestis e transexuais. É debatida, ainda, a invisibilidade a que os sujeitos transexuais estão submetidos em nossa sociedade.

Nesse capítulo, paralelamente à revisão bibliográfica, são analisados os seguintes marcadores no âmbito da narrativa de Leona: seu processo de autoidentificação e como se deu a construção de sua identidade de gênero, sua trajetória escolar e sua relação com a família.

No capítulo seguinte, “Leona: transformando-se em professora”, contextualizo como se deu o ingresso de Leona na docência, ao mesmo tempo em que analiso sua permanência na profissão e os possíveis mecanismos para manter-se na profissão docente. Não obstante, analiso como é sua relação com os demais funcionários da escola, o uso de seu nome social no contexto da educação, sua relação com os alunos e com os pais. Outro marcador analisado nessa seção é a existência de sua rede de apoio social.

No último capítulo intitulado “Transexualidade e Educação: o que a escola tem a ver com isso?”, são discutidas a relação da escola no combate à transfobia, e se Leona trabalha sexualidade em sala de aula.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DO CAMPO

A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre, de acordo com Dinis (2008), desde meados dos anos de 1970 e deve-se, à pressão dos grupos feministas e dos grupos LGBT que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares. Segundo o autor, no plano acadêmico internacional, esse movimento surgiu com os departamentos de Estudos da Mulher e, em seguida, com os Estudos de Gênero e os Estudos Gays e Lésbicos, em algumas das universidades americanas, sempre no esforço de criar alternativas e formas de resistências aos sintomas de sexismo, machismo e homofobia e, ao mesmo tempo, fazendo com que tais temas pudessem ser abordados também nas pesquisas acadêmicas.

Embora as experiências de travestis e transexuais tenham passado a ser visitadas com mais frequência por pesquisadores das ciências sociais e da antropologia a partir de 1990, esses sujeitos só passaram a ter mais visibilidade e despontar como temática central em pesquisas, após os anos 2000. (AMARAL *et al.*, 2014).

Talvez motivados pela onda dos estudos *queer*, pelas críticas pós-estruturalistas e pela preocupação também crescente entre a militância LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em relação às reivindicações das travestis, os achados demonstram o expressivo interesse acadêmico por suas experiências corporais, políticas e sociais que nesta última década, passaram a fazer parte de pesquisas científicas em variadas áreas do conhecimento. (AMARAL *et al.*, 2014, p.302).

Todavia, de acordo com Dinis (2008), no Brasil, tal debate esteve restrito durante vários anos a áreas como a Sociologia, a Psicologia e a Crítica Literária, sendo bastante sintomática sua ausência, mais particularmente,

nos estudos da Educação. Esses estudos se alicerçaram muitas vezes a partir “de uma realidade vista estereotipicamente como dada: a intersecção necessária da vida das travestis com a violência, doenças, degradação e prostituição, sem buscar as causas sociais que criam estes estereótipos” (AMARAL, 2013, p. 1), ou seja, “a produção do discurso acadêmico, no Brasil, ainda está diretamente ligada à prostituição, à vigilância e estigmatização diante do HIV/aids”. (AMARAL *et al.*, 2014, p. 307)

Entretanto, a partir dos anos 1990, o debate começou a emergir na área da Educação. Um dos trabalhos expoentes desse período são as pesquisas da historiadora Guacira Lopes Louro acerca da exclusão das minorias de gênero na história da educação, em especial a publicação de seu livro “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” (1997). Desde então, pesquisadoras/es da área da Educação têm debatido temas como gênero e sexualidade a partir de uma visão culturalista, rompendo com o paradigma biologizante predominante. (DINIS, 2008).

A partir dos anos finais da década de 2010, de acordo com Neil Franco e Graça Cicillini (2015), surgiram demandas explícitas das pessoas *trans* junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esses sujeitos geralmente associados ao mercado do sexo e ao universo da marginalidade.

Tais estudos buscavam problematizar questões que são comuns a um número considerável de travestis e transexuais em suas histórias de vida: a dificuldade de fazer-se respeitar em seu processo de questionamento de gênero, a expulsão de casa, falta de apoio familiar, a evasão escolar, e a dificuldade na obtenção de emprego fora do mercado da prostituição devido à falta de conclusão dos estudos.

Essa ampliação de pesquisas e debates, na contemporaneidade, segundo Torres (2012), tem fornecido certa visibilidade social à questão das travestis e/ou transexuais problematizando a transfobia e/ou as subalternizações dessas sexualidades. Entretanto, nota-se que os estudos que visam problematizar questões do universo *trans* e a educação ainda

são pontuais e incipientes. Além disso, essa é uma área do conhecimento que vem se consolidando aos poucos, embora tenha tido uma maior visibilidade nos últimos três anos. Deve-se levar em conta que a escolaridade das travestis, assim como a relação de professoras travestis com o ambiente escolar são discussões pontuais e urgentes, inclusive para embasar políticas públicas para a educação. (AMARAL *et al.*, 2014).

Por exemplo, a partir do mapeamento realizado por Amaral *et al.* (2014), das 92 produções acadêmicas (dissertações, teses, capítulos de livros e artigos) produzidas no período de 2001 a 2010 sobre o universo *trans*, apenas duas dissertações tratavam da temática no contexto da educação: o trabalho de Alessandra Bohm (2009) que pontuava a dificuldade de travestis e transexuais em permanecerem na escola e o trabalho de Neil Franco de Almeida (2009) que discutia a constituição identitária de professores gays, travestis e lésbicas, a partir de entrevistas com esses docentes. Contudo, entendo, a partir de minhas leituras, que o trabalho de Bohm também discute a constituição identitária no âmbito da docência *trans*, haja vista que uma das entrevistadas é uma professora transexual.

Já Franco e Cicilini (2015) apontaram que no período de 2008 a 2014 haviam sido produzidas dezoito publicações que abordavam a temática (05 artigos, 05 capítulos de livros, 05 dissertações e 03 teses). Para esses autores, “Berenice Bento possivelmente realizou umas das primeiras investigações sobre universo *trans* e educação no contexto brasileiro”. A autora problematizou sobre os critérios de normalidade e anormalidade instituídos pelas instituições sociais ao lidarem com as demandas de pessoas “que vivem o gênero para além da diferença sexual”.

Dentre essas publicações, destaca-se, em 2012, a tese de doutorado “Travestis na Escola: assujeitamento e Resistência à ordem normativa” – escrita por Luma Nogueira de Andrade – primeira travesti com doutorado no país e, posteriormente, primeira professora a ingressar no quadro de docentes de uma universidade federal. Embora a pesquisa de Luma tenha por objetivo apresentar alunas *trans* no espaço escolar, desvendando suas sociabilidades, resistências e assujeitamentos à ordem hetero-

normativa, a autora entrelaça as histórias das travestis entrevistadas com sua própria história, enquanto aluna e docente. Desse modo, a tese de Andrade situa-se num limiar, podendo tratar-se tanto de uma pesquisa sobre discentes quanto de uma docente.

Coaduna nesse sentido, o entendimento de Franco e Cicilli:

Uma singularidade do trabalho de Andrade (2012) foi que ao construir uma etnografia de travestis na escola, a autora desenvolveu um ir e vir entre sujeitos e pesquisadora em razão da construção de seu corpo trans ter sido também influenciada pelas nuances do contexto escolar, o que resultou na sua constituição profissional como docente. Dessa forma, o texto nos permitiu conhecer parte significativa de suas vivências escolares - sempre contextualizadas e comparadas às vivências dos sujeitos investigados -, assim como compreender seu trajeto de construção docente. Portanto, sua tese se encontra na fronteira entre as pesquisas que enfocaram alunas/os trans na escola e aquelas que se detêm às professoras trans.(FRANCO, CICILLI, 2015, p.11)

Ainda com base no estado da arte elaborado por Franco e Cicilli (2015), dos estudos que tratam exclusivamente de professoras *trans*, emergem apenas as pesquisas de Marco Antônio Torres (2012) e Marina Reidel (2013):

Marco Torres (2012) pesquisou a emergência de professoras trans correlacionada à ascensão das demandas pelos direitos LGBT na contemporaneidade. Buscou conhecer as impressões das professoras sobre a escola e suas lutas contra a discriminação, motivado pela argumentação de que ocupando a posição de docentes conseguiriam identificar mudanças em andamento na escola bem como em dimensões sociais mais amplas. A metodologia utilizada pautou-se na análise de documentos referentes às políticas de direitos humanos e entrevistas realizadas com sete professoras trans brasileiras interpretadas à luz das relações entre “estabelecidos” e “outsiders” teorizadas por Norbert Elias e, ainda, em alguns conceitos elaborados por Judith Butler. (FRANCO, CICILLI, 2015, p.12)

Marina Reidel (2013) analisou a Educação relacionada a temas como sexualidade, gênero, violência e preconceito, tentando descrever caminhos para uma Educação possível envolvendo todos esses elementos. No que se refere às docentes trans, saber qual é o lugar ocupado pela profissão docente nesse processo foi outro foco de sua dissertação, principalmente, quando suas identidades sexuais e de gênero são ressaltadas pelos sujeitos que integram a escola. Como metodologia, foram entrevistadas sete professoras trans brasileiras cujo material empírico foi analisado, mormente, sob o olhar das teorias pós-críticas. (FRANCO, CICILLI, 2015, p.12)

Pode-se afirmar que o trabalho de Marina Reidel assume grande significado no contexto da produção acadêmica sobre educação e transexualidade por dois motivos. O primeiro é que Marina é uma professora trans e, assim como Luma Andrade, entrelaça suas vivências às vivências das professoras entrevistadas. O segundo motivo é que sua dissertação de mestrado intitulada “A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira” traz um inédito mapeamento de professoras/professores travestis e transexuais no Brasil. Seu trabalho foi capaz de identificar um conjunto de noventa professoras transexuais femininas e dois professores transexuais masculinos que “se distribuem por praticamente todos os estados do Brasil, em capitais, cidades médias e muitas delas em cidades pequenas pelo interior” (SEFFNER, REIDEL, 2015, p. 448).

Vale ressaltar que embora Amaral, Franco e Cicillini não tenham elencado em seus levantamentos, Edmar Henrique Dairell Davi e Maria Alves de Toledo Bruns publicaram, em 2012, na Revista Intercontinental de Psicologia y Educación (México), o artigo “Profesoras travestis: trajetórias y experiencias”, que apresenta as trajetórias de vida de duas professoras travestis brasileiras.

A fim de identificar novos trabalhos produzidos que contextualizassem o universo *trans* e a educação posteriores aos períodos pesquisados por esses autores, a partir de buscas realizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, em bases de dados como *Scielo* e em sites

de busca como Google Acadêmico, foi possível detectar que, em 2015, foram publicados 08 artigos, 02 teses/dissertações e 01 capítulo de livro; enquanto até junho de 2016, foi possível identificar quatro artigos. Desses quinze estudos, apenas quatro buscaram investigar professores transexuais e travestis, conforme apresentado a seguir.

Influenciado pelas perspectivas pós-estruturalista e pós-crítica, o artigo “Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual” de autoria de Alfrâncio Ferreira Dias, Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Danilo Araujo de Oliveira (2016), expõe as experiências de violências e sofrimentos, conquistas e lutas de uma transexual como estudante e professora.

A dissertação “Quando o ‘estranho’ resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar”, de autoria de Tiago Zeferino dos Santos (2015), analisou as representações de gênero e sexualidade re/produzidas no espaço escolar por estudantes e profissionais de educação a partir da inserção de uma professora auto definida transexual em uma escola de ensino fundamental da cidade de Tubarão/SC. Tomando como ponto de partida, as memórias da professora transexual enquanto aluna e professora, o estudo buscou identificar de que modo as questões relativas a gênero e sexualidade se expressam na escola junto a uma turma de estudantes e de profissionais da educação, além de investigar como as representações de gênero no cotidiano escolar se alterariam diante da presença de uma professora transexual.

O artigo “Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização” de Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015) contextualizou os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência, analisados à luz das teorias pós-críticas, sobretudo a teoria queer¹.

Outro estudo recente verificado é a tese de doutoramento de Dayana Brunetto Carlin dos Santos, intitulada “Docências Trans: entre a decên-

¹ A teoria queer, oficialmente queer theory (em inglês), é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.

cia e a abjeção”, onde analisa a trajetória de seis professoras que se reconhecem como mulheres trans.

Identifiquei, ainda, que o debate sobre a docência *trans* também tem ocorrido em outros países, conforme é possível verificar nos seguintes artigos: “*Discrimination Against Gay Men, Lesbians, and Transgender People Working in Education*”², de Jude Irwin (2002), que explorou as experiências de trabalho de 120 homens homossexuais, lésbicas e pessoas transexuais que foram empregados como professores, acadêmicos e educadores na Austrália; “*Wearing my identity: A transgender teacher in the classroom*”³, de autoria de Linda McCarthy (2003), que narra a história de um professor transexual dos Estados Unidos; e “*Transgender Teachers as Role Models for a Tolerant Society: The Impact of Societal Views and Their Influence on Employment AntiDiscrimination Laws*”⁴, escrito por Susannah L. Ashton (2009), e cujo foco de investigação foram as leis estadunidenses que visam a proteção e coíbem discriminação de professores transexuais.

Igualmente, foi possível verificar que outras identidades sexuais relacionadas à educação também foram objeto de estudo. Em 2013, Henrique Caproni Neto e Renata de Almeida Bicalho pesquisaram as violências interpessoais e simbólicas na trajetória de uma professora intersexual de Minas Gerais. Embora a intersexualidade seja uma categoria identitária distinta da travestilidade e transexualidade, o artigo relata que essa professora, por diversas vezes, foi confundida como uma travesti e sofreu, igualmente, preconceitos por não se enquadrar na heteronormatividade existentes nos espaços escolares.

Observa-se, portanto, que o universo *trans* e a educação tem sido uma área em emergente construção, embora ainda existam poucos estudos na área, considerando o amplo universo da educação. Assim, torna-se relevante a realização de pesquisas que lancem seu olhar às travestis e às transexuais e às questões que busquem problematizar seu acesso e permanência nos espaços escolares, seja enquanto estudantes ou como professoras.

² Discriminação contra homens gays, lésbicas e pessoas transexuais que trabalham na educação.

³ Usando minha identidade: um professor transgênero na sala de aula.

⁴ Professores Transgêneros como Modelos de Função para uma Sociedade Tolerante: O Impacto das Opiniões Sociais e sua Influência em Leis Antidiscriminação em Emprego

É inegável a importância de novas sondagens para verificar, por exemplo, se tais cifras não poderiam apontar para cenários ainda mais dramáticos se os universos considerados fossem paisagens interioranas, cidades situadas em regiões economicamente deprimidas, centros educacionais de formação tecnológica e agrícola, entre outros. Seria necessário poder comparar as possíveis diferenças nas manifestações e nos efeitos da homofobia em escolas de periferia e de elite, em escolas públicas, confessionais e militares, no sistema formal e informal de educação de adultos etc. (JUNQUEIRA, 2009, p.18).

Não obstante, destaca-se que os espaços escolares são marcados por um contexto de re/produção de heteronormatividade, onde a homofobia a transfobia são reforçadas e por vezes incentivadas, o que reforça a importância de estudos que possibilitem entender como as travestis e transexuais se mantêm na função de professoras em um contexto marcado pela transfobia. É oportuno ressaltar a importância desta pesquisa para ampliar a compreensão acerca da produção de subjetividades das pessoas *trans*, evidenciando as principais dificuldades de reconhecimento social que elas enfrentam no cotidiano escolar.

Além disso, conforme argumentam Santos (2015), o ato de escrever e pesquisar sobre pessoas *trans* visa contribuir na desconstrução das fronteiras do sistema binário (masculino x feminino), na legitimação dessas identidades e colaboram para diminuir a ideia hegemônica de que os sujeitos *trans* sofrem de algum transtorno de gênero ou enfermidades.

É essa ideia hegemônica que norteia, inclusive, atualmente, no Brasil, as políticas públicas de saúde para as pessoas transexuais. Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM), através da Resolução nº 1.4821, autorizou a realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais no país, alegando seu caráter terapêutico. Esta resolução partia do princípio de que o/a paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fênótipo e tendência à automutilação ou autoextermínio. Apesar das discussões acerca da despatologização da transexualidade que ocorrem contemporaneamente, a Resolução CFM nº 1.955/2010 que dispõe, hodiernamente,

sobre a cirurgia de transgenitalismo, ainda considera a transexualidade como uma patologia.

1.1 Sobre “Outras Leonas”: estabelecendo os marcadores da narrativa

Ao chegarmos à Escola -A, eu e o auxiliar da pesquisa, professor José Wellington de Oliveira Machado, chamou-me a atenção a estrutura física precária em relação a algumas que conhecia no interior estado. Uma escola de porte médio, com um muro um pouco degradado e um portão de estrutura metálica todo fechado. Ao bater no portão, fomos recebidos por um rapaz que perguntou com quem queríamos falar, e respondi que era com a diretora. Ele então abriu o portão e nos encaminhou para a sala dela, próxima à entrada. A escola estava limpa, e alguns alunos começavam a chegar para a aula; os que já estavam presentes me viram e logo perceberam que se tratava de uma travesti; alguns apontavam e riam, outros gritavam, um outro dizia em voz alta: É um viado (sic). Aquilo para mim era uma tortura, então caminhei mais rápido para chegar à sala da diretora e ficar mais protegida. O funcionário que nos conduzia relatou: Estes moleques não respeitam ninguém. Chegando à sala, fiquei aliviada ao fechar a porta e me deparei com a gestora, que percebeu minha aflição e provavelmente ouviu o que ocorrera. Apresentamo-nos a ela, que prontamente se desculpou pelo comportamento dos(as) alunos(as) e nos convidou a sentar enquanto se dirigia ao lado de fora da sala. Meu parceiro de pesquisa, Wellington, tentou me tranquilizar, comentando que a reação dos(as) alunos(as) foi bem parecida com a das outras escolas da capital que visitamos. Concordei com ele, mas não conseguia me sentir à vontade; cada vez que acontecia, sentia-me violentada, desprotegida e indesejada. Por isso, ficava sempre receosa de entrar em escolas nas quais eu não fosse conhecida. Estes momentos me colocavam na condição de travesti na escola, e aquelas reações negativas seriam idênticas ou piores caso se tratasse de uma aluna novata travesti, que, não encontrando um lugar seguro, como funcionou para mim a sala da diretora, possivelmente teria saído correndo daquela escola e possivelmente jamais voltasse (ANDRADE, 2012, p. 40-41)

O trecho acima foi extraído da tese de doutoramento de Luma Nogueira de Andrade, quando relata a sua inserção no campo para realização de sua pesquisa. Como se pode perceber, os processos de estigmatização e de violências em relação às expressões travestis e transexuais são muito frequentes nos espaços escolares (PERES, 2009) e quando uma pessoa *trans* retorna à escola, mesmo em outra condição que não seja de aluna, não está imune aos processos de discriminação impetrados por uma cultura heteronormativa.

Assim como ocorreu com Luma que retorna a uma escola como uma pesquisadora e sofreu preconceito de alunos/as da instituição devido à sua identidade de gênero, entendemos que o retorno das pessoas *trans* aos espaços escolares, mesmo na condição de docente, pode se configurar como uma nova luta pelo seu reconhecimento e pertencimento social, pois as imposições heteronormativas presentes nos espaços escolares não estão direcionadas apenas a discentes. Nesses espaços, essas professoras podem enfrentar novos processos de estigmatização, invisibilidade e de transfobia, por parte de alunos/as, de pais e mães, de seus pares e até mesmo dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, o que acaba por inviabilizar e dificultar a sua permanência na profissão.

Nesse sentido, o objetivo desta seção é apresentar um breve apanhado de trajetórias de outras professoras *trans*, que foram entrevistadas por pesquisadores que nos precederam na investigação da temática da docência *trans*, a fim de evidenciarmos quais são as similaridades que emergem de suas narrativas, quais são as estratégias de sobrevivência nos espaços escolares, como elas lidam com a transfobia nesses espaços.

De acordo com Fernando Sefner e Marina Reidel (2015, p. 445), “no cenário educacional brasileiro, professoras travestis e transexuais são cada vez mais visíveis, e provocam repercussões em geral ligadas ao preconceito e à discriminação que sofrem”. Embora constituam, segundo esses autores, uma minoria em termos numéricos, trazem para o debate várias questões polêmicas, em especial por conta da curiosidade que instauram e do impacto nos modos de relação profissional, enquanto professora, com alunos/as, com os demais professores/as e outros colegas de

trabalho, com os/as gestores/as dos sistemas de ensino e com os pais e as famílias de estudantes.

Num mapeamento iniciado em sua pesquisa de mestrado e posteriormente, aprimorado para o artigo “Professoras Travestis e Transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto” (2015) – publicado em conjunto com seu orientador Fernando Sefnner – Marina Reidel conseguiu identificar 92 docentes transexuais espalhados por todas as regiões do Brasil, sendo 90 professoras transexuais femininas e 02 professores transexuais masculinos. A maioria era professor/a com efetivo exercício em sala de aula, que variavam entre as séries iniciais, o ensino fundamental e o ensino médio. Praticamente exerciam as atividades de docência nas redes públicas estaduais ou municipais, o que significa que a grande maioria foi aprovada em concurso público de títulos e provas. (SEFNNER, REIDEL, 2015).

Como Reidel salienta, esses números podem ser alterados, na medida em que novos/as docentes *trans* sejam identificados/as, já que inexistem dados exatos sobre o número de pessoas *trans* que lecionam nas instituições escolares do Brasil. Esta dissertação reflete justamente isso, ao passo em que ela narra a história de uma professora transexual que não consta do levantamento apresentado por Reidel. Por outro lado, busco aprofundar pelas narrativas de minha colaboradora de pesquisa o contexto e as experiências dela no contexto educacional.

Embora existam trabalhos relacionados às identidades *trans* e educação, ressalta-se que são poucos os pesquisadores brasileiros que se empenham em abordar a temática da docência *trans* em seus estudos. A partir de levantamentos, identifiquei apenas cinco pesquisadores: Marco Antônio Torres, Neil Franco, Marina Reidel, Tiago Zeferino e Dayana Brunetto Carlin dos Santos. Embora o foco de Alessandra Bohm e Luma Andrade não seja, especificamente, docentes *trans*, seus trabalhos trazem, também, narrativas de professoras *trans* conforme já explicitado na seção anterior.

Dentre as pesquisas realizadas sobre docência *trans*, todas se dedicam, exclusivamente, a contar experiências de professoras transexuais

femininas. Embora Reidel tenha identificado a existência de professores transexuais masculinos, esses ainda não tiveram suas histórias de vida pesquisadas, o que se configura como uma sugestão de abordagem em trabalhos futuros.

No quadro abaixo, são apresentadas quantas e quais professoras transexuais foram entrevistadas por cada um dos pesquisadores:

QUADRO 1 - Professoras trans entrevistadas por pesquisadores brasileiros.

Pesquisador/a	Nº prof. Entrevistadas	Professoras Entrevistadas	Região
Neil Franco	12 (doze)	Marina Reidel Adry Souza Geanne Greggio Edna Ilde Sayonara Nogueira Alysson Assis Danye Oliveira Sarah Rodrigues Adriana Sales Bruna Oliveira Adriana Lohana Sandra dos Santos	Sul Sul Sudeste Sudeste Sudeste Sudeste Centro-Oeste Centro-Oeste Centro-Oeste Nordeste Nordeste Norte
Marina Reidel	07 (sete)	Adriana Lohana Adriana Sales Adriana Souza Andreia Laís Catelli Brenda Ferrari da Silva Sayonara Nogueira Carla da Silva	Nordeste Centro-Oeste Sul Sul Sul Sudeste Sudeste
Marco Antônio Torres	07 (sete)	Marina Reidel Milena Amaryllis Andreia Adriana Sales Adriana Lohana Fayla	Sul Sul Sul Sul Centro-Oeste Nordeste Sudeste
Tiago Zeferino dos Santos	01 (uma)	Carolina	Sul
Dayana Bruneto Carlin dos Santos	06 (seis)	Milena Branco Megg Rayara Andreia Laís Laysa Carolina Marina Reidel Brenda Ferrari	Sul Sul Sul Sul Sul Sul

Pode-se perceber que várias professoras transexuais foram entrevistadas por mais de um pesquisador. É o caso de Sayonara Nogueira, Adriana Sales, Brenda Ferrari, Milena Branco e Andreia Laís que foram entrevistadas por dois pesquisadores, cada; e de Marina Reidel, Adriana Lohana e Adriana Sales que foram entrevistadas por três pesquisadores. Já as demais professoras, cada uma delas, foram entrevistadas por um pesquisador.

Ressalta-se que Marina Reidel, além de pesquisadora da temática, também é uma colaboradora de pesquisa, tendo sido entrevistada por Marco Antônio Torres, Neil Franco e Dayana Bruneto. Ao todo, nesses trabalhos foram contadas as histórias de vinte e três professoras diferentes, cujas trajetórias convergem para os marcadores em negrito nos próximos parágrafos, que serão utilizados, mais à frente para analisar e contar a história de Leona.

Com relação à **identidade de gênero**, a maioria das professoras pesquisadas se auto identificou como mulher transexual, buscando certo distanciamento da identidade travesti, o que leva a inferir que até mesmo no universo *trans*, a imagem da travesti é estigmatizada, geralmente possuindo uma associação com uma imagem negativa, na maioria das vezes, relacionada à prostituição. Embora compartilhe do entendimento de Pelúcio (2006) e Torres (2012) de que nem todas as travestis são prostitutas, tenham passado pela prostituição ou pretendem se prostituir, o senso comum (e ele se estende ao universo LGBT e ao universo *trans*) associa a travestilidade ao mercado do sexo. Contudo, nas pesquisas pode-se verificar que a prostituição para muitas se constitui como um rito de passagem nas travestilidades.

A família, segundo diversos autores, consiste no primeiro círculo social onde as pessoas *trans* são submetidas à preconceito e discriminação. Os relatos das professoras entrevistadas apontam para a existência de uma **rejeição familiar** em muitos dos casos, já que a maioria das professoras menciona a não aceitação de um ou de vários membros da família.

Além disso, de acordo com Soares *et al* (2011), a pessoa transexual nem sempre conta com amplo apoio daqueles que a rodeiam ou do con-

junto de pessoas que lhes são importantes. Para esses autores, da rede social de apoio, ou seja, daquelas pessoas do convívio, espera-se que exerçam funções como companhia, apoio e que sejam fontes de recursos materiais e de serviços. Pois, é na relação com elas que se constrói a identidade. (SOARES *et al*, 2011). Os autores destacam que o apoio social e emocional para enfrentar mudanças e situações de estresse deve se dar, também, por meio dessa rede, que é constituída de um grupo de pessoas com as quais o indivíduo mantém contato ou alguma forma de vínculo social, incluindo relacionamentos mais próximos, tais como familiares e amigos íntimos, e relacionamentos mais formais como os da profissão.

Nesse sentido, pode-se verificar em algumas pesquisas a importância que **as redes de apoio social** exercem no ingresso e permanência das professoras transexuais nos espaços escolares, bem como, no seu processo de transformação.

Nas narrativas das **trajetórias escolares** dessas professoras, é comum, emergirem cenas de violências físicas ou verbais, *bullying*, de não aceitação da identidade de gênero. De acordo com Santos (2015, p. 60), “a escola parece ser o reduto de maior confirmação que a “identidade *trans*” não é bem-vinda e muito menos considerada normal”. Há de se considerar, todavia, que algumas das professoras entrevistadas ainda não haviam passado pelo processo de transformação quando eram alunas, entretanto isso não foi impeditivo para que fossem submetidas às mais diversas formas de preconceito nos espaços escolares.

As narrativas permitem inferir também que as professoras *trans*, para justificarem a ocupação de um espaço como docentes em uma escola deveriam ser as melhores naquilo que fazem (REIDEL, 2013; SANTOS, 2015; TORRES, 2012), uma vez que suas condutas estão sob constante vigilância e qualquer deslize pode significar uma punição, como demissão, transferência de escola, e/ou advertências. Assim, em busca da sua **permanência nos espaços escolares**, as professoras *trans* buscam se defender através de mecanismos como processos administrativos ou judiciais (ou pelo menos ameaçar impetrá-los), quando sentem seus direitos violados.

Embora no início desse capítulo os/as alunos/as de uma escola tenham sido os responsáveis por submeter Luma Andrade a uma situação discriminatória e essa situação possa ser realidade para algumas professoras *trans*, a **relação das professoras entrevistadas com seus/suas alunos/as** não é única. Algumas relatam ter sofrido um preconceito inicial vencido após um trabalho realizado com os/as discentes em que se discute as identidades de gênero e o preconceito LGBT; outras relatam ser respeitadas pelos alunos de modo geral; enquanto outras revelam que de acordo com as características sociais nas quais as instituições escolares estão inseridas, os/as alunos/as, por sofrerem outras formas de preconceito, o acolhimento por parte deles/as é maior. De forma similar, se dá a **relação com os pais de alunos/as**.

Todavia, quando se debate a **relação com corpo docente e outros funcionários das instituições escolares**, as cenas de transfobia acabam se repetindo, havendo desrespeito, inclusive, no que tange ao **uso do nome social**.

Diante disso, em síntese, os marcadores da narrativa escolhidos para apresentar a narrativa de Leona foram:

- a) Seu processo de identificação e como se deu a construção de sua identidade de gênero;
- b) A sua relação com família;
- c) Sua rede social de apoio;
- d) Sua trajetória escolar;
- e) Sua permanência nos espaços escolares e possíveis mecanismos para manter-se na condição de docente;
- f) A relação com seus alunos/as;
- g) A relação com os pais/mães de alunos/as;
- h) A relação com o corpo docente e outros/as funcionários/as da escola e;
- i) O uso do nome social.

1.2 Quem é a Leona de quem se busca contar uma história?

O [nome] Leona, nem eu sei te dizer exatamente. Porque... todo mundo me pergunta [risos]. Na verdade, [risos] foi uma questão dos meus amigos que colocaram esse nome em mim. Eu fazia cursinho pré-vestibular na época, tinha aquela novela Cobras & Lagartos, e meu cabelo sempre foi loiro né? Aí tinha a Leona [personagem da novela interpretada por Carolina Dickimean] e eles ficavam assim você é a Leona, e ficou [risos]. E eu gostei! Todo mundo me pergunta! Porque geralmente tem uma associação com o nome, com o nome de registro e o meu não tem. Mas, eu acostumei e gostei e foi ficando e hoje em dia, todo mundo fala assim: “se você mudar seu nome vai ser **Leona mesmo!**? Por que você não põe outro?”. E eu não me vejo com outro nome que não seja Leona. O nome é forte, né? Todo mundo fala, pergunta se eu não penso em outro nome mais comum, e eu falo assim: “não, não tem outro! Tem que ser Leona”. É Leona! Não vejo outro! Mas, a pessoa tem um estranhamento a primeira vez que vê o nome... “Leona?”.. mas não vejo outro nome não. Eu até pensei em outro, mas não consigo achar outro que seja melhor que Leona não. Pra mim, não! (Leona, entrevista narrativa)

Mulher trans, Leona nasceu em 1988, em Congonhas, município histórico mineiro. Possui um irmão mais velho e uma irmã, aproximadamente um ano mais nova.

Além de ser formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é bacharela em Administração e pós-graduada, também pela UFMG em Artes.

Seu ingresso na docência se deu em 2012, mesmo ano em que iniciou seu processo de transformação em mulher *trans*. Desde então, foi aprovada em diversos concursos públicos, tendo solicitado exoneração de alguns, para que pudesse assumir o novo cargo.

É servidora efetiva pelo Estado de Minas Gerais, desde 2016, na função de professora da educação básica, atualmente exercendo função

comissionada como secretária escolar de uma escola localizada na zona rural do município de Conselheiro Lafaiete, desde meados de 2017, por indicação da diretora da escola. A indicação para ocupar o cargo configurou-se como uma oportunidade para que Leona tivesse um aumento de salário e não uma forma de invisibilizá-la ou afastá-la do exercício da docência por ser uma professora *trans*.

Em Congonhas, Leona ocupa o cargo de Professor - PEB I/Maternal, desde 2012, em uma creche municipal, sendo responsável por cuidar de crianças de 0 a 3 anos. Entretanto, destaca-se que até 2016, Leona possuía dois cargos de professora no município, tendo solicitado exoneração de um deles para que pudesse assumir o outro cargo a nível estadual.

A cidade de Congonhas situa-se na Macrorregião de Planejamento I de Minas Gerais, denominada Central, a 80 km da capital mineira, possuindo, de acordo com dados do Censo 2010, 48.550 habitantes. Sua rede municipal de ensino é composta por 33 escolas, englobando a educação infantil (creche e pré-escola) e o ensino fundamental. Com um quadro docente de aproximadamente 700 professores/as, a rede de ensino possui apenas uma professora transexual, conhecida como Leona Freitas. Por tratar-se de uma cidade de pequeno porte, a existência de uma professora identificada como transexual gerou certa repercussão entre os/as servidores/as municipais e de parte da população.

Por ter trabalhado na área da educação quando fui servidor do município, acabei por conhecer inúmeros/as profissionais que atuam na área e, através destes, tomei conhecimento de que uma professora transexual havia sido aprovada em concurso público e que assumiria a regência de uma turma de educação infantil. Essa rede de comentários pode indicar muitos elementos que se referem ao significado de uma *trans* ocupar uma função que desfruta de certo reconhecimento social.

Para confirmar se Leona era um caso único de docência *trans* no município, contatei a Secretaria de Educação, por telefone. Após minha identificação inicial e uma breve explanação da pesquisa, fui transferido para quatro setores diferentes, até que a responsável pela Diretoria de Ensino Infantil me atendeu.

A partir desse contato, as tramas heteronormativas que envolvem e/ou regulam a educação ficaram evidentes. Nenhum dos quatro profissionais que me atendeu enxergava Leona como uma mulher *trans* e a definiam como um sujeito homossexual que se vestia como mulher apenas. Quando indaguei se Leona era a única professora *trans* do município, obtive como resposta que “na rede, havia vários professores homossexuais, mas que se vestiam como mulher, eles acreditavam, existir apenas ela”. Aqui, pode-se considerar que não é apenas a ausência de um saber sobre as transexualidades que emerge, mas a força de um saber regulado pelas heteronormas que distribuem e classificam os corpos na sociedade.

Essa concepção das pessoas *trans* como sinônimo de homossexuais não se trata de uma exclusividade da minha pesquisa. Luma Andrade deparou-se com situação semelhante na sua pesquisa de doutorado. Ao buscar identificar dentre as escolas estaduais do Ceará, quais delas possuíam alunas travestis, os/as dirigentes das escolas tiveram dificuldade de identificar quais alunas eram de fato travestis, sendo comum confundí-las com garotos efeminados e/ou homossexuais.

Diante da resposta da profissional da Secretaria de Educação, reiterei que o objetivo era pesquisar professoras travestis ou transexuais e, por isso, era importante termos certeza do número exato de professoras no município que assim se identificassem. A profissional que me atendeu confessou não saber a diferença entre sujeitos homossexuais e pessoas *trans*, e solicitou que apresentássemos para ela a diferença.

Após ter apresentado, de forma sucinta, algumas considerações sobre essas identidades sexuais, a funcionária nos confirmou que Leona era a única professora *trans* do município e nos informou o nome e telefone da escola e onde a mesma lecionava, além do telefone da creche onde Leona também atuava, como cuidadora.

Coincidentemente, uma de minhas alunas do Curso de Secretariado, onde eu lecionava a disciplina de “Secretariado I” e “Ética e Cidadania”, era a secretária da escola onde Leona lecionava, além de ser sua amiga. Através dela, consegui o número de telefone celular de Leona e assim, no final de 2015, estabeleci o primeiro contato com a professora,

a partir do qual foram elaboradas algumas questões que desencadearam o projeto de pesquisa.

Em conversas posteriores, nas quais lhe apresentei os objetivos e questões iniciais norteadores do projeto de pesquisa, percebi, da parte dela, grande interesse, disponibilidade e confiança para colaborar com a pesquisa.

Em outro encontro, realizado em meados de 2016, Leona identificou-se como uma mulher transexual e, a partir dessa conversa, a construção da pesquisa se baseou em conformidade com a identidade sexual com que a qual ela se identifica. Nessa conversa, Leona manifestou o desejo de que seu nome social figurasse na pesquisa, ao invés da utilização de um nome fictício e seu desejo foi reiterado no momento da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com relação ao nome civil de Leona, considerando que, futuramente, ela poderia não se sentir-se bem ao vê-lo figurando nessa pesquisa, em conversa com nossa colaboradora, propus-lhe que utilizássemos um pseudônimo quando fosse necessário utilizá-lo no contexto da pesquisa. Contudo, Leona foi enfática ao rejeitar a proposta, alegando que ela não se sentiria confortável com a utilização de um nome fictício. Assim, atendendo ao desejo de Leona, seu nome civil também foi utilizado nesta dissertação.

Esse primeiro encontro foi realizado, a princípio, para apresentar de forma mais clara a pesquisa seria construída. Escolhemos um restaurante da cidade para esse bate-papo inicial. Nesse encontro, Leona foi acompanhada do marido. Conforme fomos conversando, percebi que Leona já estava disposta a nos contar parte de sua trajetória e optei por gravar o diálogo, que acabou se revelando como uma rica narrativa. Assim, optei por incluir os dados obtidos a partir dessa primeira conversa com Leona, que foi intitulada como “entrevista preliminar”. Posteriormente, foi realizada uma nova entrevista com a professora, conforme explicito na seção seguinte.

1.3 Escolhendo os caminhos para se contar a história de Leona

Para atingir os objetivos propostos nesta de pesquisa, optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa. Para Duarte (2015), a pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades, sendo que tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

Maria Cecília de Souza Minayo (1994) destaca que a pesquisa qualitativa busca responder questões muito particulares, se preocupando, na área das ciências sociais, com uma realidade que não pode ser quantificada, uma vez que ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes – o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esse tipo de pesquisa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Assim, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado. (DUARTE, 2015)

Dentre as pesquisas qualitativas, o estudo optou pela pesquisa etnográfica. Embora seja comum, de acordo com Godoy (1995), associarmos a pesquisa etnográfica com a antropologia (onde ela tem sido tradicionalmente empregada em estudos com populações primitivas e minorias culturais), atualmente, ela é utilizada também na exploração de temáticas associadas a outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a educação, a psicologia social e a administração.

A pesquisa etnográfica, de acordo com Mattos (2001), compreende o estudo – pela observação direta e por um período de tempo – das for-

mas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula. Este contato com o contexto de Leona certamente possibilitará diálogos mais fecundos com sua narrativa.

As características específicas da pesquisa etnográfica, para Silveira e Córdova (2009, p. 41), são: o uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos;

- a interação entre pesquisador e objeto pesquisado;
 - a flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa;
 - a ênfase no processo, e não nos resultados finais;
 - a visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências;
 - a não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado;
 - a variação do período, que pode ser de semanas, de meses e até de anos;
- a coleta dos dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório.

Com relação ao tempo despendido pelo pesquisador no desenvolvimento do trabalho, Trad (2011) argumenta que é razoável problematizar sobre o risco de que uma permanência muito abreviada sobre o campo tenha como resultado um conhecimento muito superficial da realidade estudada. Contudo, a autora enfatiza que:

A discussão sobre o tempo de permanência no trabalho de campo deve considerar sempre a intensidade e a consistência das interações processadas entre o pesquisador e seus informantes. Uma maior ou menor oportunidade do pesquisador de acercar-se ao universo pesquisado, ou de explorar situações ou informações vinculadas ao objeto de estudo, bem como sua habilidade para apreender e traduzir o observado ou dito, são aspectos que incidirão sobre a qualidade do produto etnográfico. Além disso, é importante considerar também outros recursos que o pesquisador pode dispor 'fora' do campo. As notas de campo não são

a única fonte de informação disponível sobre o tema ou objeto de estudo (TRAD, 2011, p. 629).

Relativo aos instrumentos de coleta e análise utilizados nessa abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Desse modo, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explicita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador. (MATOS, 2011).

Para essa pesquisa, o instrumento para a coleta de dados utilizado foi a entrevista narrativa, uma vez entendo que esse recurso seja o mais adequado para a compreensão de problemas e questões relacionados à transexualidade na profissão docente, dentro do contexto do estudo. Isso se deve ao fato de que “as entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos não específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 194). Assim, ao optar pela narrativa de uma professora, essa modalidade de entrevista pode criar uma possibilidade de aprofundar o diálogo entre mim e minha entrevistada.

Não obstante, conforme defendem Muylaert *et al.* (2014), esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. Existe nas entrevistas narrativas uma importante característica colaborativa, já que a história emerge do processo de interação, de troca, do diálogo entre entrevistador e participantes. Segundo Hartman (2012) é nessa relação de troca entre narrador e ouvintes que se revivem as experiências; é no ato de transmiti-las que se legitimam os saberes, os conhecimentos e as tradições.

Na entrevista narrativa, “se considera que nossa memória é seletiva, lembramos daquilo que podemos e alguns eventos são esquecidos deliberadamente ou inconscientemente”. O importante é o que a pessoa registrou de sua história, o que presenciou, o que é real para ela e não os

fatos em si (MUYLAERT *et al*, 2014). Como se referem às experiências vividas pelo narrador, as narrativas, no momento em que são transmitidas, são ouvidas pela audiência com a legitimidade de um testemunho. (HARTMAN, 2012, p.188)

“As entrevistas narrativas são mais apropriadas para captar histórias detalhadas, experiências de vida de um sujeito ou de poucos sujeitos” (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 197), por meio de relatos orais que retratem a totalidade da história de vida de um sujeito ou incompletos, dando ênfase a um episódio qualquer de sua experiência.

Nas entrevistas narrativas, solicita-se ao informante que apresente, na forma de uma narrativa improvisada, a história de uma área de interesse da qual o entrevistado tenha participado. A tarefa do entrevistador é fazer com que o entrevistado conte a história da área de interesse em questão como uma história consistente de todos os eventos relevantes, do início ao fim. (FLICK, 2008).

Entretanto, a entrevista narrativa não se trata apenas de uma mera reprodução da biografia do informante:

As narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo, são também constitutivas de fenômenos sóciohistóricos específicos nos quais as biografias se enraizam. As narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 196)

Desse modo, para se realizar uma entrevista narrativa, é imprescindível em seu instrumento de coleta uma questão gerativa, “que se refere ao tópico de estudo e que tem por finalidade estimular a narrativa prin-

cipal do entrevistado” (FLICK, 2008, p. 166). A pergunta é muito pouco específica, podendo direcionar o sujeito a contar toda a história de sua vida ou pode visar a algum tópico da biografia do informante.

Segundo Flick (2008), é crucial para a qualidade dos dados que o entrevistado, ao iniciar seu relato após a pergunta gerativa, não seja interrompido, ou tenha sua narrativa obstruída por qualquer pergunta ou direcionamento.

A questão gerativa para a realização da entrevista narrativa com uma professora transexual foi baseada nas orientações apresentadas por Flick, em seu livro “Introdução à pesquisa qualitativa”. Nesse contexto, a questão gerativa foi assim formatada: **“Gostaria que você me contasse como foi o seu processo de transformação enquanto mulher transexual, evidenciando as situações de preconceito que possa ter vivenciado no seio familiar, nos círculos sociais, entre amigos, como estudante e professora, por último, relatasse a importância de trabalhar gênero e sexualidades na educação infantil”**. A questão foi formulada a partir de diálogos que já havia travado com Leona, quando soube que ela se define como mulher transexual, antes ainda da entrevista preliminar. Estes diálogos se mostraram bastantes significativos na construção da relação de confiança entre quem ouve e quem narra.

A segunda entrevista com Leona (entrevista narrativa) foi realizada na minha residência, em agosto de 2017. A opção pelo local se deu para que pudéssemos ter maior privacidade e para evitar que ruídos externos interferissem na gravação da entrevista, dificultando o processo de transcrição.

A entrevista foi iniciada com a questão gerativa, e não foram feitas interrupções nesse processo. Somente após a narrativa de Leona, voltei em alguns pontos que considerei oportuno que fossem melhor compreendidos.

Posteriormente à realização das entrevistas, realizei as suas transcrições e respectivas análises. Apesar de a transcrição consistir num processo que demanda bastante tempo, essa fase do processo é extremamente importante, pois é ela que permite ao pesquisador procurar sentido e

compreensão da narrativa, uma vez que aspectos não compreensíveis podem surgir e exigir uma nova entrevista com determinada pessoa. (BRITTO-JUNIOR; JÚNIOR; 2011).

Destaca-se que, na transcrição, o enfoque se dá naquilo que foi ou não falado, isto é, transcreve-se o que foi falado, mas pode-se perceber o que foi ou não perguntado; o que foi ou não respondido; o que está inaudível ou incompreensível. Além disso, fundamentado no próprio comportamento da entrevistada, pelo seu tom de voz, pelo fato de haver ocorrido uma pausa no diálogo, o entrevistador tem condições inclusive de saber se essas interferências tiveram alguma influência ou não no momento da entrevista. Deve-se observar, ainda, a performance da entrevistada, ou seja, avaliar se as expressões faciais, o desvio de olhar, as mensagens corporais que carecem de ser transcritas ou não – elementos que poderão estar relacionados ao processo de análise e interpretação (MANZINI, [s.d]).

Para a transcrição das entrevistas realizadas, utilizei uma adaptação do método utilizado por Luciana Hartmann (2012), cujo objetivo é buscar uma diagramação que se aproxime do fluxo da narrativa tal como ela ocorreu em sua forma oral. Desse modo, mudanças de linha representam separação de sentenças; reticências representam pequenas pausas; negrito indicam ênfase dada pelo contador à determinada palavra; itálico sinalizam grafia incorreta de algumas palavras buscando maior proximidade com a sua pronúncia na oralidade; palavras grafadas totalmente em letras maiúsculas indicam pronúncias enfatizadas em volume mais alto; repetição de vogais indicam sílabas alongadas; e os colchetes são utilizadas para a inclusão de observações do pesquisador (seja para inserção de informações necessárias à compreensão do que é dito ou para indicação de performances da entrevistada).

Durante nosso primeiro encontro, Leona me informou ter redigido um memorial durante a sua graduação em Pedagogia, onde conta sua trajetória de vida que antecede à sua transformação em mulher transexual e, gentilmente, nos cedeu o material que servirá também como fonte de coleta de dados para essa pesquisa. Assim, a narrativa de Leona foi

contada a partir da transcrição dos nossos encontros e de seu material autobiográfico, uma vez que o material fornecido poderá oferecer dados importantes e ricas reflexões para a análise que esta pesquisa se propõe.

A partir da sugestão da banca de qualificação, realizei uma observação participante num dos espaços escolares onde Leona trabalha. Distinta da entrevista, na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo de acordo com as suas interpretações daquele mundo; ao mesmo tempo em que participa nas relações sociais e procura entender as ações no contexto da situação observada.

Para Bessa Fernandes e Rasga Moreira (2013, p. 519), “por meio do contato direto, a observação participante estabelece relações informais entre os sujeitos observados e o pesquisador, que lança mão de recursos variados para a coleta e análise de informações e dados”. Para esses autores, os recursos que podem ser utilizados pelo pesquisador são:

a) Um **roteiro de campo**, no qual previamente o pesquisador estabelece diretrizes a serem exploradas, quer dizer, as questões que se deve observar de acordo com os objetivos da pesquisa, sem a preocupação de segui-las com rigidez absoluta, deixando espaço para “imponderáveis”, situações inesperadas) e insights - “estalos”, percepções do pesquisador a partir de determinadas situações, fatos, diálogos ou lembranças, estabelecendo conexões lógicas entre dois ou mais elementos.

b) Um **diário de campo**, no qual o pesquisador registra suas impressões sobre o cotidiano dos sujeitos observados, atentando para o fato de que aquilo que se anota ainda não é dado científico, pois surge a partir da submissão das informações coletadas às categorias de análise construídas pela reflexão teórica;

c) **Informante(s)-chave**: um ou vários sujeitos observados (uma «rede»), que apresenta(m) para o pesquisador atributos para facilitar a obtenção de dados, dada sua inserção no meio onde a observação se processa. Pode(m) abrir ou fechar portas e caminhos para a pesquisa, dependendo do desenvolvimento da relação estabelecida com e pelo pesquisador;

d) **Gravador(es) ou câmera(s)**, recursos tecnológicos au-

xiliares da observação, que possibilitam a captação de dados audiovisuais, contribuindo para dar suporte e apoio complementar à memória e ao diário de campo do pesquisador. (grifos meus)

A partir da entrevista narrativa realizada com Leona, soube que a diretora de uma das escolas onde ela trabalha, ao ter conhecimento de que uma professora transexual iria integrar o quadro docente da instituição, realizou uma reunião com os/as demais funcionários/as da escola, a fim de preparar sua chegada e pedir que os colegas a respeitassem. Tal postura pareceu similar à preparação realizada pela diretora da escola onde Marina Reidel lecionava e achei oportuno fazer uma entrevista com a diretora da escola, durante a observação participante, a fim de identificar como se deu todo o processo da chegada de Leona na instituição escolar.

Ao contrário da entrevista utilizada com Leona, a entrevista com a diretora da instituição não seguiu uma pergunta gerativa, tampouco um roteiro estruturado. A entrevista ocorreu em tom de diálogo, e à medida que os fatos eram narrados, as questões eram formuladas.

Utilizei, ainda, o levantamento bibliográfico a fim de identificar, inicialmente, autores que nos precederam no debate da docência *trans* e apresentar as contribuições que seus estudos tiveram nessa área. Considerando que o levantamento bibliográfico consiste, em linhas gerais, num apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes (LUNA, 1999), ele permitirá apresentar um referencial teórico condizente com o tema da pesquisa.

Por reconhecer a importância e potência da voz dos sujeitos que vivem a experiência transexual e que sempre foram silenciados, além dos/as autores/as acadêmicos/as, nessa dissertação busco dialogar com textos escritos por pessoas *trans* e/ou que militem junto ao movimento LGBT, mesmo que esses não possuam atuação junto à academia.

O ato de reconhecer a potência da voz de transexuais e travestis se justifica, inclusive, pelo posicionamento de algumas pessoas *trans* de que somente elas poderiam falar ou produzir conhecimento sobre elas

mesmas, pois pessoas cisgêneras (não-transexuais) poderiam incorrer no risco de se apropriar inadequadamente dessas experiências, reproduzindo discursos que se distanciam dos posicionamentos desses sujeitos.

Um exemplo disso é o comentário realizado por Maria Clara Araújo Passos, estudante travesti do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, em seu perfil no Facebook:

<Eu não ajudo trabalhos acadêmicos de pessoas cis sobre pessoas trans.>

Enquanto travesti acadêmica que defende travestis e pessoas trans serem donas de suas próprias narrativas, prefiro focar no ingresso, permanência e produção da minha população, dentro da universidade, do que auxiliar a vida acadêmica de pessoas cisgêneras. É sobre prioridades. Porém, o que eu posso fazer é indicar leituras para quem tem interesse: o site Transfeminismo tem uma parte especial para artigos e afins e recomendo <muito>. Espero que seja útil. (PASSOS, 2015)

Outros exemplos são as falas de duas lideranças do movimento social de travestis e transexuais, durante o XI Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais, realizado em Curitiba no ano de 2015 e que são citados por Dayana Brunetto (2017, p.45) em sua tese de doutorado. Patrícia, uma das lideranças agradece às pesquisadoras que já fizeram trabalhos sobre travestis e transexuais, no entanto, afirma que agora são as próprias travestis e transexuais que falam por si mesmas na academia. A outra liderança, Alice, afirma que só as pessoas trans podem falar com legitimidade sobre as pessoas trans. Segundo ela, chega de outras pessoas falarem sobre elas, nem que para isso seja preciso que elas se recusem a participar de pesquisas que não sejam realizadas por pesquisadoras trans.

Embora discorde parcialmente do posicionamento dessas pessoas – pois, de forma análoga, somente negros poderiam escrever/falar de negros, somente mulheres poderiam falar de si, somente homossexuais poderiam falar de seus pares – entendo que as pessoas trans são capazes de produzir discursos potentes e que merecem ser considerados, já que são muitas vezes ignorados.

As pessoas trans falam, mas quase ninguém consegue ouvir. Suas vozes são silenciadas. Elas gesticulam, mas quase ninguém consegue ver. Seus gestos são invisibilizados por uma sociedade excludente e preconceituosa. É urgente que comecemos a refletir sobre a vivência dessas pessoas e que comecemos a desconstruir em nós os velhos preconceitos que ainda existem. (BORBA *et al.* 2016, p.6)

1.3.1 No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho: percursos e percalços

Para a realização da observação participante na escola Estadual B⁵, do município de Conselheiro Lafaiete, entrei em contato, primeiramente com a diretora da instituição, que prontamente manifestou sua anuência na realização da observação participante na instituição.

A fim de respeitar os trâmites legais, contatei a Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete que referendou a autorização da diretora da escola, por meio de sua Chefia de Gabinete. Dessa forma, realizei duas visitas à escola, ambas no mês de setembro de 2017.

Contudo, se o acesso à Escola B. se deu forma tranquila e sem embargos, o mesmo não se pode dizer quando solicitamos à Secretaria Municipal de Educação de Congonhas, autorização para que realizássemos a observação participante na creche D⁶. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área.

Para termos autorização que permitia irmos até à creche onde Leona trabalha, contatei, no dia 05 de setembro de 2017, por telefone, a diretora da instituição que nos informou que ela não apresentaria nenhuma objeção para que realizássemos a observação participante, desde que obtivéssemos autorização da secretaria da educação, por meio da Diretoria de Educação Infantil. A diretora da creche me solicitou, ainda,

⁵ Optei pela omissão do nome da escola, a fim de preservar Leona e os sujeitos relacionados à pesquisa.

⁶ Optei pela omissão do nome da creche, a fim de preservar Leona e os sujeitos relacionados à pesquisa

que quando entrasse em contato com a SME, omitisse o fato de que já havia contatado-lhe anteriormente, sob a alegação de que era necessário respeitar a hierarquia organizacional.

Entre em contato com a Diretoria de Educação Infantil para explicar o objetivo da pesquisa e a intenção de realizar a observação participante, conforme sugestão da banca de qualificação. Inicialmente, a Diretora pareceu um pouco perdida quando utilizamos o nome social de Leona. Para a diretora, não pareceu claro quem era Leona. Quando a questioneei se havia alguma professora transexual no município, ela me perguntou se eu falava de [nome civil]. E durante todo nosso contato telefônico, ela se referia à Leona no masculino e utilizava seu nome de registro.

Reticente, a profissional disse que seria necessário agendar uma reunião comigo para que o projeto de pesquisa fosse mais bem explicado e, de preferência, que essa reunião fosse realizada conjuntamente com a Secretária de Educação. Prontamente, me disponibilizei a participar da reunião, em data e horários que fossem mais convenientes para ambas e ela ficou de me retornar, após o recesso escolar de 07 a 17 de setembro de 2017, em virtude da realização de uma festividade do município, denominado Jubileu do Senhor Bom Jesus⁷.

No dia 18 de setembro, conforme solicitado pela servidora, retornei a ligação, mas não consegui localizá-la na instituição para que agendássemos a reunião. As ligações telefônicas prosseguiram nos dias seguintes e, sempre, a profissional estava em horário de almoço ou em reuniões externas. Por fim, consegui conversar com sua secretária que ficou de dar-me um retorno, assim que possível.

Aguardei mais alguns dias e diante do silêncio ou ausência de retorno por parte do órgão, liguei novamente, tendo, mais uma vez recebido a informação de que minha solicitação de agendamento estava em análise e, brevemente, eu teria um retorno da data para a reunião. No dia 29 de

⁷ Trata-se de uma festividade religiosa secular no município de Congonhas. Ocorre anualmente de 07 a 14 de setembro de 2017. Durante o período, todas as escolas do município e setores da Secretaria da Educação entram em recesso escolar, retomando suas atividades no primeiro dia útil posterior ao evento.

setembro de 2017, fui informado que a reunião estava agendada para o dia 04 de outubro, às 14:00.

Na data e horários marcados, compareci a SME. Assim que cheguei ao local, fui informado que a diretora estava em atendimento e que eu seria atendido em seguida. Após aguardar cerca de 1h10 minutos, fui chamado para a sala de reuniões, onde me reuni com a Diretora de Educação Infantil e a Coordenadora de Educação Infantil. Embora a informação inicial fosse de que a presença da secretária da SME fosse imprescindível, não foi isso que, de fato ocorreu.

A reunião iniciou com as apresentações costumeiras e me solicitaram que eu explicasse o meu projeto de pesquisa. Primeiramente, apresentei os objetivos do projeto, as metodologias pretendidas, e fui interrompido pelas servidoras, com questionamentos acerca de termos utilizados na definição dos objetivos.

Como parti do pressuposto de que os espaços escolares são heteronormativos, o questionamento das servidoras era sobre o significado de heteronormativo e, após ter explicitado o termo, elas argumentaram que eu não poderia afirmar que a creche ou a secretaria de educação tivessem preconceito contra Leona. A partir daí, a conversa começou a transitar sob uma “corda bamba”. Expliquei que a revisão bibliográfica nos permite inferir que ocorre transfobia nos espaços escolares, e citei alguns exemplos de práticas transfóbicas.

Para as servidoras, não havia um propósito de se realizar uma pesquisa dessa natureza, pois para a SME e a creche, a situação de Leona, era bastante natural. Todavia, durante toda a reunião, Leona continuou sendo tratada como pertencente ao gênero masculino e pelo nome de registro, sob o argumento de que, em nenhum momento, ela havia manifestado o desejo de ser tratada no feminino e pelo nome social.

Por diversas vezes reiteraram, que não há nenhum tipo de preconceito contra Leona e que não haveria necessidade de que eu fosse até à escola para constatar isso, que bastava eu entrevistar algumas pessoas da secretaria para corroborar esse fato.

Expliquei a importância de uma observação *in loco*, de se observar como é a relação dos/as alunos/as com a Leona e, novamente, fui in-

terrompido pela coordenadora, alegando que ela não concordaria com minha entrada em sala de aula, pois Leona, na creche, lida com crianças de 0 a 3 anos e uma pessoa estranha na sala poderia causar alguns transtornos, pois os alunos poderiam se assustar. Além disso, segundo ela, poderia haver questionamentos de alguns pais com relação a minha presença junto aos seus filhos. Que há uma preocupação por parte da SME do ingresso e permanência de pessoas estranhas nas creches, haja vista que são crianças de menos idade.

Fui questionado por diversas vezes, se não haveria uma exposição desnecessária de Leona, pois para todo mundo, sua “opção sexual” (expressão utilizada na escola e pela SME) era normal e ela era tratada como qualquer outro professor, seja por parte da secretaria, como pelo corpo de funcionários da creche e pais de alunos/as. Questionaram como que a minha presença no espaço poderia ser explicada para pais que porventura lá estivessem e para os/as funcionários/as.

Respondi que entendia toda a preocupação com relação ao bem-estar e segurança das crianças, todavia, a observação participante poderia ocorrer fora de sala de aula, nos espaços comuns de lazer, por exemplo, e que eu poderia observar o trabalho de Leona, até mesmo de fora da sala, sem ser imprescindível minha presença dentro de sala.

Pontuei que a minha presença poderia ser explicada de forma simplificada, dizendo que eu era um mestrando em educação e que pesquisava a história de vida de Leona. Que não havia nenhum impedimento quanto a isso, tampouco constrangimentos seriam causados. Também disse que eu poderia ouvir os/as funcionários/as, observando o local de trabalho de forma geral.

As servidoras contra argumentaram alegando que talvez fosse dispensável a observação participante, pois talvez eu não conseguiria identificar nada que ajudasse minha pesquisa. Destacaram que, na creche, as pessoas tratam Leona como homem e pelo nome civil, e questionaram como eu colocaria essa informação na minha pesquisa. Reiteraram que Leona nunca impôs, ou solicitou, que fosse tratada de forma distinta.

E, mais uma vez, o uso do nome social veio à tona, bem como ficou

nítido o desconforto que ambas profissionais estavam sentindo durante a reunião. Por outro lado, observei o empenho de ambas profissionais em tentar me desestimular de todas as formas possíveis para que eu pudesse ir à creche, uma vez que eu rebatia os argumentos por elas apresentados.

Foi necessário que eu pontuasse, mais uma vez, que o que estava sendo discutido ali, não era o uso ou não do nome social por parte da instituição, embora isso fosse relevante como critério de observação, mas a permissão (ou não) para que eu pudesse ir à creche e realizar a observação participante. Foi-me sugerido que eu aplicasse um questionário estruturado para os/as servidores/as, proposição imediatamente rejeitada por mim, por tratar-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e um questionário estruturado não atenderia aos objetivos da pesquisa, pois esse era um instrumento de coletas de dados mais utilizado em pesquisas quantitativas.

Novamente, fui questionado para quê Leona estava se expondo dessa forma numa pesquisa e por quê ela estava utilizando a pesquisa para dizer que queria ser tratada pelo nome social. Que ela poderia apenas dizer e eles prontamente atenderiam a solicitação. Mas, que não saberiam como as crianças iriam reagir, se ela optasse por isso.

Pontuei que o foco da reunião não era discutirmos a adoção do nome social, embora eu estivesse participando de forma ativa junto a uma vereadora, para a submissão de um projeto de lei junto ao pleito da câmara municipal, para a adoção de nome social nas repartições públicas do município. A menção à tal proposição de projeto de lei provocou certo desconforto nas servidoras que disseram não ver necessidade para que se criasse uma lei para isso. Embora o tema da reunião não fosse esse, mas como o tema sempre emergia, contra argumentei, pontuando os benefícios advindos da adoção de uma lei nesse sentido e como a SME poderia ser parceira para a efetivação disso no município.

Com relação à exposição de Leona e ao argumento do uso da pesquisa para colocar-se em evidência, pedi-lhes que refletissem como a história de Leona poderia ser um exemplo de que o ingresso e permanência na docência, a despeito de todas as adversidades, era possível, e

como ela poderia ser uma referência para outras mulheres trans. Pedilhes que considerassem olhar a situação sobre outro viés. De que não havia uma utilização da pesquisa para colocar-se em evidência, mas pelo contrário, como uma luta contra a invisibilidade social que as pessoas trans estão, cotidianamente, submetidas.

A reunião foi interrompida, por diversas vezes, com saídas frequentes da diretora, que entendemos como solicitações realmente necessária de sua presença em outros espaços. No entanto, ficou nítida e indisfarçável o empenho de ambas as servidoras de me convencer a desistir de ir até à creche. Isso evidenciou-se, em diversos momentos, durante as falas e posicionamentos das servidoras. Apesar disso, ambas disseram que não tencionavam impedir que eu fosse até lá, porque eu poderia imaginar que a situação na creche era tão insustentável para Leona que elas queriam impedir minha entrada.

Todavia, a Diretora ponderou que, caso houvesse uma decisão favorável ao meu pedido, ela não permitiria que dentro da creche eu me dirigisse à Leona, pelo seu nome social, para não criar nenhum transtorno junto às crianças. A coordenadora ponderou, inclusive, que seria extremamente desagradável que elas tivessem que se reportar à UFOP alegando que eu criara algum constrangimento ou desconforto dentro da creche.

Diante da ameaça presente nas duas observações, educadamente, mas de forma firme, pontuei que não era a minha intenção criar quaisquer transtornos dentro de uma instituição pública, todavia, a seriedade da minha pesquisa era inquestionável e que documentos com anuência da UFOP à minha pesquisa seriam apresentados à SME. Que eu tinha ciência das minhas responsabilidades como pesquisador, contudo eu iria me referir à Leona como sempre me referi, no feminino e pelo seu nome social. Disse, também, que entendia as limitações que seriam impostas para a realização da minha observação participante, mas que eu não enxergava como problemática, a referência à Leona no feminino, uma vez que as suas vestimentas e sua aparência física, por si só já o faziam. Além, disso, segundo a própria Leona, ela é tratada pelos alunos como

tia, ou seja, elas já a enxergam como uma figura feminina e não seria eu o catalisador disso.

Embora o desconforto com a minha resposta tenha sido evidente, ela não foi rebatida. Por fim, a reunião foi finalizada com a imposição da realização de uma nova reunião, em data a ser definida, com a participação de Leona. Além disso, a Diretora ficou de consultar se poderia liberar minha ida à creche, sem ter explicado todavia quais as instâncias que seriam consultadas. Agradei a oportunidade e destaquei minha disponibilidade em responder a eventuais esclarecimentos.

Após a reunião, alguns pontos ficaram evidentes ou fizeram-se transparecer nas entrelinhas do que era dito e também, daquilo que não se verbalizou. A ideia inicial, por parte da SME, era de que eu aceitasse uma resposta negativa, mas como houve argumentações contrárias de minha parte e certo embate, a decisão ficou para outro momento.

Além do desconforto durante a reunião por parte das profissionais, foi notório o despreparo dessas profissionais em entender a identidade de gênero de Leona. Não é claro para elas, conceitos como heteronormatividade, heterossexualidade, homossexualidade, homofobia, dentre outros. Por outro lado, a negação dos processos de negação do nome social e o apagamento da transexualidade de Leona indicam a força da heteronormatividade que organizam o pensamento que orienta o contexto de nossa pesquisa.

Outrossim, para elas, a pesquisa servirá para dar projeção à Leona, ou seja, servirá para colocar a transexualidade na inteligibilidade da escola, para produzir formas de reconhecimento à professora trans. Suas falas, inclusive, deixaram isso claro. Preocupam-se com o que essa projeção de Leona poderá ocasionar e preferem ser melhor deixar Leona invisibilizada.

Por outro lado, há certo receio da minha ida à creche. Defendem veemente a não existência de preconceito transfóbico no espaço. Embora isso possa ser verdade, a insistência em fazer-me desistir da ideia de ir até o local passou a suscitar em mim, a hipótese de que a realidade seja outra. Certamente, ao observar as dinâmicas no contexto de traba-

lho de Leona, seria possível deparar com cenas transfóbicas, mas outras questões emergiriam, principalmente àquelas referentes as relações da professora com as crianças.

Cerca de uma semana depois, recebi um retorno telefônico da SME, orientando-me que abrisse um processo junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura de Congonhas, solicitando permissão para que eu realizasse a observação participante na creche. Após cerca de dois meses de negociação, recebi uma ligação da Secretaria de Educação informando que meu pedido seria negado, sem apresentar, contudo detalhes que basearam a negativa.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS NECESSÁRIOS: FALANDO DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

Embora sejam, muitas vezes, confundidos como sinônimos, gênero, orientação sexual e identidade sexual são termos que carecem ser melhor compreendidos, pois são produzidos com diferentes significados no campo acadêmico e mesmo militante. Gênero é considerado diferente de orientação sexual que é articulado de modo bastante diferente de identidade de gênero. São três ideias, três conceitos que definem aspectos bem distintos de uma mesma pessoa e que devem ser entendidos em sua complexidade, em seu contexto social e na singularidade na formação de cada ser humano. Esses termos articulados dentro das políticas de direitos humanos passam a fazer sentido para os sujeitos, pois fornecem a eles experiências de reconhecimento, ainda que precário, nas políticas públicas. Vejamos um pouco do modo como estes termos são discutidos nas pesquisas.

Historicamente, as primeiras discussões sobre a categoria gênero desenvolveram-se no movimento feminista dos anos 1960/1970 (SANTOS, 2015), tendo iniciado sem prestígio acadêmico, e posteriormente foram ganhando autonomia no campo da pesquisa acadêmica atingindo hoje status mais consistente (ABREU E ANDRADE, 2010).

Neil Franco (2009), baseado nos estudos de Silva, T. (2007), afirma que a inserção do gênero em nossa história social é relativamente recente. Segundo o autor, saído da gramática em que se restringia à designação do sexo dos substantivos, o termo gênero foi utilizado pela primeira vez em 1955 pelo biólogo estadunidense John Money como a possibilidade de identificar os aspectos sociais do sexo.

De acordo com Cardoso (2008), a produção teórica de John Money caracteriza-se por uma profunda preocupação em tentar organizar e

articular a sexualidade humana a partir de uma ótica interacionista, ou seja, procurando articular a capacidade cultural humana com as origens filogenéticas da espécie. Todo o seu pensamento provém de uma vida inteira dedicada ao tratamento e à pesquisa de pacientes intersexuais, os quais, Money compara a um laboratório vivo onde as pesquisas experimentais ligadas a questões entre natureza e cultura podem ser contempladas. “Segundo Money ser macho ou fêmea, ou ainda intersexo, são *categorias* que se estruturam a partir do critério da genitália com qual o indivíduo nasceu. Já o gênero seria algo singular e não-plural”. (CARDOSO, 2008, p.69).

Apesar da categoria gênero não ter sido problematizada diretamente por Foucault, segundo Santos (2015), suas obras impulsionaram as pesquisas nesse campo sob um viés pós-estruturalista, principalmente, após a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de autoria de Joan Scott. “Nesse artigo, Scott descreve gênero como sendo uma categoria discursiva no campo das diferenças entre os sexos” (SANTOS, 2015, p. 50).

Assim, esse conceito de gênero – desenvolvido pela teoria feminista na década de 1980 e mais tarde rediscutido por Scott (1990) – refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. “As relações de gênero (assim como as de classe e raça ou etnia) são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Enquanto sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente sendo, portanto, variável e mutável”. (ABREU, ANDRADE, 2010, p.3).

Coaduna nesse sentido o posicionamento de Neves, Alencar e Fonseca (2000, p. 2112):

Didaticamente, pode-se considerar que gênero é o conceito que se refere a um sistema de papéis e relações entre homens e mulheres, determinado pelo contexto social, cultural, político e econômico. Com efeito, enquanto o sexo biológico de uma pessoa é determinado pela natureza bio-

lógica, o gênero é construído: difere de uma sociedade para outra e pode ser alterado de acordo com a época. Em suma, falar em sexo implica referir os aspectos físicos e biológicos de macho e fêmea, diferenças que estão presentes nos nossos corpos e que não mudam radicalmente, mas apenas se desenvolvem de acordo com as etapas do crescimento humano.

Com isso, de acordo com Franco (2009), definiu-se a oposição existentes entre as categorias sexo e gênero, referindo o termo sexo exatamente aos aspectos biológicos da identidade sexual e o termo gênero aos aspectos sociais construídos nesse processo de identificação. Esta compreensão foi questionada por Judith Butler (1990) que analisa que tanto sexo como gênero são produções discursivas, pois mesmo o biológico é significado na linguagem dentro das lógicas heteronormativas.

Ao longo da história da humanidade, existem diversos exemplos de como o gênero se constitui em uma construção cultural, isto é, pessoas que nascem com um sexo biológico e se transicionam para o sexo oposto. São exemplos as Acaults da Birmânia; as Berdaches da América do Norte; As Fa'afafine de Samoa e Nova Zelândia; as Fakaleiti de Tonga; as Hijras da Índia e Paquistão; as Kathoey da Tailândia; as Kyrpy-meno do Paraguai; as Mahu da Polinésia; as Muxes do México; e os Virgens Juramentados dos Balcãs.⁸

Pelas experiências apresentadas percebemos que as formas de expressão identitária dos sujeitos, e daquilo que definimos como sexualidades, dizem de contextos sociais específicos em que se inserem. Nesse sentido, é correto afirmar que as questões de gênero e sexualidade não se restringem apenas às características biológicas. “O gênero é uma ferramenta política nas quais as identidades de gêneros e sexuais se confundem e se misturam, e nem sempre estão evidentes no discurso dos sujeitos” (SANTANA, 2016, p. 101). Ou seja, o sexo, pensado como biológico, não determina necessariamente qual é o gênero da pessoa, ainda

⁸ Essas identidades de gênero foram elencadas por Urbano Félix Pugliese do Bomfim (2015), em sua tese “O Direito como Instrumento Protetor dos Vulnerados na Seara das Sexualidades”. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17762/1/Urbano%20F%C3%A9lix%20Pugliese%20do%20Bomfim%20-%20Tese%20finalizada.pdf>>.

que as normas heteronormativas da sociedade exijam que se ela possuir um pênis, deve adotar o gênero masculino, desejar e praticar sexo com uma mulher” (SANTANA 2016).

Coaduna, nesse sentido, o posicionamento de Louro (2009, p. 39):

Mulheres e homens produzem-se de distintas formas, num processo carregado de possibilidades e também instabilidades... Deste modo, pode haver e há muitas formas de ser feminino ou de ser masculino, e reduzi-las a um conjunto de características biológicas resulta, seguramente, numa simplificação... As formas de viver nossos prazeres e desejos não estão dadas, prontas, pela Natureza; há toda uma complexa combinação de sentidos, de representações, de atribuições que efetivamente vão constituir aquilo que chamamos de sexualidade.

Por outro lado, a identidade de gênero é uma categoria produzida nas políticas de direitos humanos, nos Princípios de Yogyakarta, em 2006. Nestes, identidade de gênero é uma autoidentificação que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando do seu nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer com um sexo biológico – homem ou mulher – e se identificar como o gênero oposto. Assim, para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas reconhecidas por alguns, como parte do grupo chamado de “transgênero”. (JESUS, 2012).

Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero, ancorados nos Princípios de Yogyakarta, a orientação sexual consiste na atração afetivo-sexual por alguém que pode ou não ser do mesmo sexo. Desse modo, a orientação sexual, de acordo com Seffner (2014), se articula na seguinte tríade: homossexual, heterossexual e bissexual. Desse modo, podemos conceber a ideia da existência de homens/mulheres heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, se articulando em identidades, entre as quais algumas se destaquem mais. “Embora exista uma multiplicidade de produção de posições do sujeito no terreno do gênero e da sexua-

lidade, no âmbito da luta política e do movimento social, as identidades fortes são apenas quatro: gay, lésbica, travesti e transexual”. (SEFFNER, 2014, p.43)

2.1 Os nômades da norma

Aguardei a chegada de Leona à escola, fato que ocorreu cerca de trinta minutos após minha chegada. Altiva, com seus cabelos longos e loiros, unhas bem feitas, trajando uma calça jeans e *body* preto bem justos, marcando sua silhueta feminina, ela chega com passos rápidos e seguros, equilibrando-se no salto alto. (DIÁRIO DE CAMPO)

Se partirmos da definição de que o gênero é algo mutável e construído socialmente, não podemos conceber o gênero como um atributo fixo de uma pessoa; mas ao contrário, ele pode apresentar diferentes configurações, múltiplas configurações para os papéis masculino e feminino na sociedade, isto é, múltiplas formas de se ser homem ou mulher.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematizadamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (BUTLER, 1990, p.24).

É nessa esteira que Judith Butler, em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (1990), inspirada pelo trabalho do filósofo da linguagem John Austin, nos propõe a ideia de gênero

como performativo, o que oferece uma perspectiva para se pensar para além dos conceitos canônicos que constituem binarismos tais como sexo e gênero. (SILVA, 2015).

Estabelecendo interlocuções com Simone de Beauvoir e Michael Foucault, Butler questiona o aspecto binário masculino/feminino do gênero. Mais que isso, Butler problematiza o conceito de gênero no qual se baseia toda a teoria feminista que se moldou a partir de uma identidade feminina universal, que define o sujeito legitimado a representar o interesse de todas as mulheres. A proposta de Butler é problematizar as identidades de gênero masculina e feminina, procurando desvincular as diferenças biológicas dos comportamentos esperados de homens e mulheres, sustentando que esses comportamentos não são efeitos da natureza, mas sim de regras sociais que determinam o conjunto de características que distinguem o feminino do masculino. (CHAMBOULEYRON, 2009)

Essas regras sociais disciplinantes, para Butler, se fundamentam na heteronormatividade, que estabelece a heterossexualidade como princípio regulatório da sexualidade. Ou seja, essas regras sociais pressupõem que o sexo biológico é que determinará o gênero da pessoa e, consequentemente, determinam que sua orientação sexual seja heterossexual.

A tecnologia social da performatividade de gênero está associada diretamente ao corpo, por isso se um corpo possuir um pênis consequentemente possuirá um gênero masculino. A essa norma, Butler chama de heterossexualidade compulsória, pois existiria uma compulsão entorno da ideia de naturalidade da heterossexualidade. A performatividade por ser uma tecnologia social que assegura o binarismo homem/mulher também esconde o seu papel regulatório, por isso, as normas regulatórias da performatividade de gênero funcionam como um ideal regulatório foucaultiano, ou seja, a existência do corpo já instaura a performatividade. (SANCHES, 2010, p. 3)

Desse modo, de acordo com essas regras heteronormativas, quando alguém nasce “homem” espera-se que seu gênero seja masculino e que

sinta atração-afetiva sexual por mulheres. De forma idêntica, quando alguém nasce “mulher” espera-se que sua orientação sexual seja heterossexual e que seu gênero seja o feminino. Por conseguinte, outros regramentos acabam sendo impostos pelo dispositivo da heteronormatividade, conforme exemplificadas por Rodrigo Borba (2013, p. 462):

Com efeito, tal generificação será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze as pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc; atos de falas que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo (...).

É diante desse contexto que Butler defende que o gênero é performativo. A teoria da performatividade tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes ritualizada, cria sujeitos que são resultados destas repetições. (COLLING, 2007). Essa repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, é que reforçam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. (SENKEVICKS, 2012). Assim, de acordo com a concepção butleriana de gênero, nós somos constituídos pelo discurso que formatam nossos corpos: não nascemos homens ou mulheres, mas nos tornamos homens e mulheres através dos atos reiterativos que formam os gêneros. (SANCHES, 2010). “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 1990, p. 59)”.

Contrapondo-se e subvertendo a regra heteronormativa, estão as pessoas transexuais. Ao colocarem em xeque o que é ser homem ou ser mulher, as pessoas trans desestabilizam as categorias naturalizadas de identidade e desejo. Essas identidades, como sugere Butler, brincam com a lei de que de um sexo decorre um gênero, mostram as falhas da repetição, isto é, da matriz heteronormativa e mais do que isso, significam

claramente que ser de um gênero parece inevitavelmente “teatralizar” a ideia original desse gênero, as “falas”, a representação que esse gênero estabelece. (PASSOS, 2012).

Na leitura butleriana, as práticas travestis e transexuais denunciam que não há uma simetria dada entre sexo, gênero e sexualidade, mostrando que esta coerência é fabricada para o propósito da heterossexualização compulsória dos corpos. Deste modo, ao fazer o gênero na prática, por meio de performances repetidas das normas de gênero, as travestis e transexuais se “fazem mulher”, colocando em evidência, em forma de “paródia do gênero”, o caráter performativo e artificial das identidades de gênero. (BARBOSA, 2008).

No início desta seção, recorri ao diário de campo onde faço uma descrição física de Leona e detalho a indumentária por ela utilizada. Leona, assim como outras pessoas trans, desestabiliza as categorias heteronormativas de identidade e desejo. Embora seu sexo biológico tenha sido o masculino, não é ele quem determinou sua identidade de gênero, tampouco sua sexualidade. Por outro lado, Leona, ao “vestir-se como mulher”, “agir como mulher”, coloca em xeque o caráter performativo e artificial das identidades de gênero. Leona expõe a possibilidade de dissonância entre sexo biológico, sexualidade e gênero, revelando que a fundamentação da identidade feminina e masculina na natureza humana é ficcional.

2.2 Transidentidade no singular, transidentidades no plural

Porque na verdade, Rubens, essas nomenclaturas são um pouco complicadas. Mas é o meu ponto de vista. Porque definir exatamente até onde vai uma, até onde vai a outra é muito complicado! E, a cada ano vai aumentando. E o LGBT já virou LGBTTTT, não sei o quê... E, vai aumentando, porque é muito... vai abrangendo muita coisa...porque vai falando, ela é isso, ela é aquilo... é difícil [definir]. (Leona, entrevista narrativa).

De acordo com Seffner (2014), ao longo dos últimos 20 anos, tanto em âmbito nacional e mundial, as identidades de gênero e as identidades sociais passaram a ter uma acelerada visibilidade acompanhada de uma enorme produção de diferentes identidades. Todavia, apesar dessa multiplicidade de produção de posições de gênero e da sexualidade, no âmbito da luta política e do movimento social as identidades sociais podem ser muitas, porém temos apenas quatro mais reiteradas nos discursos no contexto brasileiro: gay, lésbica, travesti e transexual (é a partir dessas quatro identidades que vem a sigla mais representativa atualmente no Brasil, “LGBT”).

Apesar de serem percebidas como fazendo parte de um mesmo “universo homossexual”, as travestis e as/os transexuais têm muitas especificidades na construção da identidade sexual e de gênero que precisam ser bem compreendidas. No campo acadêmico tem se produzido muitas definições. Todavia, pode-se indagar sobre as nuances destas definições e como elas dialogam com as definições do movimento *trans*. A seguir são apresentadas algumas dessas definições.

A visão do senso comum considera que tanto travestis quanto transexuais fazem parte de um grupo mais amplo, abrangendo também homossexuais. Essa categorização incorre numa confusão entre o que chamamos de “orientação” do desejo sexual (com as “práticas sexuais” correspondentes: homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) e as “identidades de gênero” (a percepção de si como homem, mulher, travesti, transexual). Ambas as categorias (travestis e transexuais) identificam a si próprias como mulheres, vítimas de um “erro da natureza”, tendo nascido com um corpo trocado: alma de mulher em corpo de homem. A diferença entre elas seria que, para as transexuais, segundo a medicina, haveria o aparecimento precoce do sentimento de pertencer ao outro sexo e o desejo de fazer a cirurgia de “troca de sexo”. (ZAMBRANO, 2006, p. 138).

Os estudos de Pelúcio (2006) e Santana (2016), definem como travestis as pessoas que nascem com o sexo genital masculino e procuram

inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam como homens homossexuais.

Embora as travestis, assim como as transexuais femininas, se considerem “mulher em corpo de homem”, não se enquadram em todos os parâmetros de diagnósticos da medicina para a transexualidade. Elas também apresentam os códigos da feminilidade, porém é a sua apresentação em excesso, conforme algumas pesquisas, que confere a elas a identidade de travestis, tendo o seu glamour um sentido tanto de fantasia quanto de artifício (CORNWALL, 1994 *apud* ZAMBRANO, 2006, p. 138-139). Podemos questionar a generalização do excesso e do glamour, pois é uma afirmação que mais indica uma estereotipia do que uma característica de travestis, principalmente quando pensamos que existem travestis em contextos de violência, morte e processos de subalternização.

O sujeito transexual, para Vencato (2003, p. 201), “é a pessoa que nasce com um sexo anatômico, mas que se sente no corpo de outro alguém, desejando ter o outro sexo e, mesmo representando-se como pertencente ao sexo morfológico oposto àquele com o qual nasceu”.

Com bases nos estudos de Picazio, Vencato (2003) afirma que as pessoas transexuais sentem um desconforto enorme ao olhar para seus genitais, sendo que muitos não conseguem nem se lavar direito, não se tocam e não permitem que outra pessoa os toque. Entretanto, Bento (2006, p. 24-25) destaca que “a relação que esses sujeitos passam a estabelecer com suas genitálias pode variar da abjeção até o reconhecimento que fazem parte do seu corpo não se constituindo um problema”.

As transexuais, segundo Elizabeth Zambrano (2006), têm a necessidade permanente de provar que a sua “alma de mulher” provém desde o nascimento, característica que as colocaria dentro do diagnóstico de “transexualismo verdadeiro” legitimando as suas demandas frente às instituições médicas e jurídicas (cirurgia de transgenitalização e troca de documentação). Esse diagnóstico também alivia o peso das acusa-

ções sociais de conduta desviante. “A diferenciação reivindicada pelas transexuais em relação às travestis vem da necessidade de se separar da imagem de violência, marginalidade e prostituição comumente ligada a estas últimas”. (ZAMBRANO, 2006, p. 139).

Para Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi (2012, p. 3), a transexualidade consiste na não concordância entre o sexo biológico e o gênero pelo qual uma pessoa deseja ser reconhecida socialmente. O/a transexual é aquele indivíduo que se identifica psicologicamente e socialmente com o sexo oposto. Embora possua todas as características físicas do sexo constante da sua certidão de nascimento, se sente como pertencente ao sexo oposto. Em síntese, o transexual masculino, é uma mulher vivendo em um corpo de homem e o feminino uma mulher em um corpo masculino (CARDOSO, 2008). Ainda que entendamos que esta representação coincida com a opinião de muitas transexuais, acaba por naturalizar as categorias homem e mulher.

Para Zambrano (2011, p.98), o “sujeito transexual descreve a si mesmo como pertencente a um gênero discordante do sexo biológico com o qual nasceu. Tem a experiência subjetiva de si mesmo como do sexo oposto a seu sexo biológico e quer viver socialmente de acordo com essa convicção”. O transexual utiliza a própria subjetividade para construir e dar sentido a uma “identidade”, ainda que em desacordo com expectativa cultural da combinatória sexo/gênero.

Segundo a autora, a transexualidade é comumente associada a ideia de doença, uma vez que os indivíduos transexuais eram enxergados pela medicina como portadores de uma patologia – desde o diagnóstico criado por Harry Benjamin inicialmente, chamado de transexualismo, até a expressão contemporânea “Transtorno de Identidade de Gênero”, localizada no DSM⁹ V (2013).

Conforme Zambrano salienta, embora os critérios de diagnósticos sejam bem específicos, muitas pessoas que se consideram transexuais não se enquadram neles inteiramente: alguns não querem fazer a cirurgia de transgenitalização, outros se descobriram tardiamente como transexu-

⁹ Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ais, outros optam pela readequação corporal mesmo sem sentir “horror” ao próprio corpo. Tais constatações evidenciam que a experiência transexual é muito mais rica e complexa do que permite a visão médica.

Por isso, assim como o movimento gay fez com que em 1973 a homossexualidade deixasse de ser considerada uma doença pela Associação Americana de Psiquiatria, atualmente, é a transexualidade que passa por situação semelhante. As discussões sobre despatologização da transexualidade se intensificaram em virtude da STP, Campanha Internacional Stop Trans Pathologization – 2012 (STP 2012), uma campanha em curso que se mobiliza pela retirada das chamadas identidades trans (transexuais e transgêneros) dos catálogos internacionais de doenças: o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID- 10), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Além disso, uma vez que o gênero difere da sexualidade do sujeito, é importante ressaltar que os sujeitos *trans* podem ser heterossexuais, bissexuais ou homossexuais,

“Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (JESUS, 2012, p.15).

Não obstante, deve-se considerar a forma como o sujeito se reconhece. Deve-se levar em consideração que “os termos transexualidades e travestilidades são polissêmicos, (res)significados pelos sujeitos, dependendo do contexto e das experiências vivenciadas, evidenciando que múltiplos são os modos de ser travesti e transexual”. (LONGARAY; RIBEIRO, 2016, p. 765)

Como “os entendimentos acerca das transexualidades e travestilidades são imbricados às diferentes e singulares maneiras de viver de cada sujeito e, por isso, são entendidos de distintas formas” (LONGA-

RAY; RIBEIRO, 2016, p. 766), os sujeitos *trans* podem se reconhecer como travestis ou transexuais a partir de como se identificam, como se apresentam e entendem cada um desses termos a partir de suas experiências e vivências.

De acordo com Benedetti (2005, p. 16), “as múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas por essas pessoas neste universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadas, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias”. Desse modo, não se busca, neste trabalho, apresentar uma definição única sobre o que é ser travesti ou transexual, até mesmo porque seria uma tarefa fadada ao fracasso.

Desse modo, nesta dissertação, se seguirá o entendimento proposto por Bento (2006), considerando como transexual, a pessoa que se identifica como tal e que busca reconhecimento de pertencimento a um gênero distinto do que lhe foi atribuído em função de sua genitália, uma vez que concordo que mais importante que buscar uma definição rígida para os termos travestis e transexuais, é entender como Leona enxerga cada uma dessas identidades e com a qual ela se identifica, considerando suas experiências e vivências.

Desse modo, indiferente de terem se submetido ou não às cirurgias de redesignação sexual, pois o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico, nesta pesquisa, são consideradas transexuais femininas ou mulheres transexuais, aquelas pessoas que se identificam e querem ser reconhecidas como mulheres, apesar de terem sido designadas como homens por terem nascido com a genitália masculina. No mesmo sentido, são considerados transexuais masculinos ou homens transexuais, as pessoas que se identificam e buscam ser reconhecidas como homens, ainda que designadas como mulheres em virtude de sua genitália feminina.

2.3 Os vários reflexos no espelho: a desconstrução da ideia de um sujeito transexual universal

Uma das precursoras no Brasil a estudar o tema da transexualidade, por meio de seu trabalho “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, Bento discutiu a transexualidade como um conflito identitário, opondo-se de forma crítica à sua patologização, ao mesmo tempo, em que desconstruiu a ideia de um sujeito transexual universal, consagrado pelo dispositivo da transexualidade.

Para compreendermos essa multiplicidade de significados que se originam a partir da experiência transexual, faz-se necessário compreendermos, inicialmente como se constrói, historicamente, a questão da transexualidade como patologia.

De acordo com Bento (2006), em 1910, o sexólogo Magnus Hirschfeld utilizou o termo “transexualpsíquico” para se referir a travestis fetichistas. Em 1949, Caudwell publicou um estudo de caso de um transexual masculino, onde foram esboçadas algumas características que viam a ser consideradas exclusivas dos/as transexuais. Segundo Bento, até então não havia uma nítida separação entre transexuais, travestis e homossexuais.

A partir de 1950, as reflexões oriundas das publicações que registraram a especificidade do “fenômeno transexual” deram início à construção do “dispositivo da transexualidade”. É nessa década, que o endocrinologista alemão Harry Benjamin, “retoma o termo utilizado por Caudwell, apontando a cirurgia como única alternativa terapêutica possível para os/as transexuais” (BENTO, 2006, p. 40) e que John Money – professor de psicopediatria do Hospital Universitário Johns Hopkins – esboçou suas primeiras teses sobre o conceito de gênero, com base em seus estudos sobre pessoas intersexuais.

“Embora as teorias de Money tivesse como foco empírico principalmente as cirurgias de definição de sexo em bebês hermafroditas, suas teses terão um peso fundamental no

dispositivo da transexualidade principalmente nas teses da Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin (HBIGDA)” (BENTO, 2006, p. 41-42).

Segundo Bento, a HBIGDA (Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association) legitimou-se como responsável pela normatização do “tratamento” para as pessoas transexuais em todo o mundo, estabelecendo em 1966, por meio do livro *El fenómeno transexual* (Harry Benjamin), os parâmetros para avaliar se as pessoas que chegam às clínicas e hospitais solicitando a cirurgia são “transexuais de verdade”.

“O diagnóstico de transexualidade é realizado a partir de uma exaustiva avaliação, que inclui um histórico completo do caso, testes psicológicos e terapia” (BENTO, 2006, p. 47) e se baseiam em dois documentos: as Normas de Tratamento da HBIGDA e no Manual de diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), associação que incluiu a transexualidade no rol de “Transtornos de Identidade de Gênero”, em 1980.

O trabalho de Bento se destaca quando coloca em xeque o biopoder exercido pelo discurso médico sobre as pessoas *trans*. Segundo Bento (2006), o processo transexualizador é composto pelas exigências que os Programas de Redesignação definem como obrigatórias para os “candidatos/as”. Somente se cumprirem todas as etapas e as exigências estabelecidas é que o “candidato/a” estará apto/a a cirurgia de transgenitalização.

Após terem cumprido todas as etapas e exigências do Programa, o/a “candidato/a” é submetido/a a cirurgia de transgenitalização que consiste, para os transexuais masculinos, na histerectomia (remoção do aparelho reprodutor), na mastectomia (retirada dos seios) e na construção do pênis; enquanto para as transexuais femininas, a cirurgia consiste na produção da vagina e de plásticas para a produção dos pequenos e grandes lábios. (BENTO, 2006)

Somente após finalizados os procedimentos cirúrgicos, é que se inicia o processo para troca de documentação, ou seja, o sujeito somente poderá efetuar a troca de sua documentação condizente com o gênero

com o qual se identifica, se tiver submetido a todo um processo de redesignação sexual¹⁰. Assim, vemos que o processo transexualizador é controlado por saberes que travestis e transexuais não têm acesso, ao que Bento denominada de dispositivo da transexualidade.

E o que acontece com aqueles sujeitos que não foram considerados aptos pela equipe médica à cirurgia de redesignação? Não são considerados transexuais, embora, assim se reconheçam? Do mesmo modo, não são considerados transexuais, os sujeitos que não desejam submeter-se às intervenções cirúrgicas?

É a partir de questionamentos semelhantes aos de Berenice Bento, que começamos a desconstruir a existência de uma concepção única da transexualidade. Para Bento, nem todo transexual deseja a cirurgia de redesignação sexual, embora desejem a mudança de seus documentos. Para esses sujeitos que não reivindicam as intervenções cirúrgicas, a aparência do gênero com o qual se identificam pode ser obtida através do uso de hormônios, silicone e maquiagem.

De acordo com Deis Siqueira (2006), ao discutir a transexualidade como conflito identitário, e não como enfermidade, Berenice Bento nos diz que o processo de organização social das identidades é o mesmo, tanto para pessoas *trans* quanto para não-transexuais. Para Bento (2006), a norma de gênero repete que somos o que nossas genitálias informam, ou seja, esse sistema, baseado na diferença sexual, nos faz acreditar que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo. “As instituições estão aí, normatizando, policiando, vigiando os possíveis deslizes, os deslocamentos. Mas os deslocamentos existem. Apresentam-se.” (BENTO, 2006, p.13).

Um desses deslocamentos apontados por Bento é a sexualidade das pessoas *trans*. Para muitos psicólogos responsáveis por elaborar o relatório como diagnóstico de transexualidade, é impensável que pessoas

¹⁰ Apesar de, no Brasil, já existam decisões judiciais favoráveis para que pessoas trans possam efetuar a troca de seu nome civil e do gênero em seus documentos, embora não tenham se submetido à cirurgia de transgenitalização, inexistente uma legislação que normatize a modificação do registro civil, nesses casos. Além disso, as decisões tomadas por cada juiz não possuem efeito vinculante, ou seja, mesmo que uma pessoa trans tenha uma decisão favorável, isso não garante que outro juiz conceda parecer favorável ao pleito de outra pessoa trans. Essa discussão será retomada nas seções 3.3 e 3.3.1 desta dissertação.

façam a cirurgia de transgenitalização e se considerem lésbicas ou gays. Nesse sentido, o conceito de “transexualidade verdadeira” não conceberia a possibilidade de que uma pessoa que se submeteu à cirurgia de redesignação, tenha atração sexual por outra pessoa que têm o mesmo gênero que o seu, ou seja, uma transexual feminina não poderia sentir atração sexual por uma mulher, ou um transexual masculino não poderia sentir atração por um homem. Contudo, as narrativas das transexuais entrevistadas por Bento apontaram por uma multiplicidade de sexualidades e de identidades de gênero: havia transexuais femininas que se relacionavam tanto com homem ou com mulheres, transexuais femininas que se relacionavam com homens e transexuais femininas que sentiam atração por mulheres.

Além disso, Berenice Bento, estabelece algumas críticas aos parâmetros estabelecidos por Harry Benjamin que indicariam o verdadeiro transexual e que passaram a ser utilizados como referências para a avaliação dos demandantes à cirurgia. Para Benjamin, o transexual verdadeiro é aquele que, além de assexuado:

- 1) vive um inversão psicosssexual total; 2) pode viver e trabalhar como uma mulher, mas apenas vestir as roupas não lhe dá alívio suficiente; 3) intenso mal-estar de gênero; 4) deseja intensamente manter relações com homens normais e mulheres normais; 5) solicita a cirurgia com urgência; 6) odeia seus órgãos masculinos (BENJAMIN, 2001 *apud* BENTO, 2006, p. 152).

Assim, de acordo com a concepção de transexualidade verdadeira de Benjamin, a partir do momento em que os sujeitos transexuais possuíam aversão à sua genitália e eram assexuados, não poderiam sentir prazer com seus órgãos genitais. De acordo com Bento, se um/a “candidato/a”, no processo de escuta terapêutica, dizer ou permitir que a equipe médica note que ele/a sente prazer com seus órgãos, provavelmente serão diagnosticado como não-transexuais. Contudo, o que revela o estudo de Bento é que a maioria dos/as entrevistado/as possuía vida sexual

ativa, portanto não eram assexuados, e nem todos possuíam aversão à sua genitália.

A afirmação de que os/as transexuais odeiam seus corpos está baseada em tropos metomínicos. Toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo. “Esse movimento de construir o argumento metonimicamente espelha a própria interpretação moderna para os corpos, em que o sexo define a verdade última desses sujeitos” (BENTO, 2006, p. 182)

Bento (2006, p. 169) enfatiza, ainda, que “a definição de transexualidade está fundamentada em grande medida, nas narrativas sobre a infância. O terapeuta está atento para notar se há uma linha de coerência e continuidade entre o desejo presente de ser reconhecido como homem/mulher e o passado”. Assim, o terapeuta busca identificar se na narrativa da infância de uma pessoa *trans*, emergem conflitos relacionados ao desejo de usar a roupa do sexo oposto ao seu biológico. “A longevidade dos conflitos é um indicador importante para se definir um diagnóstico favorável à cirurgia” (BENTO, 2006, p. 169). No entanto, Bento argumenta que as pessoas *trans* quando afirmam que não gostavam das roupas que eram obrigadas a usar, não estão afirmando possuir aversão a seus órgãos genitais.

Outra crítica de Bento é que a busca pela cirurgia – ao contrário do conceito de transexualidade verdadeira que teria por finalidade a satisfação sexual – tem por objetivo a inserção na vida social, sendo o maior motivo para pleiteá-la, já que é possível conceber que existam sujeitos transexuais que não desejam a cirurgia, por temor aos resultados e aos discursos sociais – estigmatizantes – ou porque se satisfazem com os efeitos dos hormônios (ou das roupas) sobre o corpo (MORERA; PADILHA, 2012).

Em síntese, com suas argumentações e através da análise das narrativas das pessoas *trans* entrevistadas, Bento contestou uma generalização de que todos os sujeitos transexuais teriam os mesmos conflitos, possuiriam as mesmas respostas para as relações entre corpo, subjetividade, sexualidade e identidade de gênero. Pelo contrário, seus estudos apon-

taram para uma pluralidade de respostas, para uma multiplicidade de significações, para histórias de transexuais que se relacionam de forma distintas com suas genitálias, que possuem motivações diferentes para buscar a cirurgia de redesignação, e que podem se definir como transexuais e, ainda assim, terem relações heterossexuais ou homossexuais.

Nesse escopo, não se pode reduzir a transexualidade ao desejo da cirurgia de transgenitalização, ao discurso biomédico. Ana Paula Vencato (2003, p. 204), defende que:

Se o que define um(a) transexual é um profundo desconforto em relação ao sexo anatômico com que nasce, não penso ser possível afirmar que essas pessoas sempre queiram/possam passar por cirurgias de mudança de sexo. O desejo de ter um corpo diferente daquele com o qual “se nasceu” pode existir, mas podem não existir condições de operacionalização desse desejo, nem sempre mediadas apenas pela falta de dinheiro. As várias cirurgias pelas quais alguém que demanda mudar de sexo passa não são realizadas sem muita dor, dinheiro, disponibilidade de tempo e, também, paciência (para passar por todos os testes e etapas que antecedem a cirurgia em si). Além disso, dentro desse discurso, parece que a cirurgia é o único passo a ser dado na consolidação de uma mudança efetiva nesse sujeito, não levando em conta vários outros aspectos como, por exemplo, os processos judiciais de adequação do prenome [...] e as formas como se apresenta e é vista pelos(as) outros(as) essa pessoa já operada em sua vida cotidiana, as constantes negociações que precisam fazer para, digamos, ter alguma aceitabilidade numa sociedade que não tem como característica principal o respeito à diferença. Portanto, reduzir a transexualidade a um ato cirúrgico é não levar em conta a experiência social desses sujeitos.

É nessa esteira que Jaime Alonso Caravaca Morera e Maria Itayra Padilha (2012) corroboram o posicionamento de Bento e Vencato. Segundo esses autores, as terminologias e nomenclaturas relacionadas à transexualidade são extraordinariamente amplas e variam em contextos culturais distintos. Partindo das diferentes experiências culturais nas vivências do corpo e do sexo, também seria preocupante reduzir tudo a

uma mesma experiência. Mas localizando no contexto de nossa pesquisa, não existe um consenso definido sobre qual seria o melhor termo para aplicar a essa condição, uma vez que para diferentes pesquisadores, ativistas de direitos humanos e até mesmo os/as transexuais divergem quanto as suas opiniões (MOREIRA; PADILHA, 2012).

Nesse sentido, “mais importante que definir os critérios para classificar alguém como transexual é estar atento aos direitos humanos e o respeito às pessoas que se reconhecem como tal” (MISSÉ; COLL-PLANAS, 2010 *apud* MORERA, 2016, p.61).

2.3.1 O reflexo de Leona no espelho das transidentidades

Então, quando as pessoas me perguntam, eu digo que eu sou trans. Acho o termo travesti muito pesado, pejorativo. Como eu me enxergo como do sexo feminino, eu me considero uma transexual. (Leona, entrevista preliminar)

Conforme já discuti anteriormente, nesta pesquisa, mais importante que as definições apresentadas pela academia para os termos travesti e transexual, é a forma como Leona define cada uma dessas identidades e, a partir de seu entendimento, como ela se auto identifica. Considero que a autoidentificação é um importante marcador da narrativa de Leona, pois são suas vivências e experiências que culminaram no seu processo de reconhecimento de sua identidade de gênero. Desse modo, o objetivo desta seção é demonstrar como Leona se reconhece no espelho das identidades de gênero e como se deu a construção de sua identidade.

Para Dayane Brunetto (2017), a infância se constitui como um importante marcador nas experiências *trans*. De acordo com Marina Reidel (2013, p. 22), muitas vezes, as transexuais sabem que se sentem pertencentes ao gênero oposto ao do seu sexo biológico, desde que são crianças, preferindo brinquedos ou brincadeiras do sexo oposto, entre outras características que são percebidas ao longo de suas vidas. Por exemplo, um menino transexual pode expressar o desejo de se vestir com roupas

de menino, preferir os carrinhos às bonecas, ou gostar de jogar futebol ao invés de brincar de casinha.

Com Leona, a situação foi similar. Os cuidados que sua mãe desprendia com sua irmã, a confundiam e ela desejava, desde criança, ser igual a sua irmã, e tal desejo teve continuidade durante sua adolescência.

Cresci juntamente com minha irmã, pois meu irmão mais velho já era maior e a convivência era pouca. A presença e os cuidados excepcionais que minha mãe tinha com a Ariely confundiam muito minha cabeça e desde este tempo começaram a surgir os problemas com a sexualidade, não sabia me definir e talvez procurando a mesma atenção e cuidados passei a querer imitá-la e todos fingiam não ver aquilo, se calavam, somente meu pai que de maneira ignorante, com palavras e gestos rudes tentava resolver o problema e com isso fui me distanciando ainda mais dele. (Leona, memorial autobiográfico)

Na adolescência, foi o mesmo processo: eu tive problemas com a minha irmã, porque ela, a diferença entre eu e ela é de um ano, e na minha cabeça virou aquela confusão, né? Porque ela toda menina e eu queria ser igual a ela. Sempre com dúvidas em relação a como que seria. (Leona, memorial autobiográfico)

A preferência de brinquedos de meninas, também emerge na narrativa de Leona:

Não me esqueço de algumas consultas com a psicóloga que não saíram da minha memória. Em uma ela me pediu que desenhasse minha família, outra em que no meio de tantos brinquedos que tinham no consultório, que escolhesse algum para brincar, rodeei um trenzinho, um carrinho de madeira e ao me soltar fui direto na enorme casinha de bonecas. (Leona, memorial autobiográfico)

A fase da adolescência foi chegando devagar, mas deixando fortes marcas, em questão de brinquedos pouca coisa mudou, nunca gostei de brincar com os presentes que meus pais me davam, gostava mesmo era dos da minha irmã, como crescemos juntos trocávamos os brinquedos e sempre estávamos juntos, ela tinha uma relação aberta comigo, me contava seus segredos, sonhos, enquanto eu me mantinha calado em meus pensamentos. Gostava mesmo era de

brincar de escolinha, é claro que sempre era o professor, e só de brincadeira, sonhava mesmo que quando crescesse seria escritor e ator para fazer as pessoas sonharem, por vezes também pensei em ser padre, talvez pela influência religiosa da minha vó Maria, mas com essa desculpa queria mesmo era esconder meus segredos, me achava estranho por não sentir atração por meninas e por não ter nada em comum com os gostos do meu irmão ou dos meus colegas homens. (Leona, memorial autobiográfico)

Reiterando conversas anteriores, no momento da entrevista preliminar, Leona se autodefiniu como uma mulher transexual, buscando, assim como outras professoras transexuais, afastar-se da imagem negativa e estigmatizada geralmente associada às travestis.

Então, quando as pessoas me perguntam, eu digo que eu sou trans. Acho o termo travesti muito pesado, pejorativo. Como eu me enxergo como do sexo feminino, eu me considero uma transexual. (Leona, entrevista preliminar)

Por outro lado, seu processo de autoidentificação não difere da trajetória de outras mulheres transexuais. Assim como Zambrano (2011) aduz, a autoidentificação das transexuais modifica-se com o passar do tempo, podendo esses indivíduos assumirem-se inicialmente como homossexuais no momento em que passam a ser agredidos pelos colegas de escola em decorrência do visual e/ou comportamento; como travestis, a partir do momento em que iniciam a fazer as mudanças corporais e, posteriormente, como transexuais quando fazem a cirurgia de mudança de sexo. Todavia, a autora salienta que essas fases podem não ser lineares, ou o sujeito pode não se identificar com algumas delas.

Nesse diapasão, Ana Paula Vencato (2003) afirma ser comum entre esses sujeitos que façam referências a si mesmo de modo diverso em diferentes momentos, ou seja, que eles possam se autorreferir como travestis, transexuais, ou mulheres, em contextos diferentes.

Foi o que identifiquei na narrativa de Leona. Durante a entrevista, Leona, em contextos diferentes além de mulher *trans*, se autoidentificou

como homossexual, ou como travesti, em contextos diferentes. Na análise cronológica de sua narrativa, Leona se identificou inicialmente como homossexual, depois como travesti e por último como mulher trans.

Eu tive, aliás, eu nem pensei, em dar aula não, eu tive outras pretensões, mas eu acabei sendo direcionada para a educação, que é também o caminho que vai...os homossexuais... vamos dizer assim. (entrevista preliminar) (grifo meu)

Na verdade, meus pais me aceitavam mais na questão do homossexualismo... Quando eu virei transexual... aí... não foi tão bem aceito assim... porque é mais fácil né, a questão do ver a figura masculina, mesmo que ela tenha uma preferência sexual diferente, mas ver né... do que ver... eu penso dessa forma... é... do que ver uma pessoa totalmente travestida...é muito mais difícil aceitar. Tanto que tem tantos professores homossexuais na rede... não só em Congonhas...e que são mais bem aceitos. Agora, travesti e transexual, eu pelo menos nunca vi. Na de Lafaiete, nem homem não tinha [no ensino infantil]... até nisso, eu dei má sorte... então eu fui tudo junto: primeiro homem, primeiro homossexual e primeiro travesti... três coisas ao mesmo tempo [risos]. (entrevista preliminar) (grifos meu)

Não sei como que vai ser [risos] porque ela é bastante tradicional e, assim, ela não esconde [breve pausa], o olhar dela não esconde um certo... não sei... *tô* te falando... mas já vivenciei nesses anos todos que ela tá... mas, ela me trata super bem, mas já houve assim... [pausa] pela fala dela, talvez seja um absurdo que eu, porque pra ela, um professor forma o aluno, forma o caráter do aluno, e não seria permissível que um homossexual, uma travesti, um “transex”, dessem aula para uma criança. (entrevista preliminar) (grifo meu)

(...) Neste tempo eu ajudava na catequese do bairro, participava de teatros na igreja e foi lá que conheci o D¹¹, um rapaz mais velho e sedutor que definiria minha sexualidade. (...) Viramos grandes amigos e o amava em silêncio, conversávamos sobre tudo e as situações foram fazendo com que criasse coragem para me declarar. A partir disso que descobri que aquilo que meu pai ou as pessoas mais próximas criticavam eu também era, não gostava de mulheres! Porque era homossexual, ou seja, sentia atração por

¹¹ Visando preservar a pessoa citada, optei pela omissão do nome.

pessoas do mesmo sexo. Foi complicado para eu aceitar aquilo, (...),(memorial autobiográfico) (grifo meu)¹²

Percebi também, que durante a entrevista preliminar era comum, Leona se autorreferir, às vezes, no masculino. Contudo, quando se analisa o contexto em que Leona se autorrefere no masculino, percebe-se que elas indicam momentos que antecedem seu processo de transformação.

Eu era afeminado, mas né... mas não era...totalmente caracterizado, digamos assim, de mulher.[...] (entrevista preliminar)

[...]fui morar sozinho[...] (entrevista preliminar)

Mas, aparentemente era... eu sempre fui um estudante muito dedicado[...] (entrevista preliminar)

Com relação ao seu processo de transformação em mulher *trans*, ele se deu forma gradativa. No entanto, a expulsão de casa pelo pai foi o catalisador do processo de transformação em si, envolvendo a terapia hormonal.

Vamos por etapa... na verdade, a minha transformação, ela se deu de forma gradativa né? Foi aos poucos... não foi assim de imediato. Então eu comecei, é... [pausa breve]. Eu tinha uma vizinha em frente à minha casa e ela já era uma transexual... travesti, transexual [apresentação dos termos travesti/transexual como sinônimos]. E, eu a observava e até então, não tinha tanta vontade, mas assim, sempre observando né? E até então não tinha tomado nenhuma decisão e, com as festas, com as coisas, eu comecei a ter vontade de sair travestida de mulher, vamos dizer assim. Aí eu saía de casa escondida por causa do meu pai. Aí minha mãe me ajudava. Então era cúmplice [sorriso] na situação. E morrendo de medo dele descobrir. Aí começou só no fim de semana, não, só em festas, depois nos fins de semana, todo final de semana, e quando foi ver já tinha tomado conta de mim, eu já não conseguia mais me apresentar de

¹² Embora essas falas de Leona tragam à tona outras questões, neste momento foram utilizadas apenas para demonstrar como ela se autoidentificou, em diferentes contextos. Outros pontos que aqui se evidenciam serão discutidos mais à frente.

outra forma que não fosse na forma feminina. E o meu cabelo sempre foi grande, aí era mais fácil, as roupas eu fui comprando também, aí foi caminhando, foi indo... Aí eu saía... tem até um fato engraçado...eu saía, colocava um roupão, saía, descia as escadas da minha casa, colocava o roupão atrás da porta, [risos], minha mãe vinha, recolhia [risadas] *pra* mim chegar, porque ela sabia que eu chegava de madrugada, né, porque geralmente eu saía em festas que eu ia, iam pela noite toda e eu voltava, e voltava escondida. E é claro que chegou um dia que meu pai viu né? Ele, provavelmente, já devia estar sabendo, né? Porque as pessoas comentam, e ele esperou *pra* poder é... um dia me ver. Até naquele momento que ele me viu, ele fez de conta que não viu, eu entrei *pra* dentro, mas eu sabia que depois viria né, eu ia, pagar o preço do preconceito dali um tempo.(entrevista narrativa)

De acordo com a entrevista de Leona, seu processo iniciou em 2012, período em que ela havia passado num concurso para professora efetiva no município de Conselheiro Lafaiete. Uma amiga transexual foi quem a aconselhou que aquele momento era o ideal para que ela iniciasse sua transição.

E, essa amiga, e até então não era amiga, que era a transexual que morava em frente à minha casa, mas que nessa fase da minha vida já era amiga e me orientava, disse “olha, Leona, agora é a hora de você fazer a sua transformação”. (entrevista narrativa)

O fato de Leona só iniciar seu processo de transformação após ter sido aprovada em concurso para professor efetivo se aproxima das narrativas de outras professoras transexuais/travestis. Geralmente para essas professoras, o concurso público, devido à estabilidade do cargo, lhe fornece certa proteção em relação às possíveis perseguições a que estariam expostas caso se assumissem como travestis/transexuais na rede privada de ensino ou em atuassem como professoras contratadas na rede pública.

Ao contrário de algumas transexuais e travestis que iniciam seu processo de transformação, utilizando hormônios sem prescrição e acompa-

nhamento médicos e/ou com a aplicação de silicone industrial no corpo, o processo de transformação de Leona foi iniciado com acompanhamento médico e sem recorrer às aplicações de silicone.

Quando eu passei no concurso – aí eu vou lá *pro* concurso – aí eu falei assim, agora chegou a hora, já vou ter minha independência já. Eu até trabalhava em Lafaiete, não era aqui não, o meu primeiro cargo efetivo foi em Lafaiete, também de professor. Aí eu peguei, agora chegou a hora de eu me assumir mesmo e eu ser o que eu quero ser mesmo. Eu comecei com o processo de tomar os remédios, os hormônios e tudo, que fez mesmo que eu me transformasse, os seios cresceram – todo mundo acha que é silicone, mas não é não [risos]– porque na verdade eu já tinha muitos hormônios femininos, daí foi só uma junção que a gente fez que deu que igualou, e eu tomo remédio, hormônio até hoje. Foi o processo mesmo. (entrevista preliminar)

Embora desejasse transformar-se em mulher, Leona afirma que ver seu corpo se transformando foi um processo difícil.

A fase da transformação do corpo, que também foi difícil *pra* mim. Porque, de repente você *tá* num corpo, e você começa uma transformação e você começa a sentir os seios crescendo, né? E tudo e aí, foi difícil *pra* mim também. Foi uma fase difícil! (entrevista narrativa)

Durante a entrevista preliminar, dada à relação de confiança já estabelecida entre e Leona e mim, a questão da cirurgia de redesignação sexual surgiu de forma muito tranquila. Quando lhe perguntei se ela já havia se operado, ela respondeu que não e, que por enquanto ela não desejava a cirurgia.

Rubens – Você já fez a cirurgia de redesignação?

Leona – Não. Olha... a terapia, na verdade, também serve *pra* trabalhar isso. A terapeuta acha que não é preciso, que eu não... vamos dizer assim, que ela acha que não é preciso, mas é uma questão também da minha decisão, né? E

é um processo em conjunto. Por enquanto, ela acha e eu acho também que **por enquanto ainda não**. É um processo também que trabalha na mente, né? Porque é uma mudança muito... assim forte... (entrevista preliminar)

Além disso, Leona, revela ter medo de fazer a cirurgia, dado o caráter de irreversibilidade que ele possui. Relata, inclusive, conhecer histórias de outras mulheres trans que fizeram a cirurgia e depois se arrependeram.

E é isso, para eu não me arrepender e eu conheço algumas amigas que acham que foi um erro e estão fazendo tratamento psicológico para superar porque se arrependeram. A questão da idade também influencia muito. Acho que quanto mais velho você faz, pior, porque você já tem uma vida sexual assim... de muito tempo... acredito que é isso, tá? Não sei... eu não fiz ainda [risos]. E aí você tem uma mudança muito brusca e aí depois você se arrepende. Tem uma amiga minha que ela se arrependeu. Ouvi até histórias de suicídio... porque a cabeça fica muito confusa... na verdade, é um processo, a minha amiga, na verdade não é amiga, colega, não é amiga mesmo não, mas a história dela, pelo que eu conheço, ela fez sim, e ela se arrependeu. Mas, não tem como voltar atrás... Mas, o processo de transformação foi muito difícil, de acostumar... aí só de ouvir, eu fico com medo, e talvez... [pausa breve] mas, pode ser que eu mude de ideia, tá? Mas, por enquanto, não [risos]. (entrevista preliminar) (grifo do autor)

A partir do momento em que Leona se autoidentifica como uma mulher *trans* e afirma não ter o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização, ela coloca em xeque o conceito de transexualismo verdadeiro institucionalizado pelo discurso médico-científico. Esse discurso tenta reduzir a experiência transexual a uma única classificação e, segundo o qual, todos/as transexuais desejariam submeter-se à procedimentos cirúrgicos, já que via de regra, esses sujeitos possuiriam aversão à sua genitália, não podendo sentir prazer sexual com ela. Obviamente, esse argumento também é questionado, uma vez que a vida sexual de Leona

é apontada por ela como um fator determinante para que ela não deseje realizar a cirurgia.

Nesse contexto, a narrativa de Leona demonstra que a tarefa de reduzir a experiência transexual a uma uniformidade e as tentativas de se definir e classificar os termos travesti e transexual estão fadadas ao fracasso, uma vez que as identidades de gênero são performativas no âmbito das experiências individuais; sendo constantemente negociadas e renegociadas entre os próprios sujeitos cujas vivências passam, cotidianamente, pelo questionamento das normas e classificações oficiais. (OLIVEIRA, 2017).

Há de se verificar ainda, que o discurso médico normalizador acerca da transexualidade busca, de certa forma, regular e normatizar os corpos de acordo com o binarismo de gênero. O discurso médico não compreende que os corpos de travestis e transexuais fogem à lógica de estabilidade heteronormativa, encontram-se em posições indefinidas de um *continuum* amplo, compreendido entre os polos binários do masculino e feminino, cujas figuras contribuem para evidenciar o caráter construído dos gêneros”. (OLIVEIRA, 2017). Por outro lado, percebe-se que a narrativa de Leona, na verdade, se aproxima das multiplicidades das experiências *trans* evidenciadas por Berenice Bento.

2.4 Transfobia: as pedras na Geni

E tive um problema no meu condomínio, e foi um problema de preconceito que eu tive no meu condomínio onde eu morava, onde um usuário de drogas que também residia no condomínio, tentou invadir o meu apartamento. Foi outra situação complicada e a gente vai indo, porque a vida é cheia de coisa... E ele queria entrar no meu apartamento. Foi uma situação muito complicada! (...). Porque um belo dia, ele, sei lá o quê que ele usou, bateu na porta da minha casa. Bateu não, ESMURROU! Falou que tinha que entrar, por causa que eu era isso, que era aquilo, não sei o que... e que ele ia me degolar, que ele ia me matar, que ele ia não sei o quê... Nem sei o quê que ele ia fazer, porque ele falou

tanta coisa, que eu nem lembro! Fiquei, assim, em estado de choque! **Em pânico!** (Leona, entrevista narrativa).

A transfobia é considerada por William Peres (2009) como uma variação da homofobia. Conforme afirma Elizabeth Zambrano (2011), para o olhar leigo, a concepção do que seja uma pessoa transexual se confunde com outras identidades/sexualidades do universo da diversidade sexual, como se essas diferentes identidades formassem um só grupo chamado “homossexuais”. Assim, é comum a utilização do termo homofobia para se referir ao preconceito e discriminação vivenciados por travestis e transexuais.

O termo homofobia foi cunhado pelo psicólogo George Weinberg na década de 1970, em referência ao medo expresso pelos heterossexuais de estarem em presença de homossexuais. Todavia, o termo passou por diversos questionamentos e ressignificações, seja pela própria construção do termo centrado na “fobia” ou “medo” que levou ao surgimento de novos termos como heterocentrismo, heterossexismo, homonegatividade, heteroterrorismo; seja pelo posicionamento de movimentos de lésbicas e transgêneros que buscaram afastar a centralidade “gaycêntrica” que o uso do termo homofobia pode implicar, o que levou ao surgimento dos termos “lesbofobia” e “transfobia” (PRADO, JUNQUEIRA, 2011).

Apesar de alguns autores e o próprio Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013¹³, editado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos tenham optado pelo termo “homofobia” pelo seu caráter mais abrangente, esta dissertação optará pelo termo “transfobia” devido às peculiaridades que as identidades transexuais trazem, e uma vez que, conforme argumenta Zambrano (2011), travestis e transexuais são percebidos como sujeitos que mais sofrem preconceito do que as outras categorias LGBT.

¹³ Apesar do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil traga em seu bojo o termo transfobia, o estudo compreende a lesbofobia, a transfobia e bifobia como homofobia, justificando que esses termos seriam assim entendidos para melhor fluência no texto.

O termo homofobia é constantemente problematizado em decorrência de sua possível homogeneização sobre a diversidade de sujeitos que pretende abarcar, ocultando violências e discriminações cometidas contra lésbicas e pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens transexuais). Nesse sentido, optam por nominá-las especificamente como lesbofobia (sobre as quais recaem também o machismo e o sexismo) e transfobia (sobre as quais recai o preconceito relativo à falta de entendimento da realidade de assumir o gênero e/ou sexo oposto ao biológico do indivíduo). (BRASIL, 2013. p.5)

Conforme destaca Junqueira (2009a), a utilização do termo transfobia tem o intuito de conferir maior visibilidade política às lutas das pessoas *trans* e chamarem a atenção para determinadas especificidades sobre o preconceito, discriminação e violência vivenciados por essas pessoas.

De acordo com Torres (2012, p.17), a transfobia se caracteriza como um dispositivo da heteronormatividade “para indicar o ódio contra determinados grupos e não apenas um medo psicológico destes”. Segundo o autor, a transfobia tem sido utilizada para identificar/denunciar modos de subalternização e violência, física ou não, causada pela heteronormatividade especificamente contra as pessoas *trans*, não distinguindo as nuances entre travestis e transexuais e atingindo a esse grupo de modo bastante complexo (TORRES, 2013).

As pessoas *trans* compõem um grupo muito vitimado no país, no entanto são poucos os dados oficiais existentes sobre a transfobia no Brasil, existindo apenas dois Relatórios de Violência Homofóbica editados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Restam, então, apenas as estatísticas brasileiras não-oficiais divulgadas pelos movimentos sociais LGBT, como por exemplo o Grupo Gay da Bahia, RedeTrans Brasil e redes internacionais como a Rede Transgender Europe, embora possa ser questionada a metodologia utilizada por essas instituições e a subnotificação dos dados por elas divulgados.

Essas organizações trazem à tona dados interessantes. Por exemplo, a expectativa de vida de travestis e transexuais, com base em pesquisa

do IBGE de 2013, não passa dos 35 anos (menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral). Esse dado é corroborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que denunciou que a expectativa de vida das pessoas transexuais na América Latina é de 35 anos. (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Além disso, o risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênero ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior. Segundo agências internacionais, quase metade dos homicídios contra pessoas *trans* do mundo ocorre no Brasil (NOGUEIRA, 2016), dado que leva veículos midiáticos a divulgarem diversas reportagens afirmando que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo¹⁴.

Essa assertiva é corroborada por dados divulgados pela Transgender Europe¹⁵, conforme infográfico apresentado a seguir. Dos 2.264 assassinatos de pessoas *trans* no mundo, ocorridos entre janeiro de 2008 a setembro de 2016, 900 foram no Brasil.

¹⁴ Brasil é país que mais mata travestis e transexuais: Matança da população LGBT foi recorde em 2016, com 347 mortes. Disponível em <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>>. Acesso em 03 nov 2017.

Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, diz pesquisa: Em 2016, foram 127 casos, ou um a cada 3 dias. A expectativa de vida é de 35 anos, menos da metade da média nacional, que é de 75 anos. Disponível em <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/04/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo-diz-pesquisa.html>>. Acesso em 03 nov 2017.

Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 25 horas. Disponível em <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbts-no-mundo-1-cada-25-horas/>>. Acesso em 03 nov 2017.

Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. Disponível em <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em 03 nov 2017.

Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/nuh/2016/12/28/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo/>>. Acesso em 03 nov 2017.

Cresce genocídio trans no Brasil: quase cem assassinatos em seis meses Disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2017/07/18/cresce-genocidio-trans-no-brasil-quase-cem-assassinatos-em-seis-meses/>>. Acesso em 03 nov 2017.

Brasil patina no combate à homofobia e vira líder em assassinatos de LGBTs. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-a-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>>. Acesso em 03 nov 2017.

¹⁵ Organização europeia que mantém um projeto de monitoramento sistemático de assassinatos de pessoas trans, a partir de relatos ao redor do mundo (BONASSI et al, 2015).

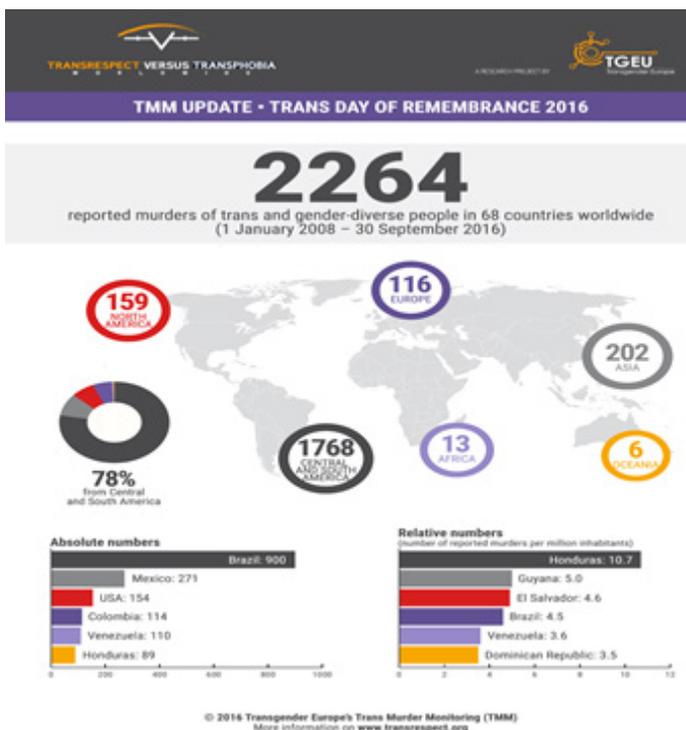


Figura 1 - Assassinatos de Pessoas Trans no Mundo (Fonte: TRANSREPECTR, 2016)

De acordo com o site da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil)¹⁶, em 2016, foram registrados em território brasileiro 143 assassinatos de pessoas *trans* e 52 tentativas de homicídio. Até abril de 2017, haviam sido registrados 54 casos de homicídio, 31 tentativas de assassinato e 44 casos de violação de direitos humanos.

“Apesar de ser um evento único que encerra uma escalada de violações, o homicídio é apenas uma das entre várias outras violências consideradas ‘menores’, como discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos”. (BRASIL, 2012, p.11). A transfobia traz um caráter multifacetado, que compreende muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal e pode ser entendida como o preconceito

¹⁶ Criada em 2009, no Rio de Janeiro e a Rede Trans Brasil é uma instituição nacional que representa Travestis e Transexuais do Brasil e defende os direitos de travestis e transexuais em diversos órgãos como Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMSS), Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT), no Conselho Nacional de Saúde (CSN), Conselho de Serviço Social e Comitê Técnico de Cultura LGBT.

ou discriminação e demais violências daí decorrentes contra pessoas em função de sua identidade de gênero presumidas. (NOGUEIRA, 2016).

A violação dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações que costumam ser agravadas por outras formas de violência, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica. Essa superposição de vitimizações exacerba a vulnerabilidade de grupos sociais, cuja discriminação é intensificada quando ao racismo, sexismo, pobreza ou credo agrega-se orientação sexual e/ou identidade de gênero estigmatizadas. (BRASIL, 2012, p. 11).

Dentre esses tipos de violação de direitos humanos, a Rede Trans Brasil (2016), revela 54 casos de violação dos direitos humanos, como *cyberbullying*, roubo, agressão física, proibição de uso de banheiro público, negação de direitos na área da saúde e discriminação por familiares.

Entretanto, tais dados refletem ser apenas a ponta de um iceberg, pois travestis e transexuais são vozes silenciadas, dado às ineficácias de políticas públicas, estigmatização da sociedade e omissão do Estado. Por isso, muitas vezes acabam por não denunciar as agressões e violações de direitos sofridas. Além disso, a coleta de dados da Rede Trans Brasil esbarra em uma provável subnotificação, pois seu banco de dados é construído a partir de notícias de jornais, da internet e de informações enviadas por ONGs LGBT e muitos casos não noticiados ou, em outros, as vítimas são registradas de forma errônea como “homem” ou “homossexual”.

[...] é importante pontuar que muitas pessoas travestis e transexuais morrem invisibilizadas, uma vez que não constam dos boletins de ocorrência policiais e nas estatísticas de mortalidade, tampouco fazem parte do (re)conhecimento de suas famílias tendo seus corpos enterrados como indigentes. Conseqüentemente, o número de pessoas trans vítimas de homicídio é ainda maior do que o apresentado pelas organizações. (BONASSI *et al.*, 2015, p. 85).

Deve-se considerar, em relação aos problemas para obtenção de dados confiáveis, que não existe uma obrigatoriedade de reportação de dados referentes à segurança pública ao Governo Federal, por parte de cada uma das unidades de Federação; inexistem, nos boletins de ocorrência, um campo relativo à orientação sexual, identidade de gênero ou possível motivação homo/lesbo/transfóbica, além da escassez de dados demográficos referentes à população LGBT. (BRASIL, 2012).

Esses problemas acabam por resultar num sub-registro dos dados. Entretanto, apesar dessa subnotificação, de acordo com o Relatório sobre Homofobia no Brasil (2012), os números apontam para um grave quadro de violências contra a população LGBT em nosso país. Por exemplo, a cada dia durante o ano de 2013, o disque Denúncia do Governo Federal, registrou-se aproximadamente 5,2 casos reportados de violência homo/lesbo/transfóbica no Brasil. Dentre esses casos, registrou-se que 40,1% referiam-se à violência psicológica; 36,4% eram episódios de discriminação; 14,4% de violência física; 3,6% de negligência (BRASIL, 2016).

Segundo o Relatório de Homofobia no Brasil: ano 2013, dentre os tipos mais reportados de violência psicológica encontram-se as humilhações (36,4%), as hostilizações (32,3%) e as ameaças (16,2%). Já entre as violações discriminatórias, a mais reportada é a discriminação por orientação sexual (77,1%) seguida pela discriminação por identidade de gênero (15,1%). Os subtipos de violência física registrados foram 52,5% de lesão corporal; 36,6% de maus tratos; 3,8% de homicídios e 4,1% de tentativas de homicídio. (BRASIL, 2016).

O relatório apresentou ainda dados de uma pesquisa hemerográfica¹⁷, onde se revelou que a grande maioria das vítimas de violência era do sexo masculino (90,22%), sendo que as pessoas *trans* eram as mais vitimizadas, correspondendo a mais da metade das vítimas (51,68%), seguidas por gays (36,79%) e lésbicas (9,78%).

¹⁷ A pesquisa hemerográfica baseia-se na consulta à materiais e impressos de circulação geral para obter dados veiculados em uma comunidade ou grupo social tendo como base informações e notícias. Considerando a democratização do acesso à internet e consequente aumento da produção de informação que tem ampliado a visibilização dos crimes homofóbicos, para realização de sua pesquisa, o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil utilizou a matriz de análise confeccionada pelo Grupo Gay da Bahia, cuja coleta de dados se baseia em pesquisas na internet e em notícias de jornais, redes sociais, revistas, blogs de notícias, além de televisão e rádio.

Dentre os subtipos de violações, ao contrário dos dados oficiais obtidos por meio do Disque Denúncia, no perfil da pesquisa hemerográfica, a violência física é a mais relatada com 74,56%, seguidas pelas discriminações (8,02%). Nas notícias da mídia, as violências que resultam em morte detêm o maior percentual somando 81,36%, sendo 74,54% de homicídios e 6,82% de latrocínios. Lesões corporais e tentativas de homicídios correspondem, respectivamente, a 10,76% e 7,87%. Dentre as pessoas assassinadas, 40% foram relatadas como travestis e 0,33% como transexuais; como lésbicas, 5,48% e 54,19% como gays.

Como afirma Jean Willys (2014), travestis e transexuais constituem um dos grupos socialmente mais vulneráveis, estigmatizados e vitimizados pelo preconceito alheio, pela violência muitas vezes letal e pela discriminação em quase todos os âmbitos da vida pública e privada, começando muitas vezes pela própria família. “Poucos grupos sociais são tão invisíveis quando as pessoas *trans*: invisíveis na família, na escola, na universidade, no emprego, na mídia, na política. Invisíveis são, na maioria das vezes, suas reivindicações. Invisíveis, muitas vezes, num movimento LGBT”. (WILLYS, 2014)

Não raro, conseqüentemente, as pessoas trans ficam sujeitadas às piores formas de desprezo e arbitrariedade. Por estarem posicionadas nos patamares inferiores da estratificação sexual, isto é, por vezes mais expostas que gays e lésbicas, seus direitos são ordenadamente negados e violados, sob a indiferença geral. (NOGUEIRA, 2017 p. 25).

Para Jean Willys (2014), de todas as identidades que compõem a sopa de letras que convencionamos em chamar “comunidade LGBT”, travestis e transexuais, identificadas pela letra “T”, aparecem sempre no último lugar. E não é apenas na sigla. As pessoas *trans* estão últimas até na luta pelos seus direitos.

Diferentemente de gays e lésbicas – que tem conseguido, nos últimos tempos, começar a vencer preconceitos, ganhar empatia de boa parte da população e conquistar direitos que antes lhes eram negados –

elas são discriminadas inclusive na própria “comunidade da diversidade sexual” e suas demandas mais básicas são ignoradas pela maioria dos políticos e dos movimentos sociais. (WILLYS, 2014). Embora eu discorde da terminologia “comunidade da diversidade sexual” empregada por Willys, por acreditar que os/as pessoas LGBT se organizam em grupos e não como uma comunidade da diversidade sexual, concordo com o argumento do autor de que as pessoas *trans* podem sofrer discriminações até mesmo entre lésbicas, gays e bissexuais.

Um exemplo disso emerge na narrativa de Leona durante a entrevista preliminar. Quando Leona me concedeu essa entrevista, ela trabalhava em uma escola cujo diretor era homossexual assumido. Segundo seu relato, ela teve problemas de relacionamento com esse diretor, embora em sua visão, ela considere que tais problemas não configuravam como preconceito. Contudo, ela foi enfática em afirmar que o diretor se sentia bastante incomodado com sua presença na escola. Além disso, o diretor também ignorava o nome social de Leona e a tratava pelo seu nome de registro. Apesar de Leona não fornecer mais detalhes acerca das situações com as quais teve problemas com o diretor, o incômodo sentido por ele e o desrespeito pelo nome social de Leona podem ser entendidos como práticas de transfobia, ainda que essas tenham ocorrido de forma velada. Além disso, o incômodo sentido pelo diretor, apesar de ser um homossexual assumido, poderia representar um preconceito pelo lugar ocupado por uma transexual na escola, o que reitera nossa afirmação de que até entre os homossexuais e lésbicas, travestis e transexuais podem sofrer práticas discriminatórias.

A transfobia, no entanto, além de ser praticada por pessoas pode ser exercida por instituições e organizações, como por exemplo, os meios de comunicação que reforçam estereótipos e depreciam as pessoas *trans* com a multiplicação de estigmas e preconceitos, ao mesmo tempo em que desconsideram a identidade de gênero e a cidadania *trans*.

Uma das maiores lutas do movimento trans é o respeito à identidade de gênero, ao nome social e ao tratamento con-

dizente ao gênero. Porém, o que se observa no cotidiano é justamente o contrário. A imprensa, ou seja, o quarto poder desta sociedade, reforça o estigma, ajuda a aumentar o desrespeito e a propagar a desinformação sobre o grupo. Nas entrelinhas, a imprensa diz e propaga para a sociedade (já transfóbica) que a pessoa trans nada mais é que “alguém que quer se passar por aquilo que não é”, uma ilusão, um disfarce, uma farsa, uma brincadeira, um fetiche, um engano, jamais um ser humano que foi em busca do seu melhor jeito de ser, com uma identidade possível e legítima. (LUCON, 2014 apud NOGUEIRA, 2017 p. 23).

Esse ponto de vista é corroborado também por Jesus (2012). Segundo a autora, a população transgênero brasileira é submetida, no seu cotidiano, particularmente as travestis, a estereótipos que são reproduzidos pelos meios de comunicação, traduzidos em práticas como: tratar as pessoas *trans* como objetos, algumas vezes as reduzindo à condição de mercadoria; apresentar uma visão restrita das travestis, como se fossem apenas profissionais do sexo; empregar tratamento masculino para pessoas que se identificam de forma feminina, ou tratamento feminino para pessoas com autoidentificação masculina; e ridicularizar quem se relaciona afetivamente com pessoas trans.

Diante de tudo isso, é correto afirmar que, no Brasil, a violação dos direitos humanos de travestis é uma constante. Entendo, aqui, que os direitos humanos podem ser definidos, conforme exposto na obra “Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional” de André de Carvalho Ramos (2013, p. 32), como um conjunto mínimo de direitos essenciais que asseguram aos indivíduos uma vida baseada na liberdade, igualdade e na dignidade. “Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, as pessoas *trans* ainda são alijadas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física” (NOGUEIRA, 2016, p.4).

Historicamente submetidos a uma invisibilidade social, com o passar dos anos – amparados pelos movimentos LGBT organizados – homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais começaram a exigir do

estado políticas públicas que atendessem suas demandas nas áreas de saúde, segurança e educação.

A mobilização de travestis e transexuais no final do século XX foi capaz de especificar identidades que mobilizaram demandas como tratamentos hormonais e cirúrgicos do sistema público de saúde, atenção para questões referentes àquelas que atuam como profissionais do sexo (segurança, prevenção HIV/AIDS, manutenção, etc), legitimação do nome social no ambiente de trabalho, políticas públicas específicas para as pessoas trans, entre outras questões. (TORRES, 2012, p. 31)

Diante disso, o Brasil vive, hodiernamente, um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população *trans*. Se por um lado conquistam-se direitos historicamente protegidos por uma elite [cis] heteronormativa e se aprofunda o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro se assiste a aterradora reação dessa mesma elite em sua vontade de perpetuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos. (NOGUEIRA, 2016). Exemplo disso são as bancadas evangélicas e grupos religiosos da Igreja Católica das casas legislativas do país que se articulam para votar contra projetos que beneficiem homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros; ou para propor projetos de lei que visem diminuir os tão poucos direitos conquistados pelo grupo. Um exemplo notório e público deste contexto foi a retirada do termo gênero, lésbica, gay, travestis, transexual do Plano Nacional de Educação, em 2015, o que também ocorreu em diversos estados e municípios. De forma idêntica, o termo foi suprimido Base Nacional Comum Curricular, em 2017.¹⁸

¹⁸ NOVA ESCOLA. “Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim? Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>>. Acesso em 04 dez. 2017.

2.4.1 Quando o preconceito começa em casa

De acordo com Deise Longaray e Paula Ribeiro (2015, p. 728), a família é, “talvez um dos primeiros espaços educativos em que os sujeitos LGBT encontram dificuldades e embates com relação à sua identificação e reconhecimento como tais, pois esta se constitui no primeiro espaço de socialização dos sujeitos”.

É na família, de acordo com Keila Simpson (2014) que se inicia o processo de exclusão das pessoas *trans*, que têm negada sua identidade. Segundo Simpson, importante liderança do movimento de travestis no Brasil, a família espera que homens comportem-se como homens, mulheres como mulheres, e como as pessoas *trans* não se inserem nesse contexto, são colocadas à margem, sendo muitas vezes expulsas pelos pais quando estes descobrem a identidade desses sujeitos.

Partindo dessa afirmação e considerando que na trajetória de outras professoras *trans*, é comum emergirem situações relacionadas à rejeição familiar a partir do momento em que passam a se reconhecer como mulheres *trans*, julguei importante analisar como foi a relação familiar de Leona desde o seu processo de transformação até os dias atuais. A análise desse marcador de narrativa baseou-se no memorial autobiográfico de Leona e nas entrevistas concedidas por ela. Embora a intenção fosse analisar o marcador a partir do início do processo de transformação de Leona, em sua narrativa foi possível identificar que a rejeição familiar antecede a esse processo. Desse modo, esta seção propõe-se a analisar o marcador desde a infância de Leona tendo em vista que, desde tenra idade, ela vivenciou graves situações de preconceito e discriminação no âmbito familiar que influenciaram seu processo de transformação.

Assim como outras mulheres *trans* que tiveram as primeiras experiências de exclusão na família, na narrativa de Leona emerge a conflituosa relação com o pai. Segundo Leona, seu avô paterno incentiva e cobrava que o filho “corrigisse” o jeito afeminado de Leona.

No mesmo ano, exatamente 1995, meu avô paterno Antônio faleceu, era um homem severo e de poucas palavras, hoje vejo que meu pai tem muito dele em seu jeito de lidar com a família e assuntos pessoais, a morte do mesmo em termos sentimentais teve pouco significado para mim. Tinha medo dele, as poucas lembranças que me vem à memória me lembro dele me xingando ou pedindo ao meu pai que me corrigisse por brincar com bonecas, ficar no meio das meninas e pelo meu jeito bem afeminado. Meu pai se via em um dilema, quando tentava me corrigir, que sempre era de forma rude e ignorante, meus avós maternos e minha mãe intervinha e quando se calava seu pai o cobrava uma atitude. (memorial autobiográfico)

O jeito afeminado de Leona não passava despercebido das demais pessoas, que constantemente faziam comentários maldosos com seu pai. Leona relata que, aos doze anos, seu pai a interrogou acerca de sua possível homossexualidade, deixando claro que ele não aceitaria um filho homossexual.

Os comentários chegaram aos ouvidos de meu pai, que a essa altura ficava só me observando. É claro que ele não perdeu a oportunidade e de maneira ignorante e cruel, me assentou no sofá da sala e disse que queria conversar comigo, as palavras dele soaram como uma flecha em meu coração, indagou de maneira clara e objetiva que se tivesse um filho homossexual iria preferir vê-lo morto; que seu pai estivesse vivo estaria decepcionado e se o tivesse escutado quando eu ainda era uma criança, teria me corrigido com uma boa surra e que a culpa do meu jeito afeminado era da minha avó materna e de minha mãe, própria mãe, que me criaram cheios de mimos. Neguei tudo, chorei e falei que não era assim e que ele estava enganado, na verdade não encontrei outra opção a não ser negar, por medo, puro medo! (memorial autobiográfico)

Embora Leona houvesse negado ser homossexual, seu pai já havia entendido que Leona não era como os outros meninos, e devido à sua sexualidade, Leona passou a ser tratada com indiferença pelo pai. É possível considerar que a hostilidade paterna contra uma criança em

desenvolvimento é legitimada pelo avô, figura importante no desenvolvimento infantil. Apesar de a postura materna ser mais amável, temos um cenário que indica a necessidade de se pensar a proteção da infância contra os abusos familiares. Esta forma de violência contra criança não é vista como tal ou é significado como um modo de educar. Certamente é importante problematizar como a trajetória da educação infantil na família ainda é um ponto cego quando se quer analisar a infância de travestis e transexuais.

Com o passar do tempo passou a me tratar com indiferença por causa de minha sexualidade e das verdades que nunca tive medo de falar, foi cogitado expulsão de casa, surras, mas nada realmente se consolidou, também desde os meus doze anos quando me abordou sobre minha opção sexual, ele nunca mais o fez, talvez porque nunca mais permiti que com sua ignorância e preconceito passasse por cima de minhas qualidades e virtudes. (memorial autobiográfico)

Se por um lado, o pai de Leona não aceitava sua sexualidade, a postura de sua mãe era diferente.

Aí com o processo da infância, eu não me lembro muito bem, tinha problemas familiares e tudo, então eu fiquei mais focado nas lembranças, nas questões familiares mais do que em mim. Mas, aparentemente era... eu sempre fui um estudante muito dedicado e com o passar do tempo, eu comecei a perceber que eu gostava dos meninos, não era de meninas. A minha mãe sempre percebeu isso, me apoiou o tempo todo, desde criancinha que eu me lembre. O meu pai sempre contra, já era tradicional mesmo. (entrevista preliminar)

No episódio relatado por Leona, em que ela é interrogada por seu pai com relação à sua sexualidade, sua mãe a apoiou de forma incondicional. Assim, enquanto a relação de Leona com a mãe fosse de maior proximidade, com o pai o distanciamento era cada vez mais crescente. Ao descobrir que o pai, além de alcoólatra, também era usuário de dro-

gas, Leona se afastou cada vez mais dele. Seu pai não aceitava sua sexualidade e cada vez mais, tratava-a com indiferença e não mais questionava a orientação sexual de Leona.

Com o passar do tempo passou a me tratar com indiferença por causa de minha sexualidade e das verdades que nunca tive medo de falar, foi cogitado expulsão de casa, surras, mas nada realmente se consolidou. Também desde os meus doze anos quando me abordou sobre minha opção sexual, ele nunca mais o fez, talvez porque nunca mais permiti que com sua ignorância e preconceito passasse por cima de minhas qualidades e virtudes. (memorial autobiográfico)

Entretanto, quando Leona passou a se reconhecer como uma mulher *trans* e iniciou seu processo de transformação, a família não aceitou bem o processo. Segundo ela, havia uma maior parte de aceitação por parte de sua família, enquanto ela se autoidentificava como homossexual. A melhor aceitação familiar de transexuais e travestis quando estas se identificam como homossexuais é um forte indicador das hierarquias das sexualidades e talvez das precárias trajetórias educacionais das *trans*, pois sem o apoio da família fica bem mais difícil a permanência no sistema escolar. Talvez esta questão tenha adiado a transformação de Leona, talvez ela percebesse que sua transformação provocasse a expulsão pelo pai.

Na verdade, meus pais me aceitavam mais na questão do homossexualismo¹⁹... Quando eu virei transexual... aí... não foi tão bem aceito assim... porque é mais fácil né, a questão do ver a figura masculina, mesmo que ela tenha uma preferência sexual diferente, mas ver né... do que ver... eu penso dessa forma... é... do que ver uma pessoa totalmente travestida...é muito mais difícil aceitar.. (entrevista preliminar)

O desejo de transformar-se de acordo com o gênero com o qual se identificava, de moldar seu corpo como mulher, levou Leona a ser

¹⁹ Embora o termo homossexualismo não seja utilizado contemporaneamente, a fala de Leona foi mantida na íntegra, ainda que os termos como opção sexual e homossexualismo utilizados por ela não sejam adotados nesta dissertação.

expulsa de casa pelo pai. Além de expulsá-la, o pai proibiu a mãe de visitá-la. Assim, Leona se viu sozinha no momento em que iniciou seu processo de transformação.

Tive problemas com meu pai... que... até me expulsou de casa na época... teve essa coisa também... eu fui morar sozinha, e aí...com dois cargos já... fui morar sozinho... [pausa] e aí eu conheci o F²⁰ [marido] e estamos juntos até hoje [sorriso]. (entrevista preliminar)

Pra mim foi difícil, porque quando eu comecei a transformação eu fui embora de casa.... eu fiquei sozinha. Eu *tava* transformando todo o meu corpo, sozinha e eu sempre fui muito agarrada a minha mãe... então, assim, eu senti uma falta dela muito grande e ela não *tava* comigo, porque meu pai não deixava ela ir me ver. Eu fiquei vários meses sozinha. Eu tive uma depressão, tive um processo de tratamento, fiquei afastada um tempo do serviço e, misturando, com antidepressivo também... mas, depois também, eu melhorei, depois de um tempo. (entrevista preliminar)

Ai um belo domingo, ele [o pai] bebeu umas, chegou em casa e falou comigo que eu tinha que ir embora, que era melhor eu ir embora, que...não cabia eu lá mais e tudo. Foi até de uma forma tranquila, sem violência, sem nada, mas, porém marcou minha vida pra sempre... até hoje... eu sinto falta da minha casa [voz com uma entonação mais baixa e triste]. Muita falta. Mas, para mim foi um choque. Um choque, onde eu fui fazer a terapia depois de um tempo, porque eu não aceitava, de maneira nenhuma, o fato de eu ter ido embora. Por causa da minha mãe, porque quando eu fui embora... quando ele [pai] foi embora, no choque do momento, eu não tinha como falar nada, eu falei “eu *tô* indo”, né? “Eu vou”. Mas, sem saber das consequências, que aconteceria com aquela [saída de casa]... minha mãe sempre fez tudo *pra* mim... então eu não sabia lavar uma roupa, eu não sabia fazer uma comida, eu não sabia fazer nada, ela sempre fez tudo *pra* mim. Então, e ele não deixava ela me ver. Então eu ficava sozinha. Aí eu fui pra casa de uma amiga, ela me recebeu super bem, mas, eu sabia que seria só durante um tempo... que eu tinha que procurar o meu rumo, vamos dizer assim. Aí eu fui, demorou, foi custoso, foi uma fase difícil, bem difícil. (entrevista narrativa)

Leona revela, entender que, de certa forma, para seu pai o seu processo de transformação foi algo difícil de ser compreendido.

Pra ele deve ter sido muito difícil! Devido a todo [processo] de criação, a todo processo de identificação dele de vida, não sei. Pra ele deve ser difícil, e deve ser difícil até hoje. Não sei qual o ponto de vista dele, mas assim, quem saiu perdendo foi ele, na verdade. (entrevista narrativa)

Embora, atualmente, Leona possua um bom relacionamento e convívio com sua mãe e seus irmãos, desde a sua expulsão, o pai não a reconhece como filha, tampouco mantém qualquer forma de contato.

Meu pai, até hoje não conversa comigo, até hoje não conversa. Não sei o que ele pensa, mas, acredito que ele ache que nem filho ele tem. (entrevista preliminar)

No momento da entrevista preliminar, quando Leona se referiu ao pai, percebemos, por meio de desvio de olhares, de uma voz mais embargada, uma mágoa do pai, por não entender sua sexualidade, sua identidade de gênero, de ignorar sua existência como filha.

Nossa impressão foi corroborada mais à frente, na continuidade de sua narrativa, quando Leona afirmou que com o início do seu relacionamento amoroso, as coisas começaram a ficar mais fáceis e ela conseguiu, com o apoio de sua terapeuta, retornar à casa de seus pais, entretanto, apenas para visitar sua mãe.

[...]porque aí eu até então não tinha mais voltado na casa da minha mãe... eu fiquei com uma mágoa tão grande com tudo que aconteceu que eu nunca mais tinha voltado. (entrevista preliminar)

A relação de Leona com seu pai, até hoje, é inexistente. Ao cruzar com seu pai nas ruas da cidade onde mora, ele atravessa a rua. Em reuniões de família e comemorações onde Leona esteja presente, ele a ignora ou finge que ela não está lá. Para Leona, essas situações são

difíceis, pois ela evita cumprimentar seu pai, pois não sabe como ele irá corresponder.

E, assim...é complicado...igual domingo, na casa do meu avô, quando eu entrei, ele estava de frente comigo, e estavam todos os meus tios juntos, e aí todo mundo queria me cumprimentar e eu não sabia reagir. Porque eu não queria fazer ele passar por uma situação constrangedora, que seria eu não cumprimentá-lo. Então, eu [disse]: “Ei, gente!”. E, passei, entendeu. Depois, eu fui lá e abracei todo mundo e foi a mesma situação que o F. vivenciou, na hora de ir embora. Aí, o F. [marido] virou assim: “Leona, o que eu vou fazer? Como eu vou dar tchau para os seus tios lá, porque ele tá lá no meio e se eu não cumprimentar ele, vai ficar sem graça”. Aí eu disse “Dá tchau de longe” [risos]. Entendeu? Porque a situação *pra* ele também é muito chata. Imagina! Todo mundo ali sabe, não sei até que ponto eles sabem, até que ponto todo mundo vai, não sei, mas *pra* ele também deve ser muito chato. Mas, finge muito bem! Como se nada tivesse acontecendo, como se eu não estivesse ali! Vamos dizer, assim! Mas, tem muito disso né, F? Não sei o que passa na cabeça dele. Deve sentir, né? Mas, não demonstra não! E, aí, a festa aconteceu, normalmente e tudo, e aí, todo mundo, minha mãe veio conversar comigo, e ele fica *pra* lá. Não vai conversar de maneira **nenhuma!** [pausa longa] É indiferente! (entrevista narrativa)

A única vez em que seu pai demonstrou certa preocupação com Leona, foi durante o episódio em que o filho do dono do prédio onde ela morava tentou invadir seu apartamento querendo agredi-la. Assustada com a situação, Leona ligou para sua mãe e toda sua família, incluindo seu pai, foi até sua residência para verificar o que estava acontecendo com ela. Mas, para Leona, ainda é uma incógnita o fato do pai ter ido até a sua residência neste episódio, uma vez que ele sempre a ignorava.

Aí, eu liguei pra minha família – liguei *pra* minha mãe, no caso – e aí fez um alvoroço... todo mundo chegou lá, né? E, graças a Deus, eles chegaram e ele já tinha ido embora, tinha saído, se acalmado, porque eu não sei nem como seria o enfrentamento da situação.

No dia ele, foi! Porque, né... não sei o que passou pela cabeça dele... mas, assim: “Pera aí! Eu posso maltratar, mas outro não pode não!” . Deve ser tipo assim, né? Porque ele nunca me bateu. Isso eu não posso negar não, *tá!* Ele nunca encostou a mão em mim, nunca fez nada! Mais, verbalmente. Mas, quando falou assim, né, *tá* acontecendo isso e isso e isso lá, apareceu todo mundo. (entrevista narrativa)

Esse episódio acabou por resultar numa volta temporária de Leona para a casa dos pais, até que ela conseguisse alugar um novo imóvel. A princípio, Leona tencionava ficar durante quinze dias, mas foi estendendo sua estadia na casa dos pais para um mês, embora já tivesse alugado outra casa e realizado a mudança de seus móveis. Essa temporada na casa de seus pais culminou em novos episódios de transfobia por parte do seu pai.

E, aí, eu senti que estava pesando *pra* ele, eu ficar ali naquele ambiente. E, aí, foi outra coisa que aconteceu. Na época, eu fazia pós-graduação também, e ele, um dia, ele chegou falando um **tanto** de coisa comigo. Ele chegou alterado, né? Bêbado, no caso, e sobrou *pra* mim, porque eu que tava lá, né? Eu ouvi calada tudo que ele falou [tom de voz mais baixo]. Coisas pesadas! E **eu ouvi!** Fiquei na minha e tudo. Não respondi porque eu não sabia como seria aquele embate, e minha mãe nem viu. E aí, no outro dia, eu falei “é, acho que *tá* na hora de eu ir embora”! **Mas, eu não queria aceitar! Eu queria ficar lá!** E, aí, eu senti minha mãe meio assim e tudo. Fui trabalhar e aí, **no outro dia**, era a apresentação da minha monografia de pós – *que* eu fiz pós em artes, né – e aí era a minha apresentação de monografia e quando eu cheguei, **não tinha quarto!** Ele quebrou a parede, ele quebrou tudo, e aí eu fui [embora] [voz embargada]. Aí, eu falei assim, porque ele não tinha coragem de falar, porque *pra* falar, ele teria que beber e naquele dia ele não tinha bebido, né? Como ele não tinha coragem, ele quebrou a parede. Quando **eu cheguei...** porque na casa da minha mãe não tem quarto de visita mais... só tem o quarto dela! Ele esvaziou tudo! [risos]. Ele quebrou **tooodos!** Tanto o meu, quanto o da minha irmã, do meu irmão... Tipo assim, *pra* ninguém voltar mais **mesmo**. E aí, não tinha parede mais! E minha mãe, como sempre, super submissa, falou assim: “Como é que vai fazer?”.

Mais uma vez, Leona foi expulsa de casa pelo pai. No entanto, nessa segunda expulsão Leona utilizou como forma de demonstrar que havia mudado que era pessoa mais forte.

E eu falei assim “vou *pra* minha casa”. E eu já **tinha arumado uma casa, os móveis já estavam lá**, só eu faltava ir *pra* lá, né? Porque eu *tava* adiando. E já era véspera de natal, fim de ano e eu falei assim “Dessa vez, eu vou sair, mas eu vou sair melhor que a outra!”. Entrei *pro* quarto da minha mãe, peguei minhas roupas, coloquei na mala, bacana. **Vesti a roupa mais linda que a Leona tinha**, um salto desse tamanho [gesto mostrando que o salto do sapato era enorme], e desci a escada, com ele bufando, ele ficou bufando... Desci linda, chamei um táxi, peguei minha mala e falei pra minha mãe “Eu *tô* indo!” e ela falou “É!”. Aí eu peguei, peguei o táxi e fui. **Mas quando eu cheguei na casa...** Para sair, eu saí linda e poderosa. Depois eu cheguei a voltar, mas como visita. Mas, eu precisava passar por isso, essa segunda vez para eu [me autoafirmar]. E, eu disse, hoje eu vou sair [da casa] de Leona! Ele não aceita, mas eu vou sair de Leona! E eu saí! Com medo, também, porque eu não sabia qual seria a reação, mas ele não fez nada. E eu saí! Linda e poderosa, puxando minha mala. [risos] Mala de rodinha! [risos] De saltão! Linda e poderosa! Peguei o táxi e fui!

Leona afirma, ainda, ter sofrido um pouco de preconceito por parte de seus irmãos. Mas, quando eles começaram a entender o seu processo de transformação, essa barreira foi transposta. Para Leona, a maior dificuldade de seus irmãos e de sua mãe, foi de se adaptarem ao seu novo nome.

Revela-se, partir da fala de Leona, que embora tenha sido proibida pelo marido de manter contato com a filha, ela acabou por desobedece-lo e, passou a apoiar o processo de transformação da filha. Inclusive, o apoio de sua mãe foi fundamental para que Leona buscasse apoio psicológico durante todo o processo de transformação. Por outro lado, percebe-se que a vida profissional de Leona está relacionada às dinâmicas afetivas com sua família, como sua narrativa demonstra. Inclusive

momentos de maior tensão com seus familiares está relacionado ao seu adoecimento.

Quando a minha mãe viu, quando ela voltou e viu que eu estava totalmente estabilizada, vamos dizer assim, ela foi e falou assim, você vai procurar ajuda psicológica. Aí eu procurei uma terapeuta que foi excelente nessa transição, e ela me deu toda a orientação... me fez voltar na minha casa... me fez superar todas aquelas dificuldades. (entrevista preliminar)

A minha mãe vai na minha casa, tem um bom relacionamento com o F. Meus irmãos também. Meus irmãos no início tiveram um pouquinho de preconceito, mas agora também é tranquilo. (entrevista preliminar)

A mãe de Leona foi fundamental no seu processo de transformação. Desde o início, foi a mãe de Leona, o membro familiar que sempre apoiou suas decisões. Quando Leona começou a utilizar roupas femininas escondido do pai, a mãe era quem lhe ajudava nesse processo.

E até então não tinha tomado nenhuma decisão e, com as festas, com as coisas, eu comecei a ter vontade de sair travestida de mulher, vamos dizer assim. Aí eu saía de casa escondida por causa do meu pai. Aí minha mãe me ajudava. Então era cúmplice [sorriso] na situação. E morrendo de medo dele descobrir. Aí começou só no fim de semana, não, só em festas, depois nos fins de semana, toodo final de semana, e quando foi ver já tinha tomado conta de mim, eu já não conseguia mais me apresentar de outra forma que não fosse na forma feminina. E o meu cabelo sempre foi grande, aí era mais fácil, as roupas eu fui comprando também, aí foi caminhando, foi indo...

Aí eu saía... tem até um fato engraçado... eu saía, colocava um roupão, saía, descia as escadas da minha casa, colocava o roupão atrás da porta, [risos], minha mãe vinha, recolhia [risadas] pra mim chegar, porque ela sabia que eu chegava de madrugada, né, porque geralmente eu saía em festas que eu ia, iam pela noite toda e eu voltava, e voltava escondida. (entrevista narrativa)

Embora, atualmente, Leona possua uma boa relação com sua mãe e irmãos, após ser expulsa de casa, sentiu muita falta de sua família. Durante um período considerável, ela não teve nenhum contato com eles, fator que fez com que ela se sentisse abandonada.

Aí nesse período foi mais complicado ainda, porque eu não via minha mãe, minha mãe não ia me ver, ele não deixou ela me ver durante muito tempo, quatro meses... aí... eu... **fiquei abandonada, eu me senti abandonada**, vamos dizer assim. E aí, meus irmãos também, **ninguém** me procurou, **fiquei sozinha** na casa da minha amiga e eu devo muito isso a ela. (entrevista narrativa)

Durante esse período, Leona desenvolveu um quadro de depressão e teve que se afastar de suas atividades profissionais. Esse quadro depressivo associado ao abandono familiar levou Leona a tentar suicídio. E foi justamente aí, que sua mãe compreendeu todo o sofrimento que Leona estava passando e decidiu apoiá-la. No entanto, a mãe de Leona não chegou a contestar a decisão do marido, para que Leona retornasse a sua casa.

E, um dia, eu até lembro que foi um domingo de páscoa, se eu não me engano, ninguém me ligou, **ninguém, ninguém**, [da família] **NADA!** E poucas pessoas sabem desse fato também. Eu já estava tomando antidepressivo e aí eu fui e tomei uma cartela **TODA!** Toda, desse remédio! Aí foi o fato que fez minha mãe ir atrás de mim, porque minhas amigas me ligavam e eu não atendia, porque eu estava desmaiada, vamos dizer assim. Aí ligaram *pra* minha mãe, aí minha mãe desses quatro meses, ela apareceu. Ela foi lá na minha casa, arrombaram a porta, e entraram... eu não **tava** morta não [risadas]... não sei se seria *pra* tanto, mas, eu *tava* em estado de... não levantava não. Aí ela, chegou e falou “calma, aí, você vai levantar e nós vamos levar essa vida aí.. que voltar pra casa você não vai poder voltar não” – mas, na verdade eu tinha esperança de voltar – mas, ela falou assim “voltar, você não vai voltar não, mas você vai seguir o seu caminho sozinha, mas eu vou estar aqui pra te ajudar”. Aí, ela me acompanhou, e aí já foi mais tranquilo. Aí, com a presença dela, já foi mais tranquilo.

A partir daí, Leona passou a ter o suporte da sua mãe, tanto a apoiando a fazer terapia, quanto a auxiliando nas tarefas domésticas. Esse suporte proporcionado por sua mãe será melhor discutido no item 3.6 desta dissertação, quando analiso a formação e o papel exercido pela rede de apoios social de nossa colaboradora.

Em síntese, ainda que se perceba uma grande submissão da mãe de Leona à postura transfóbica do marido, seu apoio foi muito significativo no processo de transformação de Leona. Talvez, se Leona não tivesse tido o apoio de sua mãe, seu processo de transformação poderia não ter se concretizado. De uma forma geral, com exceção de seu pai, Leona possui um bom relacionamento com sua família, participando inclusive das comemorações e reuniões familiares. No seio familiar, Leona não é mais tratada pelo gênero masculino, tampouco pelo seu nome civil. Numa conversa informal, Leona relata que sua avó materna, apesar da idade avançada, se referia à ela como mulher, a elogiava constantemente e sempre lhe dizia o quanto ela era bonita.

2.4.2 Dentre os muros da escola: a trajetória escolar de Leona

Se na sociedade, de maneira geral, travestis e transexuais estão invisibilizadas, no contexto escolar, esses modelos sociais de exclusão são reiterados. De acordo com Rogério Diniz Junqueira (2009, p.14), ao longo de sua história, “a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” – considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso” – todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados (centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”).

Assim, as pessoas que se enquadram no avesso da norma, colocando em questão os modos normalizados de viver as sexualidades no contexto contemporâneo, como travestis e transexuais, experimentam uma série de violências cotidianas, dando visibilidade ao caráter marginal que essas formas de expressão de sexualidade possuem no social (GUARANHIA, 2013).

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 1997, p. 27)

É importante lembrar, assim como sinaliza William Peres (2009), que quando uma pessoa *trans* chega à escola, ela já pode ter vivenciado alguns transtornos na esfera familiar e comunitária, apresentando uma base emocional fragilizada que a impede de encontrar forças para enfrentar os processos de estigmatização e a discriminação que a própria escola (com seu corpo docente e discente, funcionários e dirigentes) exerce, dada a desinformação a respeito do convívio com a diferença e suas singularidades.

Nesse contexto, Rodrigo Márcio dos Santos e Ailton da Silva Santos (2011, p. 5), destacam que “a escola na vida das travestis é mais um lugar de exclusão já que não tem possibilidade de afirmação da sua identidade”. Para Santos e Santos (2011) e Peres (2009) as instituições educacionais apresentam dificuldades no trato da orientação sexual e de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Desse modo, ratifica os modelos sociais de exclusão por intermédio de ações violentas (discriminação e expulsão) ou de descaso fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias).

Similarmente, é esse o posicionamento de Joseli Maria Silva, Suellem Duarte Barros e Jaileila de Araújo Menezes:

A escola aparece como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, assim como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída. Os gestos e ações cotidianas expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe e isso impregna em sua autoestima e acaba por produzir uma autoimagem de ser anormal. Por sua vez, os educadores que possuem autoridade simbólica e poderiam mediar os conflitos que emergem, não estão preparados e também possuem valores e normas interiorizadas que são acionadas (SILVA *et al*, 2008, p.11).

Como se não bastasse a exclusão dessas pessoas pela família e comunidade, a escola passa a ser um local aterrozizador, uma vez que as pessoas da comunidade escolar acabam reproduzindo as lógicas perversas de opressão e discriminação; ou, muitas vezes, não sabem lidar com a figura dessa travesti e transexual e acabam fingindo que nada está acontecendo, fechando os olhos para as cenas de travestifobia e transfobia dentro da instituição. (BARROS, MENEZES, 2014, p. 175)

William Siqueira Peres (2009) vai mais além, ao afirmar que a escola, na maioria das vezes, reproduz as relações de poder existentes em outras esferas sociais, ao invés de tornar-se num local onde as diferenças e diversidades deveriam ser respeitadas:

A escola, que deveria ser um lugar de inclusão e respeito da diversidade, muitas vezes perde a sua função e passa a desempenhar outras. Torna-se escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Distanciam-se, assim, de uma das funções da educação: tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças por meio da produção de sentimentos e atitudes de fraternidade, solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o acesso à informação, sem o que é impossível às pessoas a construção de suas cidadanias. (PERES, 2009, p. 249).

Diante disso, partilho do pensamento de Alessandra Bohm (2009) de que a interação das pessoas *trans* nos espaços escolares torna-se uma experiência cruel, já que a permanência delas nestes espaços, quando se mantém, é constantemente atravessada pela hostilidade, pela imposição de modelos de vida e de condutas heteronormativas, que reiteram a ideia da representação travesti como anormal, não-natural e monstruosa, dado que o processo de estigmatização das travestis e transexuais no contexto escolar é permeado por práticas preconceituosas e discriminatórias, que podem ser impetradas tanto pelos seus pares, quanto pelos professores/as e dirigentes (BOHM, 2009).

Corroborar, nesse sentido, a afirmação de Junqueira (2009) de que travestis e transexuais, no cotidiano escolar, desde cedo estão submetidas à uma “pedagogia do insulto” constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificadas, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas e verbais, que se configuram poderosos mecanismos de dominação simbólica. Por meio da pedagogia do insulto, os estudantes aprendem a mover as alavancas sociais da hostilidade contra [a homossexualidade] antes mesmo de terem a mais vaga noção quanto ao que elas se referem.

Além desses mecanismos de silêncio e de dominação, outras práticas discriminatórias são uma constante na vida de travestis e transexuais, a exemplo da proibição do uso do banheiro em conformidade com o gênero que se identificam as aulas de educação física, imposição de regras de vestimentas, desrespeito ao uso do nome social, dentre outras.

Diante desse cenário, na maioria das vezes, tão hostil para as pessoas transexuais, outro marcador da narrativa que julguei interessante analisar foi como se deu a **trajetória escolar de Leona**, tendo como base as entrevistas e seu memorial autobiográfico.

Embora todo o processo de transformação de Leona tenha ocorrido após ter finalizado seus estudos, sua trajetória escolar foi marcada por muito preconceito. Desde o início de sua trajetória escolar, Leona relata que sofria discriminação devido ao seu jeito afeminado por parte dos co-

legas. Por causa de tanto sofrimento, era comum faltar à escola e a causa de seu absenteísmo não era investigado pela escola.

Quando entrei para a 1ª série com sete anos (...) Tive grandes problemas com esses alunos repetentes, eles me gozavam e aprontavam todas comigo por causa do meu jeito bem afeminado. Foi muito sofrimento, era a primeira manifestação de preconceito que enfrentava, por diversas vezes não quis ir à aula e a Dona [nome da professora] era bem objetiva, não havia envolvimento com a turma, ela fazia o trabalho dela e pronto. (memorial autobiográfico)

Além disso, Leona relatou ter dificuldade em se relacionar com colegas de classe:

Tinha dificuldade de me relacionar com os colegas de classe, em uma das brigas com uma colega, a mesma me bateu por tentar imitá-la dançando balé, ela me bateu e eu chorando corri e em um buraco no muro fugi da escola e fui parar em casa, causando uma grande confusão na escola, na verdade sempre tentava fugir dos problemas e de uma possível punição. (memorial autobiográfico)

Dois pontos importantes se evidenciam, a partir dessas falas de Leona: o primeiro é a “pedagogia do insulto” a qual esteve submetida desde o início de sua trajetória escolar, devido ao seu jeito afeminado; o segundo é o silêncio da professora diante do preconceito e discriminação que Leona enfrentava.

A pedagogia do insulto, segundo Junqueira (2012), constitui-se como um poderoso mecanismo heterorregulador de objetivação, silêncio e dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Leona, ao se diferenciar do modelo heteronormativo imposto, passou a sofrer meios específicos de violência, tais como xingamentos, apelidos, piadinhas e deboches, que foram importantes fatores que dificultavam sua permanência no espaço escolar.

Observa-se, ao longo da narrativa de Leona, que por diversas vezes ela afirma que possuía um “jeito afeminado”. A recorrência do termo

remete a um vídeo em que Judith Butler relata a história de um garoto que foi assassinado pelos colegas porque seu jeito de andar era feminino.²¹ Tanto no caso citado por Butler quanto na narrativa de Leona, percebe-se que as normas de gênero estabelecem que comportamentos tidos como femininos não poderiam ser performatizados por sujeitos que biologicamente, nasceram homens. Nesse contexto, os colegas de Leona, ao submeterem-na à pedagogia do insulto por agir como menina, reproduzem o discurso heteronormativo de que a masculinidade deve ser respeitada e que a desobediência à essa heteronorma deve ser punida de alguma forma.

Vale destacar, conforme aduzem Cruz e Santos (2016), que a infância pode ser apontada como uma fase de extremo controle e conformação, em que as normas de gênero são frequentemente reiteradas através do que heteroterrorismo executado pela escola, família, igreja, amigos, isto é, através da proibição de determinados comportamentos que não se insiram em uma lógica de inteligibilidade sexo/gênero. As famosas frases “isso é coisa de menino” ou “isso é coisa de menina”, exemplificam materialmente uma das maneiras pelas quais as crianças são interdidas de performatizarem comportamentos contrários às expectativas das instituições sociais.

Nessa seara, conforme argumenta Junqueira (2010), também há uma tendência da escola se negar a perceber e a reconhecer as diferenças de públicos, mostrando-se indiferente ao diferente. Segundo o autor, no caso das homossexualidades, impera o princípio da heterossexualidade presumida, que faz crer que não haja homossexuais em um determinado ambiente ou se houver, será “coisa passageira”. A presunção de heterossexualidade enseja o silenciamento e a invisibilidade das pessoas homossexuais, inclusive em termos curriculares, como é o caso da postura da professora de Leona que se silencia diante do preconceito que Leona vivenciava.

²¹ EXAMINED Life - Judith Butler & Sunaura Taylor. Direção de Astra Taylor. Realização de Astra Taylor. [s.l.]: Sphynx Productions, 2008. (14 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wgJ9ErSGsXQ>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

Além do silenciamento, pode-se inferir que a escola também reitera o discurso heteronormativo ao passo em não investigava as causas do absenteísmo de Leona, bem como ignorava a não participação dela nas aulas de Educação Física. A escola não via (ou fingia não ver) o sofrimento que essas aulas lhe causavam.

Só sofria nas aulas de Educação Física porque sempre tive dificuldades no relacionamento com meninos e as aulas eram separadas por sexo, me excluía e a professora me deixava fazer outra coisa, ela não buscava solucionar a questão e nem procurava saber o motivo pelo qual não participava das aulas, fazia de conta que não me via, simplesmente eu me isolava ou ia para a biblioteca ler livros, me transformei em um leitor assíduo. (memorial autobiográfico)

As práticas discriminatórias as quais Leona foi submetida foram se intensificando, até que chegasse num nível insustentável, necessitando que sua mãe a transferisse de escola, apesar dos argumentos dos dirigentes da escola de que essas situações se reproduziriam em qualquer espaço escolar.

Até que um dia um dos alunos repetentes escondeu a bolsa de dinheiro da professora em minha mochila. Teve uma grande confusão e tentando amenizar a situação que já estava em extrema, ela [mãe] não pensou duas vezes e resolveu me mudar de escola. A diretora tentou de diversas vezes que isso não acontecesse, alegando que coisas desse tipo iriam acontecer em qualquer escola. Entretanto, minha mãe só esperou o ano terminar, e me matriculou em outra escola, mudando os caminhos da minha trajetória escolar. (memorial autobiográfico)

Aos oito anos, Leona é transferida de escola, onde as previsões da dirigente da escola anterior acabaram se concretizando. Duas semanas após seu ingresso na instituição, Leona se envolveu em uma confusão com os novos colegas de classe.

Com oito anos fui para a Escola Municipal “A²²” e realmente a diretora teve razão, os problemas me acompanharam e logo na segunda semana de aula já havia causado confusão com os novos colegas de classe, fui cantar uma música obscena e aquilo provocou muitas intrigas com algumas meninas, fui parar na diretoria, o caso teve muita repercussão e chegou até a minha psicóloga R²³, ela me pediu que falasse a verdade, não tive coragem de assumir que cantei a música, neguei para todos, é claro que da parte das meninas muita coisa havia sido aumentada, mas o início de tudo começou comigo, não aguentei a pressão e quando a psicóloga me “colocou contra a parede” senti tanto medo que fiz xixi na calça dentro do consultório, depois daquele dia não quis voltar nela mais, e a mesma pediu que minha mãe não me obrigasse a voltar. Nunca mais a vi de novo, hoje vejo como uma mentira pode nos prejudicar, durante anos minha mãe ficou sem saber a verdade e fico pensando que talvez tivesse sido melhor que ela tivesse me obrigado a voltar ou procurado outra, na verdade eu tinha o mesmo defeito dela de querer fugir dos problemas, me calar, tinha medo das punições e consequências de meus atos. (memorial autobiográfico)

Esse fragmento da narrativa de Leona é muito impactante! A pressão exercida por uma psicóloga fez com que Leona passasse por uma situação extremamente vexatória em seu consultório que culminou, inclusive, em que ela não quisesse continuar as sessões com a profissional. Tem de se considerar que se tratava de uma criança com pouco mais de oito anos, conforme registrado em seu memorial autobiográfico, e que a situação poderia ser conduzida de uma forma menos traumática para Leona, até mesmo porque a circunstância do episódio não necessitaria, a meu ver, de posições tão enérgicas por parte da direção da escola e da psicóloga. Entretanto, apesar do incidente, Leona relata que as coisas, aos poucos foram se tranquilizando e sua trajetória escolar passou a transcorrer de forma mais tranquila.

No Ensino Médio, a sexualidade de Leona também foi motivo de práticas discriminatórias, mas também foi nesse período que Leona pas-

²² Por questões éticas, optei por omitir o nome da escola citada por Leona.

²³ Por questões éticas, o nome da psicóloga foi omitido.

sou a se aproximar de outras pessoas que, segundo ela, tinham a mesma orientação sexual que a sua. É importante frisar que nesse período Leona ainda não se identificava como mulher *trans*, mas como homossexual.

No início foi difícil, a turma era muito cheia, os conteúdos disciplinares complicados e os alunos eram novidades para mim. Eu também fui uma novidade para eles, o preconceito apareceu diversas vezes contra a minha sexualidade, principalmente entre os homens, mas com jeito fui conquistando o meu espaço e também amigos. Foi lá que fiz amizades com pessoas com a mesma opção sexual que a minha e com elas pude dividir medos, vontades e descobertas, com suas experiências fui me aceitando mais e cansado de esperar que um amor aparecesse ou que o D²⁴ resolvesse ficar comigo. (memorial autobiográfico)

Esse período se configurou como um período de descobertas para Leona, no que se refere à sua sexualidade. Foi durante o Ensino Médio, que teve sua primeira experiência sexual com um homem. No entanto, Leona afirmou também ter se relacionado com mulheres, antes e depois do seu processo de transformação, admitindo, inclusive, gostar de beijar meninas.

Resolvi ter a experiência do primeiro beijo com um colega e a sexual com um vizinho de bairro, foi estranho, mas com isso me desliguei das convenções e as coisas, novidades foram soando melhor nas minhas atitudes e no desenrolar da própria vida. Com o tempo descobri que também tinha um lado bissexual, gostava de beijar mulheres, mas mesmo assim a preferência sexual era de homens. (memorial autobiográfico)

E assim, não é o assunto, mas... eu já, já tive experiências com mulheres. Mas, já foi mais a fundo depois do memorial [risos]. Não sexualmente, mas assim, foi mais a fundo as experiências. Porque quando eu passei pela transformação para Leona, aí já eram as lésbicas que queriam ficar comigo. Porque [elas] já viam uma mulher, né? E. aí, eu despudorada, [risos], eu ia *pra* ver como é que seria a ex-

²⁴ Por questões éticas, optei por omitir o nome citado por Leona.

periência. Mas, é totalmente diferente! Porque eu sou totalmente desprovida de preconceitos. Se me deu vontade na hora, eu vou mesmo, e não esquento a cabeça, não. Mas... é totalmente diferente! Não é que é totalmente diferente, não existe diferença, a diferença é a libido no momento, a atração [sexual] que não tem. Mas é mais pela aventura do que pela atração. (entrevista narrativa)

Percebe-se que o processo de construção de sexualidade de Leona é marcado por nuances bem distintas, longe de estereótipos, bem como de fixações em categorias mais rígidas e fechadas. Seria impensável para o discurso biomédico que defende o “transexualismo verdadeiro” que uma mulher *trans* tivesse experiências afetivas e/ou sexuais com outras mulheres e lésbicas, como as que Leona teve. Pelo contrário, suas experiências se aproximam dos argumentos defendidos por Berenice Bento de que as experiências transexuais são múltiplas e variam de pessoa para pessoa, sendo, portanto, impossível reduzi-las a uma única categoria.

É possível entender, a partir da narrativa de Leona, que a sua sexualidade é marcada pela performatividade e foi se constituindo à medida que presenciava determinadas situações. Assim, as experiências afetivo/sexuais que vivenciou durante sua trajetória escolar (e mesmo depois), foram importantes para a construção e entendimento de sua identidade de gênero.

Outro ponto que emerge na narrativa de Leona é que, a partir do segundo ano do Ensino Médio, ela havia conquistado seu espaço, tornando-se popular entre o corpo discente.

Entrei para o 2º ano do ensino médio com um espaço conquistado na escola, eu era o aluno engraçado, inteligente, participativo, e que segundo os professores escrevia muito bem, havia conquistado muitos amigos e do tímido transformei em um garoto popular. (memorial autobiográfico)

A partir desse discurso de Leona, pode-se inferir que tornar-se popular na escola foi uma estratégia por ela adotada para que fosse “aceita” no espaço escolar e se distanciasse de um cotidiano escolar per-

meado pela pedagogia do insulto, ainda que isso tenha sido feito de forma inconsciente. De acordo com Junqueira (2009a), estudantes não heterossexuais podem ser impelidos/as a apresentarem “algo a mais” para, quem sabe, serem tratados/as como “iguais”. Esses estudantes, sem obrigatoriamente perceber a internalização das exigências da pedagogia do insulto, podem ser instados a assumirem posturas voltadas a fazer deles/as: “o melhor amigo das meninas”, “a que dá cola para todos”, “um exímio contador de piadas”, “a mais veloz nadadora”, “o goleiro mais ágil”. Segundo Junqueira, trata-se, em suma, de “esforços para angariar um salvo-conduto que possibilite uma inclusão consentida em um ambiente hostil, uma frágil acolhida, geralmente traduzida em algo como: ‘É gay, mas é gente fina’” (JUNQUEIRA, 2009, p. 74).

Essa vontade de se destacar fez com que Leona passasse a estudar em dois turnos, ao ser admitida por meio de um processo seletivo, numa escola profissionalizante da cidade. Era um curso técnico em Aprendizagem Industrial com ênfase em Operador de Máquinas e Ferramentas, que segundo ela, dada às características do curso, não considerava ter nada a ver consigo.

No meio do ano surgiu na cidade um concurso para um curso profissionalizante na escola técnica de Congonhas, sem maiores ambições e conhecimento do curso fiz a prova e consegui uma vaga. Fiquei muito feliz e comecei a estudar em dois turnos, foi difícil para mim, praticamente não tinha tempo para nada, deixei de lado os sonhos pessoais para me dedicar aos estudos, de manhã fazia o ensino médio na escolar pública e a tarde um curso profissionalizante no CET (Centro de Educação Tecnológico) que tive de me esforçar muito para concluir, pois não tinha nada a ver comigo, envolvia esforços físicos, ferramentas, indústria, sujeira, era uma escola rígida e não vou mentir que foi um desafio para mim, se não fosse as amizades que conquistei e as pressões familiares talvez tivesse desistido. (memorial autobiográfico)

Essa escola, historicamente, só admitia alunos do sexo masculino, tendo passado a admitir mulheres recentemente. Trata-se de uma escola

onde, coincidentemente, eu também cursei um curso técnico. Criada em 1961 e mantida pela CSN – Companhia Siderúrgica Nacional (até então empresa estatal), a instituição possuía regras bem rígidas: os alunos deveriam apresentar-se com corte de cabelo curto (tendo que ser cortado em datas pré-definidas); as botinas deveriam estar devidamente engraxadas, dentre outras. Apesar de tratar-se de um ambiente quase exclusivamente masculino, com poucas exceções de funcionárias mulheres, Leona não faz nenhuma menção à preconceito ou discriminação ocorridos durante o tempo em que estudou nesta instituição de ensino.

Em 2007, Leona prestou vestibular para o Curso à Distância em Pedagogia, ministrado pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido aprovada. Ela havia optado por um curso à distância para que fosse possível conciliar trabalho e estudo. Nos encontros presenciais do Curso, ao contrário de outros momentos de sua trajetória escolar, Leona relata não ter sofrido preconceito devido à sexualidade. No entanto, ela ressalta que quando cursou sua faculdade, não havia iniciado seu processo de transformação, por isso não seria capaz de dizer se, na condição de uma pessoa *trans*, não teria enfrentado preconceitos.

Rubens: E como era para você os encontros presenciais dentro da UFMG?

Leona: Foi super tranquilo... É... uma universidade né... um outro nível, né? Nunca tive problema nenhum. Eu acredito que a minha transformação foi depois, então eu não sei como que seria ali, na escola, de repente no Ensino Médio. Como eu já conheci algumas [travestis ou transexuais]... talvez seria mais difícil... Mas, não foi um processo. Eu era afeminado, mas né... mas não era... totalmente caracterizado, digamos assim, de mulher. Então foi um processo... Quando eu virei [mulher] eu já trabalhava, então foi mais fácil... a aceitação... porque as pessoas que estavam ali acompanharam a transformação. (entrevista preliminar)

Na pós-graduação, Leona já havia passado pelo processo de transformação e relata ter sofrido preconceito devido sua identidade de gênero.

ro, embora não forneça detalhes da situação ou das situações que tenha vivenciado. Apesar disso, considera que foi “tranquilo” lidar com a(s) situação(ões), uma vez que, segundo Leona, as pessoas com as quais ela se relacionava na pós-graduação eram mais esclarecidas e, por isso, havia menos preconceito.

CAPÍTULO 3

LEONA: TRANSFORMANDO-SE EM PROFESSORA

Eu achava que seria diferente, né? Mas é por causa da família, minha mãe e tudo, porque sou formada em administração de empresas, eu achava que seria por esse caminho. Mas, aí, quando eu fui para educação, eu apaixonei! E acabei ficando! Mas eu gosto, **eu gosto muito do que eu faço! Não me vejo de outra forma!** Eu acho que as coisas direcionam assim, igual eu falo, têm pessoas, não sei se convém eu falar isso, mas tem gente que é predestinada, tem gente que é **iluminada**. Eu sou uma pessoa iluminada! (Leona, entrevista narrativa)

A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as travestis e transexuais são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade. (PERES, 2009, p. 245). “Pesquisas têm revelado que as pessoas trans constituem a parcela que encontra maior dificuldade encontra de permanência na escola e de inserção no mercado de trabalho”. (PRADO, JUNQUEIRA, 2011).

Quando se fecham as portas da escola para as travestis e transexuais, tornam-se quase nulas, as chances de seu ingresso no mercado de trabalho formal. Nesse contexto, Souza e Bernardo (2014), argumentam que o abandono escolar se torna, assim, uma forma de evitar os sofrimentos vivenciados na escola. Entretanto, a escolaridade é um fator primordial para o acesso ao mercado de trabalho no contexto contemporâneo, mesmo quando as atividades exigem pouco esforço intelectual.

Assim, para os autores é possível supor que, no caso das transexuais, possa existir um círculo vicioso: “o preconceito na infância prejudica sua formação e a falta de capacitação juntamente com a exclusão pelo

preconceito sexual deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho” (SOUZA, BERNARDO, 2014, p.162). Desse modo, “elas sofrem, então, as consequências do duplo preconceito, primeiramente pela sua identidade de gênero ‘não convencional’ e, em seguida, pelo lugar ocupado (ou não ocupado) no mundo do trabalho” (SOUZA, BERNARDO, 2014, p.163).

Barros e Menezes (2014), afirmam que devido ao preconceito e discriminação existentes em nossa sociedade, muitas (os) travestis e transexuais acabam largando a escola muito cedo e, sendo obrigadas (os) a desempenhar trabalhos relacionados à beleza e ao sexo.

A prostituição, conforme percebido na pesquisa realizada durante as reuniões do Grupo Igualdade e na Parada Livre de 2007, torna-se, muitas vezes a única possibilidade de trabalho dessas pessoas, já que os padrões heteronormativos impedem e anulam os demais nichos de mercado. Algumas relatam com orgulho que conseguem trabalhar em salões de beleza (ou aspiram essa possibilidade como alternativa à prostituição). (BOHM, 2009, p. 30).

Diante disso, a prostituição, por vezes, se aponta como uma das poucas saídas para esses sujeitos. Keila Simpson (2011) cita a existência de estimativas que apontam que 85% a 90% das travestis trabalham como profissionais do sexo e conseqüentemente, são identificadas quase sempre ou somente nesse contexto. Para a autora, sob a ótica das travestis, a prostituição acaba por despontar, não como uma forma degradante de exploração sexual, mas como um caminho que além de se configurar como uma fonte de renda sem chefia e que lhes garanta acesso a muito mais dinheiro que conseguiriam ganhar em outros empregos; seja a única esfera da sociedade onde podem ser admiradas e reconhecidas e onde, conseqüentemente, podem ter sua autoestima valorizada.

Entretanto, para Leona a prostituição nunca se configurou como uma possibilidade. Segundo ela, os valores familiares foram decisivos para que ela não optasse por esse caminho.

Até porque eu nunca vivenciei o lado da prostituição. Eu acho que é a questão da família, que foi primordial aí. Meu pai e minha mãe tinham problemas, mas eles eram né, é casados, digamos assim, e eu morava junto... e... tive uma criação muito rígida. E eu sempre estudei... nunca tive essa pretensão... nunca. (entrevista preliminar)

Sua postura é similar à postura das estudantes *trans* entrevistadas por Luma Andrade em sua pesquisa de doutorado, que optaram por não se prostituir.

As travestis que pesquisei se autoconstruíram em outro contexto, em cidades de pequeno e médio porte e distritos (zona rural). Locais estes em que, mesmo onde há pontos de prostituição, como em Russas, no posto de combustível localizado na BR-116, as jovens travestis se negam a comercializar seus corpos. (ANDRADE, 2012, p. 91)

Assim como para as travestis entrevistadas por Luma Andrade, a educação foi o caminho que Leona escolheu, apesar de todas as adversidades, por considerar que somente por meio da educação, outras portas poderiam se abrir para ela. Desse modo, a docência se descortinou como um desses caminhos. A escola, embora seja um local onde se reiteram as regras heteronormativas, esse lugar de opressão também foi uma possibilidade profissional e de autonomia financeira para Leona.

Leona iniciou seu processo de transformação, quando já era professora. Entretanto, para compreendermos sua constituição enquanto professora *trans*, é necessário revisitar suas memórias, e contar um pouco sobre sua trajetória profissional e como a educação cruzou seu caminho de forma tão profunda.

Conforme lembram Cunha e Nunes (2017), a profissão docente pode ser entendida ou definida como um processo no qual o professor vai se formando como um profissional da educação através de uma série de experiências formais e informais de aprendizagem, ocorridas durante toda a vida. Segundo as autoras, “a formação de professores configura-se como um processo complexo, que ocorre durante uma longa etapa da

vida de um indivíduo”. (CUNHA, NUNES, 2016, p.12). Assim, durante a vida de Leona uma série de experiências formais e informais foram (e continuam sendo) importantes em seu processo de formação docente. Embora sua narrativa não seja linear, ainda assim, buscarei traçar de forma cronológica como se deu a construção da professora Leona, que se inicia após a conclusão do Ensino Médio.

Nesse período, Leona cursou cursos de informática e a faculdade de Administração, e passou a buscar um emprego nessas áreas. É importante salientar que nesse momento, Leona ainda não se identificava como mulher *trans*, mas como homossexual.

Nesse interim, surgiu a abertura de um edital para professor de informática para lecionar numa escola estadual próximo à sua casa. Como Leona foi a única interessada a completar a vaga e possuía todos os requisitos propostos; acertou-se com a direção da escola que ela assumiria a função. Entretanto, o Estado havia feito uma nova exigência: ter uma formação na área educacional; como ela não a possuía, perdeu a oportunidade. Leona ressalta, contudo, que embora se sentisse frustrada, a sua busca por essa vaga visava sua independência financeira e não uma escolha pela atividade docente.

O Estado havia feito uma nova exigência: ter uma formação na área educacional; como não tinha, perdi a oportunidade e novamente me senti frustrado, mas continuei o caminho, por um lado havia achado bom, nunca havia pensado em trabalhar na educação. (memorial autobiográfico)

Essa fala de Leona nos demonstra que, a princípio, ela não havia considerado a oportunidade de ser professora, mas que a candidatura à vaga de professor de informática se deu, unicamente, devido à dificuldade que ela encontrava de conseguir emprego em outras áreas. Essa assertiva foi corroborada durante a entrevista narrativa quando reiterou que achava que trabalharia na área de administração de empresas devido à sua primeira graduação.

A princípio não! Eu achava que seria diferente, né? Mas é por causa da família, minha mãe e tudo, porque sou formada em administração de empresas, eu achava que seria por esse caminho.(entrevista narrativa)

Para possuir uma fonte de renda, Leona passou a ministrar aulas particulares de informática, lecionando, inclusive para professoras do município. Aos poucos, Leona criou uma rede de contatos na área educacional considerável e com essas professoras passou a travar diversos diálogos sobre educação.

Mas como não fugimos do que é designado para nós, novamente a oportunidade da prática de ensino bateu à minha porta, e desta vez, com sucesso, me procuraram para dar aulas particulares de Informática e não dando um não às chances de vida, fui e outras pessoas foram me procurando, tive como alunos renomadas professoras, com vasta experiência educacional. Durante as aulas comentavam sobre suas experiências como professoras e até na gestão de escolas e de como a relação aluno / professor no passar do tempo havia mudado tanto, passado por uma vasta transformação. Com minha personalidade curiosa fazia perguntas e assim me informava ainda mais sobre educação, até então um interesse baseado apenas na curiosidade me sentia importante na companhia de pessoas tão instruídas que naquele momento fazíamos papéis inversos e que procuravam se instruir na tecnologia, neste mundo em constante mudança. (memorial autobiográfico)

Em outra ocasião, sua tia lhe informou sobre a abertura de um novo edital para secretário escolar numa cidade rural próxima ao município de Congonhas. Embora, Leona não tenha conseguido ocupar a vaga, talvez essa seja uma das cenas em que a educação lhe toca de maneira tão profunda, pela primeira vez.

Com ajuda do meu padrinho fui à procura desse emprego. O problema era que a cidade não era tão perto e quando percebemos era mais do que numa área rural. Após muitos quilômetros de muito barro, chegamos ao vilarejo

Pinheiros Altos e jamais vou me esquecer do que vi por lá: vimos índios, casas palafitas, vidas precárias, professores que só iam trabalhar com motos devido à locomoção e algo que pensei não mais existir no século XXI – algo que só fazia parte das histórias da época da infância de meus avós: crianças indo para a escola descalças e levando seus materiais em sacos de açúcar e arroz, algo dignamente triste e inacreditável. Sempre irei me lembrar daquele lugar. Quando chegamos à escola, estávamos exaustos, a moto em estado precário e o pior, havia passado da hora e a vaga já havia sido preenchida. Fiquei triste, voltamos para a estrada pensativos diante daquela busca de educação tão profunda, daqueles olhares das crianças, olhares tão miseráveis. Talvez esse fato sempre fique na memória, por isso ele não poderia ficar de fora desse relato de vida, aquela escola estadual “Francisco Sales Ferreira” e aquele vilarejo de Pinheiros Altos, pertencente ao município de Piranga em Minas fique para sempre na memória, na memória tocante de quem acredita em uma educação libertadora, capaz de refletir mudanças realmente significativas. (memorial autobiográfico)

Tempos depois, a prefeitura de Congonhas abre um processo seletivo simplificado, no qual Leona é aprovada e, após um período de espera, é convocada para ocupar a vaga de Inspetor de alunos, em uma escola, no turno noturno. Leona relata toda a sua apreensão e medo em ocupar a vaga, em lidar com alunos de idade próxima à sua ou até mais velhos, do preconceito enfrentado com relação à sua sexualidade e a resistência em se manter na função.

Me assustei sobre a palavra Inspetor, mas na minha vasta experiência estudantil, sabia que ser inspetor era zelar pela disciplina fora da sala de aula, e controlar a entrada e saída dos mesmos da escola. Não tive nem tempo de pensar, assinei o contrato e já fui mandado diretamente como diz o ditado: “pôr mão na massa”. Fui para a escola com a cara e a coragem. A diretora se assustou quando viu que o Inspetor que havia chegado para trabalhar na escola era muito jovem, mas preferiu ver as coisas acontecerem, me passou minhas funções e já as assumi de imediato. Fiquei apavorado quando vi que os alunos que iria lidar eram pra-

ticamente da minha idade, alguns até mais velhos, rebeldes e descompromissados com os estudos; me senti perdido com aquela situação, como iria impor disciplina, ordem, à pessoas de difícil relacionamento e sem nenhuma noção de respeito. Como já estava ali o jeito era partir para a batalha. Foi difícil, e em algumas semanas estava esgotado, mas não desisti, segui em frente, entre as piadinhas contra a minha sexualidade, os risos, me sentia mais forte, fiz amizades e o costume fez a situação amenizar. Foi quando a direção percebeu que era injusto me colocar à prova de tal situação e a diretora me fez a proposta de ser Inspetor de Alunos no turno da tarde, ou seja, lidar com crianças. Diante do esgotamento emocional em que me encontrava e sem outra saída aceitei, digo isso porque sempre tive uma certa aversão ao mundo infantil, talvez por até então não haver crianças em meu cotidiano e nem em meu convívio familiar, preferia ficar longe delas. (memorial autobiográfico)

Essa é também a primeira alusão que Leona faz com relação à sua aversão por crianças. Todavia, essa aversão aos poucos vai dando lugar a um aprendizado que leva Leona a descobrir-se, cada vez mais, vocacionada à docência.

Comecei a trabalhar com as crianças e novamente me veio à frente um desafio, conviver com aqueles pequeninos e de certa forma exprimir autoridade a elas, e de certa forma também era complicado porque me viam como um irmão mais velho ou um jovem, de repente porque sempre temos em visão que para respeitar alguém é preciso que a pessoa seja mais velha, que grite, imponha medo; e sinceramente eu não tinha nenhuma dessas aptidões. Com o tempo minha vida foi se transformando e eu de certa forma me encontrando como pessoa e como profissional, com o passar do tempo conheci o maravilhoso mundo das crianças: da inocência, de não ter preconceitos, de sonhar coisas banais, de menos responsabilidades; e de repente entrei em contradição com tudo aquilo que até então acreditava ou que de muito teimoso me obrigava a acreditar: que não havia nada de bom e que pudesse aprender com as crianças, aprendi sim muitas coisas entre todas as principais são sorrir apenas

por sorrir e acreditar mais nas pessoas e neste mundo tão complicado de entender. (memorial autobiográfico)

Leona, aos poucos, vai sendo aproveitada pela escola em tarefas diversas, auxiliando inclusive algumas professoras em atividades em sala de aula. É nesse momento em que ela começa a adentrar, segundo suas palavras, “no fabuloso e trabalhoso mundo escolar” e acaba se afeiçoando aos/as alunos/as da turma do primeiro período infantil da escola. Como passava muito tempo na sala desses/as alunos/as, a regente da turma questionou Leona se ela estaria a vigiá-la por ordem da direção da escola.

Respondi a verdade dizendo que não, que só fazia aquilo porque gostava; a partir daquele dia ela passou a me receber melhor e fui ganhando mais liberdade até ajudá-la a aplicar tarefas aos alunos. Ela era uma professora de personalidade séria, e todos da escola tinham uma espécie de “medo” dela. Com o tempo, descobri que esse medo era porque ela era sincera, falava o que pensava e os seres humanos têm costumes de se amedrontarem diante disso; a personalidade forte dela nos aproximava mais, até que ela me perguntou se eu não pensava em ser professor, pois levava o maior jeito para isto; me assustei por nunca ter pensado nessa possibilidade, mas confesso que eu fiquei pensativo e pela primeira vez pude pensar nesta espécie de vocação, mas até então só ficou no pensamento, não imaginava que teria uma chance de se concretizar. (memorial autobiográfico)

Apesar de ser uma professora de difícil convívio, foi ela quem percebeu, primeiramente, em Leona a vocação para a docência. E é, também por meio dela, que Leona tem a primeira oportunidade de atuar como professora.

O tempo foi passando e esta professora ficou doente e teve de ficar de licença médica. Foi tão repentino que a direção não teve tempo de arrumar quem a substituisse e, no desespero, a supervisora perguntou a ela quem poderia ficar no

seu lugar e ela pediu que me colocasse que eu daria conta; com isso me assustei. A supervisora nem me perguntou se eu queria, simplesmente jogou a bomba em minhas mãos, respirei fundo e resolvi encarar mais esse desafio na minha vida, com ajuda dela e me lembrando de tudo que havia visto até então, fui em frente e me saí muito bem. Obs.: só tirando o fato de que uma atividade de pintura para os alunos deixei os mesmos usarem todas as tintas, com isso pintaram paredes, mobiliários, e eles mesmos, foi engraçado, levei como erro de principiante, mas terminei tendo de limpar tudo. (memorial autobiográfico)

A partir dessa experiência, Leona realmente encontra seu caminho e sua vocação.

A partir disso percebi que realmente a professora, que neste momento posso citar o nome, M.²⁵ estava certa, realmente eu levava jeito para ser professor, com o tempo em que ficou afastada, fiquei em sua sala, ajudei os substitutos e fui criando ainda mais intimidade com aquele universo encantando cada dia mais por ele, quando a mesma voltou a lecionar nos tornamos grandes amigos, ela ficou muito grata pela ajuda que dei a ela e eu grato pela oportunidade de despertar minha vocação que sem querer ela havia me proporcionado, a partir disso foi quem mais me incentivou a seguir esse caminho. (memorial autobiográfico)

Incentivada por essa professora, da qual se torna grande amiga, presta vestibular para o Curso Normal Superior à distância da UFMG, sendo aprovada. Após sua aprovação, o curso passa a ser de Pedagogia. O fato de estar cursando um curso superior em pedagogia, foi a desculpa para que a direção da escola sempre colocasse Leona em sala de aula, embora essa não fosse sua função, diante da alegação de que ela necessitava de experiências pedagógicas.

Desse modo, Leona, por diversas vezes substituiu algumas professoras regentes de turmas. Obviamente, ela se deparou com dificuldades com indisciplina, problemas familiares dos alunos e dificuldades de aprendizagem dos mesmos. Esses problemas eram divididos com as pro-

²⁵ Por questões éticas, o nome da professora foi omitido.

fessoras das turmas e com a supervisão da escola, que lhe passaram a dar dicas de atividades pedagógicas como: jogos, danças, músicas para ativar a aprendizagem dos mesmos com atividades lúdicas. A supervisora lhe dava total autonomia para escolher atividades e até sugerir formas de trabalho. É a partir desse momento, que Leona começa a ler os Parâmetros Curriculares Nacionais e livros didáticos para ter uma base didática quando ficasse em sala de aula.

A trajetória profissional de Leona sofre uma mudança, quando em 2008, a escola iniciou uma capacitação para os professores aprenderem a trabalhar com as Mesas Educacionais que estavam sendo instaladas em todas as escolas municipais de Congonhas vindas da empresa de informática Positivo.

De acordo com o memorial de Leona, as mesas educacionais consistem em computadores que transmitem a integração entre o material concreto e os programas do mesmo, proporcionando a aprendizagem de conteúdos curriculares de diversas áreas do conhecimento; e o desenvolvimento de habilidades fundamentais como criatividade, raciocínio lógico, coordenação motora, expressão oral e escrita, entre outras, e essas mesas permitem o trabalho colaborativo de até seis crianças, proporcionando um ambiente de interação e socialização.

Leona passou a observar as aulas e a capacitadora lhe sugeriu que aprendesse a trabalhar com as mesas, porque, futuramente, poderia precisar delas por estar estudando pedagogia. Todo o treinamento ocorreu escondido da direção que só havia permitido que os professores fossem capacitados.

Coincidentemente, a coordenadora geral do projeto das mesas educacionais visita a escola e, Leona por conhecê-la, em uma conversa informal, lhe conta que estava estudando Pedagogia e que sabia, inclusive, lidar com as mesas educacionais. A coordenadora lhe sugere inscrever-se num processo seletivo da empresa para monitores e Leona acaba sendo contratada pela empresa, após ter sido aprovada no certame. Segundo Leona, foram importantes as contribuições que a nova função lhe proporcionou enquanto futura educadora.

A experiência como Monitor pedagógico aperfeiçoou muito minha experiência como um futuro educador, vi como a Informática passou a ser, um elo importante na Escola junto à sala de aula que só veio para acrescentar, enriquecer a maneira de ensinar dos professores, a tecnologia educacional é essencial para o aperfeiçoamento profissional e para contribuição no processo de aprendizado dos alunos. Também pude analisar o trabalho de cada instituição como um todo, fazer grandes amigos, conquistar os alunos e fazer um trabalho sistemático de aprendizagem com os mesmos através de um planejamento junto às aulas, tudo que era trabalhado em sala eu aprimorava uma vez na semana nas aulas com as mesas educacionais onde abrangia todos os conteúdos disciplinares, analisava o ensino/ aprendizagem dos professores e alunos. Focalizei o meu trabalho em produções de textos, leitura e escrita que observei que era a maior dificuldade dos alunos do Ensino Fundamental, desenvolvi projetos interdisciplinares que desenvolviam estes temas e acredito que consegui resultados bem confortantes.

Também trabalhando em cinco escolas diferentes tive de conviver com os problemas das crianças como: pais alcoólatras, mães super protetoras, e outros que me fizeram reviver a minha infância e o quanto assim como eles, esses problemas me prejudicaram no desenvolvimento escolar e na aprendizagem. (memorial autobiográfico)

Após ter concluído sua faculdade de Pedagogia, Leona é aprovada em concurso público para professor efetivo na cidade vizinha de Conselheiro Lafaiete. É nesse momento, também que ela inicia seu processo de transformação, passando a tomar hormônios femininos.

Quando eu passei no concurso – aí eu vou lá *pro* concurso – aí eu falei assim, agora chegou a hora, já vou ter minha independência já. Eu até trabalhava em Lafaiete, não era aqui não, o meu primeiro cargo efetivo foi em Lafaiete, também de professor. Aí eu peguei, agora chegou a hora de eu me assumir mesmo e eu ser o que eu quero ser mesmo. Eu comecei com o processo de tomar os remédios, os hormônios e tudo, que fez mesmo que eu me transformasse, os seios cresceram – todo mundo acha que é silicone, mas não é não [risos]– porque na verdade eu já tinha muitos

hormônios femininos, daí foi só uma junção que a gente fez que deu que igualou, e eu tomo remédio, hormônio até hoje. Foi o processo mesmo.(entrevista preliminar)

Durante a entrevista narrativa, Leona afirma que apesar de inicialmente, não ter pretendido atuar na área da educação, a partir do momento em que ela começou atuar na área, se apaixonou pelo que faz:

Mas, aí, quando eu fui para educação, eu apaixonei! E acabei ficando! Mas eu gosto, **eu gosto muito do que eu faço! Não me vejo de outra forma!** Eu acho que as coisas direcionam assim, igual eu falo, têm pessoas, não sei se convém eu falar isso, mas tem gente que é predestinada, tem gente que é **iluminada**. Eu sou uma pessoas iluminada! (entrevista narrativa) ²⁶

Ao contrário de algumas professoras *trans* que sempre sonharam em serem professoras e foram em busca desse objetivo, com Leona a situação foi diferente. Embora possa soar um pouco poético, não foi Leona quem escolheu a educação, mas sim a educação que lhe escolheu. Todos os caminhos acabaram levando Leona para a área educacional. Além disso, foi preciso que outra pessoa enxergasse em Leona o potencial e a sua vocação para a docência e lhe incentivasse a iniciar o caminho docente.

3.1 Ela é trans? E agora?

No capítulo anterior foi possível identificar os caminhos que levaram Leona a se tornar professora. Nesta seção, será analisado como se deu o processo de ingresso de Leona na docência e como ela se mantém na profissão, considerando que os espaços escolares são marcados pela heteronormatividade e pelas regras disciplinantes de gênero; partindo do pressuposto de que o preconceito e a discriminação contra as pessoas *tran*, nesses locais, não estão restritas somente às alunas que assim se

²⁶ Esse excerto da narrativa de Leona figura em dois momentos na dissertação: como trecho de abertura desta seção e, posteriormente, quando a fala é analisada de acordo com o marcador da narrativa.

identifiquem, mas se estendem às professoras transexuais.

Na narrativa de Leona emergem diversas cenas de transfobia a ela dirigidas, desde o momento em que ela foi tomar posse do cargo para o qual foi aprovada em concurso público na cidade de Conselheiro Lafaiete e passando por situações cotidianas que ela vivencia nos espaços escolares. Contudo, as situações de preconceito e discriminação por ela sofridas não estão restritas somente aos intramuros das escolas. Pelo contrário, elas ocorrem em outros espaços que se relacionam com a área educacional, como por exemplo, as Secretarias de Educação das cidades onde ela trabalhou e trabalha.

Além de explicitar essas situações neste capítulo, apresento também as estratégias utilizadas por Leona para se sustentar nesses espaços, onde sua conduta, assim como foi identificado em pesquisas sobre outras professoras *trans*, permanece sob constante vigilância. Assim, são analisadas nesta seção como se dá a permanência de Leona nos espaços escolares e os possíveis mecanismos utilizados por ela para manter-se na condição de docente, tomando como base as entrevistas por ela concedidas e a entrevista realizada com a diretora da escola estadual onde Leona trabalha. Recorro também ao diário de campo, onde trago impressões obtidas na reunião realizada entre mim e a Secretaria Municipal de Educação de Congonhas.

Nessa vertente, antes de tentar elencar quais são os mecanismos para permanência de Leona como docente, faz-se necessário compreender como é sua realidade nos espaços escolares onde trabalha e evidenciar as situações de preconceito e discriminação por ela enfrentadas nesses locais.

Para tanto, retomo às interrogações que intitulam esse capítulo: “Ela é trans? E agora?”. Ao reivindicar a escola como local de pertencimento, Leona desestabiliza as relações de gênero heteronormativas e sua presença incomoda. É como se Leona reivindicasse um local que não deveria ocupar.

Certa vez, fui questionado por uma professora universitária federal com quem trabalhava, porque eu decidira pesquisar professoras transe-

xuais. De forma retórica, lhe pedi que imaginasse a figura de uma transexual ou de uma travesti e que me descrevesse o que havia imaginado. Em seguida, ela me respondeu que imaginara um homem vestido de mulher, com roupas curtas e se prostituindo. Nesse interim, eu argumentei que pesquisas docentes *trans* porque era necessário mostrar que elas poderiam ocupar outros espaços e não estarem estigmatizadas ao universo da prostituição, ainda que a prostituição pudesse ter uma legitimidade como escolha, mas não como “destino”.

Assim como essa professora, de forma idêntica, muitos imaginam a figura da travesti ou da transexual apenas como profissionais do sexo. Não é possível, para essas pessoas, que a escola seja um local de pertencimento para transexuais e travestis: tampouco como alunas, quicá como docentes. Além disso, infelizmente, os profissionais que atuam na área da educação não estão/são preparados para lidar com as situações que fogem aos padrões heteronormativos, pois são carregados de um saber potente que exclui da inteligibilidade discursiva performatividades de gênero como aquelas de Leona.

Embora seja comum a existência de determinados professores homossexuais, a sua *orientação sexual* pode ser ocultada pela mentira, omissão e pelos acordos, ou seja, “o armário”, como estratégia/condição de clandestinidade, é possível para alguns. Já para as pessoas trans, a *identidade de gênero* é experimentada como um estigma que não se pode ocultar, como a cor da pele para os negros e negras.

Desse modo, quando professoras transexuais adentram o espaço escolar, questões como as que encabeçam esta seção podem ser proferidas e os profissionais da educação não sabem como agir, não sabem o que se fazer. Poucas são as escolas que ao tomar conhecimento de que uma professora transexual integrará o seu quadro de docentes, tenham a postura adotada pela diretora da escola onde Leona trabalha, de mediar situações em que alguém poderia ser ofendido/a no espaço escolar.

Quando eu fiquei sabendo que ela estava vindo, *pra* que ela não ficasse, assim, constrangida, eu conversei com os

profissionais. Pedi a eles que não fizessem perguntas que poderiam deixá-la em situação difícil, e nem eles ficassem em situação difícil. E falei das diferenças, das opções de cada um, que cada um tinha liberdade de escolher. Foi uma reunião com os profissionais e os alunos juntos. Que cada um tinha sua opção, tinha sua liberdade de escolha e que nós estávamos abertos para receber todo o tipo de... todas as pessoas que viessem. E aí, a gente conversou muito. Conversei com os alunos, não falei quem estava vindo, falei das diferenças, que a sociedade tá aí e tem que aceitar, e que eu não eu não queria que tivesse constrangimento aqui na escola, que a escola estava aberta para aceitar todos que viesse até ela. (DIRETORA DA ESCOLA, entrevista realizada durante a observação participante)

Leona destaca que se surpreendeu com a recepção que teve nessa escola:

No dia que eu cheguei, estava todo mundo em fila. Ela [diretora] me apresentou e falou a questão que esperava que tivesse respeito, mas não foi tão a fundo. Mas, assim foi uma recepção bacana e que, até então, eu não esperava! Eu fui muito bem recebida lá! Então, eu não tive nenhum estranhamento. Lá não! Porque todo mundo já sabia [risos] da minha chegada. (entrevista narrativa)

A recepção e o respeito que Leona obteve nessa escola, de fato, a surpreenderam devido ao fato de que ela foi submetida, desde o início de sua carreira como docente, a muitas situações de preconceito e discriminação, como relato a seguir.

O primeiro concurso público que Leona participou, após ter se graduado em Pedagogia, foi na cidade de Conselheiro Lafaiete, para lecionar para o Ensino Infantil mantido no município. Após a aprovação, o processo para que Leona tomasse posse do cargo efetivo foi revestido de preconceito, tendo esse ocorrido de forma explícita.

Aí eu me efetivei em Lafaiete, fui trabalhar e aí foi uma confusão. Enfrentei muito preconceito, muito preconceito mesmo. Porque era outra cidade, ninguém me conhecia,

né e chegou... Quando eu fui nomeado, eles estavam esperando o [nome civil] lá, de repente entra uma loira... [risos]. E foi um deboche! Eles não conseguiram esconder o preconceito deles, mas eu fui firme, falei “não, é direito meu e eu vou até o fim”. E aí surgiram vários empecilhos no meio desse caminho... que eles fizeram mesmo... para atrapalhar. Eu acredito que é para atrapalhar, né? Não posso provar, mas acredito que sim... para que eu não assumisse... mas, graças a Deus deu tudo certo, a comunidade me recebeu muito bem, a escola que eu fui e eu trabalhei durante um bom tempo. (entrevista preliminar)

Leona já havia relatado essa situação na entrevista preliminar e na entrevista narrativa, forneceu mais detalhes do preconceito que vivenciou ao ser efetivada em Conselheiro Lafaiete. Inicialmente, a Secretaria tencionava enviá-la para uma escola de difícil acesso, alegando a inexistência de vagas em escolas mais próximas. A situação só foi resolvida com a interferência de outra servidora que, ao ouvir uma parte do diálogo que estava sendo travada por Leona e uma servidora da secretaria, responsável pela indicação das escolas, afirmou que Leona por ser efetiva tinha preferência de escolha do local onde lecionaria, sobre os professores contratados pelo município.

Foi muito difícil *pra* mim! A princípio, porque o que aconteceu foi que quando eu cheguei, eles estavam esperando o [nome civil], todo mundo esperando porque era o único nome masculino na listagem do concurso, e eles estavam esperando porque era uma lista de professor de educação infantil. Aí eu cheguei e a cara de deboche deles foi assim, eles não tentaram, não tiveram **nem**... não tentaram nem esconder. Foi assim, na minha cara! E, na hora da escolha de turma, passei por todo processo de exame [admissional], aquelas coisas todas que tem *pra* efetivação, e quando cheguei na hora da escolha de turma, aí eu não sei se cheguei tanto para a sexualidade, mas me ofereceram uma vaga... porque aí não tinha vaga em lugar nenhum... aí era uma vaga numa escola tal. Aí eu não sabia e eu perguntei qual localização que era, porque eu não conhecia muita coisa em Lafaiete, aí ela me explicou e eu imaginei que era bem

longe. Aí eu pedi licença, fui até ao banheiro e liguei *pra* minha tia que é efetiva em Lafaiete e falei assim: “Tia, aonde é essa escola em Lafaiete?”. Ela [falou]: “Pelo amor de Deus, não vai não, porque você nunca vai chegar lá [risos], porque é muito longe! [risos]. Volta lá, porque deve ter mais vagas”. Aí eu voltei e falei assim: “Tem certeza de que não tem vaga em outra escola?”. Ela [respondeu] “NÃO, não tem!”. Nisso, como a vida é mesmo feita de surpresas, chegou uma diretora *acima* dela e ouviu um pedacinho da conversa. Aí ela [diretora] falou com ela [funcionária]: “Não! **Tem vaga e o tanto de contrato que tem aí? Ela é efetiva! Ela tem prioridade sobre os contratados!**”. Aí na hora, rolou aquele clima chato. E, aí eu consegui ir *pra* escola mais perto. Aí ela [funcionária] falou: “É mesmo! Não sei o quê...” Nela [prefeitura de Lafaiete] era tudo muito selecionado, eu iria *pra* aquela [escola] bem longe, *pra* eu não conseguir chegar mesmo. (entrevista narrativa)

A diretora da escola para qual Leona foi designada também não escondeu seu desconforto em receber Leona para trabalhar na instituição, dado que naquele momento embora Leona ainda não tenha iniciado seu processo de transformação, utilizava cabelos compridos, ou seja, Leona já performatizava o gênero feminino e subvertia as regras heteronormativas. Por isso, o preconceito e a discriminação estiveram presentes desde o primeiro diálogo travado entre Leona e a diretora, e nas mais diversas situações às quais Leona foi submetida, talvez na intenção de que ela desistisse da vaga de docente.

E aí eu fui e quando eu cheguei na escola, a vaga estava lá, mas não tinha uma sala *pra* mim e tinha a despensa e eu fui *pra* despensa. Você já faz ideia, né? Porque a diretora me recebeu e falou assim “**Mas, não tem sala pra você não! Por que te mandaram pra cá?**”. E, aí, eu falei “aqui tá o memorando, não sei.”. Então ela falou assim: “**Então, eu vou ter que dividir os meninos! Tem aquele lugar ali! Você limpa lá e você vai dar aula lá!**”. E, aí, eu fiquei *pra* morrer e minha amiga [faxineira da escola] falou assim: “você não vai limpar não! Quem vai limpar sou eu”. E, ela limpou e tudo, foi bem tranquilo. Mas, eu passei

um ano bem sofrido! Essa diretora foi bem complicada, orientada pela outra que estava acima [funcionária que a havia encaminhado para a referida escola]. Teve reuniões bem pesadíssimas e aí, eu sempre querendo desistir e minha mãe falou: “Não! Você não vai desistir não! É seu e você não vai desistir não!”. Houve até um comentário, na época, de que eu tinha preferência pelos alunos homens do que pelas alunas mulheres... **Coisas assim, absurdas! Que cabia um processo e que se fosse hoje em dia, eu não perdoava!** Mas, naquela época eu estava iniciando ainda, não tinha muita noção, mas sofri bastante, **mas não larguei não! Fiquei firme!** E eu tive muita sorte porque eles não conseguiram fazer nada contra mim, pois eu tinha... os pais, assim, me adoravam! E as crianças também! Então, eles não conseguiam pegar nada pelo lado profissional, aí, iam pelo lado pessoal.

Tudo deles é que eu estava muito armada, por eu ser, até na época eles me julgavam homossexual, que eu estava sempre armada! Uma coisa que não tinha nada a ver, né? E aí foi... e quando eu já estava adaptada na sala, eles me mudavam de uma sala *pra* outra. Falavam assim *pra* mim: “vai pra outra porque a sala é maior”. De seis meninos eu fui aumentando, [pois] todo menino que chegava [na escola] ia *pra* minha sala e, foi difícil. Mas, essa situação de preconceito me marcou bastante! (entrevista narrativa)

Novamente, Leona se viu às voltas com a pedagogia do insulto, no contexto escolar, não mais como aluna, mas como profissional da educação. Isso demonstra que a escola (aqui entendida não apenas como a instituição escolar, mas sim pelos grupos que a integram: discentes, pais de alunos, funcionários da escola, direção, supervisão, etc.) reiteram as regras heteronormativas por meio das quais as pessoas identificadas como “não-heterossexuais” são degradadas à condição de “menos humanos”, merecedoras da fúria homo-transfóbica cotidiana de seus pares e superiores. (JUNQUEIRA, 2010).

Sob esse viés, Leona ao contestar a cultura dominante hegemônica que permeia os espaços escolares é colocada à margem e quando ela passa a reconhecer a escola como seu local de pertencimento, isso passa a ser questionado. Para a servidora da Secretaria de Educação de Conse-

lheiro Lafaiete, Leona não poderia ser uma professora e assim, ela utilizou de mecanismos como lotá-la em uma escola de difícil acesso como forma de impedir que Leona ocupasse o espaço que segundo sua ótica não deveria ocupar. De forma idêntica, a diretora da escola submeteu Leona à uma situação degradante, destinando-a a lecionar em uma despensa.

Por ocasião da abertura de concurso público para professor efetivo em Congonhas, Leona foi aprovada e passou a acumular o cargo de professora, nas duas cidades. Segundo Leona, em Congonhas, devido à sua trajetória profissional anteriormente desenvolvida na cidade, em outras funções relacionadas à educação, as pessoas já lhe conheciam e o processo de assumir um cargo público foi menos difícil, embora cada vez que era alocada em uma escola diferente, reiniciava-se um processo de estranhamento inicial e depois de aceitação da sua identidade de gênero, por parte dos alunos, das famílias e da comunidade onde a escola se localiza.

Quando Leona iniciou seu processo de transformação, ela era efetiva nos dois municípios, Congonhas e Conselheiro Lafaiete. Foi justamente nesse período que Leona precisou se afastar do trabalho, devido ao quadro de depressão que havia desenvolvido. Indubitavelmente, Leona estava bastante fragilizada com a sua expulsão de casa pelo pai e somaram-se a isso as ocorrências de discriminação e preconceito relacionadas à sua sexualidade, culminando num quadro depressivo. Esse quadro depressivo, então, foi o produto resultante de várias situações de transfobia que vivenciou, tanto no núcleo familiar devido à expulsão de casa pelo pai e certo abandono de sua família, quanto pelas hostilidades que sofreu ao ingressar na docência.

Em suma, pode-se afirmar que a rejeição familiar sofrida por Leona e as relações com funcionários da escola e seus dirigentes apresentam formas de transfobia e subordinação que revelam um *continuum* bastante prejudicial à sua vida profissional.

Findada sua licença médica, ao retornar ao trabalho em Conselheiro Lafaiete, Leona teve que lidar novamente com o preconceito da Secretaria da Educação da cidade.

E eu fiquei de licença, nesse período de licença que eu fiquei que eu contei anteriormente – que eu *tava* de licença porque eu tinha ido embora de casa – eu estava em Lafaiete ainda e que fiquei de licença e quando eu voltei, não esperaram nem assim, naquele dia mesmo que eu voltei, eles me convocaram para uma reunião na secretaria [de educação]. Eu fui, estava super debilitada ainda, fizeram uma mesa redonda com todos os chefes da secretaria [risos], e vieram me questionar que tiveram uma denúncia de que eu saía dez minutos mais cedo. E era uma denúncia anônima. Aí, eu queria saber quem tinha [denunciado], eles me mostraram o papel que era uma denúncia anônima, e que eu teria que provar porque senão iria ser aberto um processo administrativo, porque eu saía dez minutos mais cedo para pegar o carro para [vir] para Congonhas. Que eles queriam saber se não estava encostando os horários [dos dois cargos efetivos]. Foram várias coisas para... e eu ali, naquele momento, pressionada demais, eu não pensei duas vezes não e eu fui lá e exonerei, **mas**, hoje, eu não me arrependo porque tenho dois cargos efetivos, mas assim, eu penso que eu poderia ter aguentado um pouco mais. Mas, naquele momento, eu não pensei duas vezes. Eu fui lá e exonerei. **Eu fui lá e dei o presente que eles queriam!** Porque pra eles foi ótimo! Vão pensar num remanejamento? Vão pensar não sei o quê? Eles, né, mexiam comigo de toda forma que podiam. E, né, depois da minha saída, nunca mais teve outra pessoa [transexual], da educação infantil, lá em Lafaiete não. (entrevista narrativa)

Durante todo o período em que Leona foi professora efetiva do município de Conselheiro Lafaiete ela sofreu diversas situações de preconceito e discriminação. Além disso, sua conduta estava sob constante vigilância e chegaram, inclusive, a espalhar boatos de que ela possuía preferência por alunos do sexo masculino. O que se observa, portanto, é que a essa constante vigilância da conduta de Leona, assim como os boatos, estão associados à produção transfóbica existente que liga diretamente a experiência trans com a prostituição e a hipersexualização do corpo trans, reduzindo-o meramente à fantasias e práticas sexuais.

É nessa esteira que Marina Reidel, Coordenadora dos Direitos LGBT

da SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, em discurso proferido em Sessão Solene em homenagem ao Dia do Orgulho LGBT realizada na Câmara dos Deputados Federais, em 06 de julho de 2017, afirma que as pessoas LBGBT sofrem no dia-a-dia porque para a sociedade, de maneira geral, parece que elas transpiram sexualidade 24 horas por dia.

Por outro lado, criar um boato de que Leona manifestava preferência aos alunos do sexo masculino, vem de certa forma colocar desqualificar o trabalho que ela realizava e isso poderia ser utilizado como argumento para que ela fosse reprovada em seu estágio probatório e demitida do cargo de professora, da mesma forma que a denúncia anônima de que ela saía mais cedo 10 minutos do trabalho foi utilizada como desculpa para que a secretaria da educação ameaçasse abrir um processo administrativo contra ela. Diante da pressão exercida pela secretaria, Leona optou por pedir exoneração do cargo.

Dada a sua inexperiência em lidar com essas situações, Leona não sabia como reagir a essas ocorrências discriminatórias. Além disso, devido ao fato de que sua conduta sempre estava sob vigilância e por ter iniciado, recentemente, seu processo de transformação, Leona afirmou que não sabia como deveria se comportar. Assim, optou por utilizar roupas mais discretas para trabalhar. Com o processo de transformação, seus seios começaram a crescer e para ocultá-los Leona, utilizava um bustiê apertado.

Mas, na escola foi difícil, a transformação, depois porque eu não sabia como me comportar. Aí, a princípio, eu trabalhava com roupas mais discretas, vamos dizer assim... procurando esconder os seios...eu usava um bustiê mais apertado... E, os funcionários comentavam e tudo, mas era bem tranquilo. **Entre os funcionários** [era tranquilo], mas entre a comunidade, eu não tinha coragem de assumir aquela posição [identidade transexual] de uma vez só. Eu usava o bustiê para tampar os seios... e as roupas eram mais fechadas... bem discretas...

Aí, com isso, eu fui conquistando meu espaço, quando eu fui ver eu já estava indo [trabalhar] com uma calça mais apertada, e agora já chegou até no decote, vamos dizer as-

sim [risos]. Já não tem mais nenhum problema com isso. Mas, foi uma transformação que se deu aos poucos. (entrevista narrativa).

Apesar da rede de apoio social não ser o marcador da narrativa analisado nesta seção, é importante perceber que embora essa rede, no início do processo de construção da Leona mulher e professora *trans* não tenha sido suficiente para que ela se posicionasse diante dessas ocorrências discriminatórias, este cenário foi se modificando, à medida que a mãe passou a ser mais presente e que colegas de trabalho e alunos/as passaram a ter maior reconhecimento. Aos poucos, Leona foi se transformando não apenas na aparência, mas foi se tornando cada vez mais professora, mais resistente e confiante. Desse modo, com o tempo, ela passou a se posicionar melhor diante dessas situações de preconceito.

Quando a gente *tá* mais bem resolvida, a gente se posiciona melhor. E foi isso que eu aprendi com o tempo, a me posicionar melhor também e ter os argumentos e saber me defender. Hoje em dia, é muito difícil, não sinto tanto. (entrevista narrativa)

Importante destacar que as situações discriminatórias que Leona foi submetida poderiam ser evitadas, se as questões de gênero fossem discutidas nas escolas, uma vez que a realização desse debate nesses espaços contribui para uma educação que combate a discriminação e os preconceitos, tais como as violências de gênero, a violência contra mulher e a violência homo/lesbo/ transfóbica.

Apesar de necessário, esse debate inexistente nesses espaços (ou quando ocorre, se dá de forma superficial), por isso Leona, assim como outras professoras *trans*, necessita, algumas vezes, para permanecer nos espaços escolares, utilizar como mecanismos de defesa, ameaçar processar judicialmente, a fim de inibirem práticas transfóbicas.

[...] já tive sim, uns probleminhas, nada grave não, nada que assim... umas palavras assim, processo...umas coisas

assim... nunca mais voltassem. [risos] (entrevista preliminar)

A permanência nesses espaços se dá, também, buscando realizar um trabalho singular, de destaque, de forma similar à de outras professoras *trans*. (TORRES, 2012; REIDEL, 2013). A necessidade de Leona realizar um trabalho que seja admirado pelos demais pode ser entendido como uma estratégia de permanecer na profissão docente, pois seria mais fácil demitir ou reprovar em um estágio probatório àquelas professoras *trans* que não tenham atingido esse destaque. Além disso, como sua conduta está sob constante vigilância, a realização de um trabalho exemplar poderia ser utilizado de forma a impedir que sejam apontados “problemas” que justifiquem advertências ou demissão.

Além disso, destacar-se enquanto docente pode ser entendido como uma forma de Leona ser aceita nos espaços escolares, pelas famílias, pelos alunos, pela direção da escola e pelos colegas de trabalho, repetindo-se a mesma estratégia utilizada para lidar com a pedagogia do insulto quando era estudante: realizar um trabalho exemplar para, quem sabe, ser tratada como igual, para obter um salvo-conduto que possibilite uma inclusão consentida em um ambiente hostil, uma frágil acolhida, geralmente traduzida em algo como: “É transexual, mas é excelente professora”.

Segundo Leona, seu trabalho é muito elogiado por todos, tendo sido, inclusive, uma das ganhadoras do prêmio de professor destaque, no ano de 2015, no município de Congonhas. Criado pela Lei Municipal 2.614, de 31 de maio de 2006, o Prêmio Professor Destaque do município de Congonhas trata-se de uma iniciativa para a valorização do trabalho docente e reconhecimento ao profissional do desempenho das atividades de regência, além de disseminar práticas educativas de sucesso. O concurso é realizado anualmente, no mês de setembro, em procedimento definido pela Secretaria Municipal de Educação, por decreto, que estabelece a premiação dos eleitos que ocorre no dia 15 de outubro, Dia do Professor.

Leona revelou um medo inicial em ir receber o prêmio, que ela atribui a um preconceito que tem consigo mesma. Todavia, entendendo esse preconceito como um temor de como ela seria recebida, de como as pessoas reagiriam diante do fato de uma professora transexual ter sido premiada.

Chegou um convite *pra* mim né, que eu seria premiado, lá na escola, um pouco de última hora, mas eu fiquei um pouco com receio de ir, porque a gente tem essa coisa também, de como... existe um... preconceito da minha parte também... de como as pessoas vão reagir diante da situação. Eu já desenvolvi bastante isso em mim já, *tá* bem mais tranquilo, mas ainda tem um pouco. Eu não sabia como ia ser, essa entrega desse prêmio, e falei “como é que eu vou? Como vai ser minha roupa?”. Aí eu falei assim “eu não vou”. Mas minhas colegas de trabalho disseram “você vai sim”, “você vai linda, maravilhosa, vai chegar lá e vai receber seu prêmio. É um direito seu!”. (entrevista preliminar)

Como Leona já havia passado por diversas situações de preconceito ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, esse receio de ir receber o prêmio de professor destaque pode ser perfeitamente compreensível, pois a transfobia atinge as dinâmicas afetivas desses sujeitos e Leona temia que durante a premiação ela fosse submetida à novas situações de discriminação e preconceito. O temor de Leona revelou-se ser procedente: as práticas transfóbicas tiveram início na sua chegada e continuaram até a entrega do prêmio.

Quando eu cheguei, houve assim um estranhamento de olhares, mas eu sentei [risos] como se nada tivesse acontecido, lá na frente, para receber o prêmio. (entrevista preliminar)

Leona foi a primeira professora a ser convidada a receber o prêmio. No entanto, Leona foi chamada pelo seu nome civil, num claro desrespeito ao nome social escolhido por ela. Além disso, o fotógrafo do even-

to não se posicionou para fotografá-la. Assim que Leona retomou seu lugar e novos professores foram chamados para receber seus prêmios, o fotógrafo se posicionou para fotografá-los.

Leona, no entanto, não deixou que tal situação passasse em “brancas nuvens” e questionou a organização do evento, sobre o ocorrido.

Eu achei aquilo estranho e falei assim “porque não me fotografaram?”. Chamei a organizadora do evento - essa não vai passar tão fácil assim não – e perguntei para ela porque eu não tinha sido fotografado. Ela foi e falou assim “mas você não foi?”. Eu falei: “não, não fui. Por quê?”. Ela falou assim “vou olhar isso agora” e foi rodando lá até decidirem, alguém chegou no ouvido da secretária, ela levantou, pediu desculpas e que era para eu voltar se eu quisesse para tirar a fotografia. Aí eu falei assim “eu quero sim” e tirei a fotografia. (entrevista preliminar)

Apesar de Leona ter adotado uma postura de enfrentamento nesta situação, reivindicando ser tratada de forma digna, no momento da publicação dos professores vencedores do prêmio, a foto de Leona não foi publicada. Somente após o Jornal da Educação tê-la procurado para saber do ocorrido, é que sua foto foi publicada.

Aí foram publicados todos os premiados, e por mais incrível que pareça, a minha foto não apareceu, nem eu tendo tirado a foto depois e aí o jornal veio me procurar para saber, o jornal da educação, e aí foi até publicada essa notícia, depois se você quiser eu até te mostro, mas a secretaria não se pronunciou e ficou como se nada tivesse [acontecido]. (entrevista preliminar)

Vê-se, então, que a transfobia não habita apenas os atos de um sujeito, mas organizam as dinâmicas entre sujeitos nos grupos sociais, ao mesmo tempo em classificam os corpos que ganham inteligibilidade nas dinâmicas sociais e aqueles que devem ser desconsiderados, por não ganharem importância e devem ser colocados à margem e/ou invisibili-

zados. Desse modo, manter Leona invisível ou mesmo subalternizada pela negação de sua existência parece ser uma estratégia utilizada por setores da Secretaria da Educação de Congonhas. Inclusive, este foi um dos questionamentos feitos pelas servidoras da secretaria quando me reuni com elas. Segundo essas funcionárias, tanto a secretaria quanto a creche enxergavam Leona como um professor como os outros e que elas não viam a necessidade de dar visibilidade ao fato de Leona ser uma professora transexual, fazendo uma pesquisa sobre sua vida.

Leona já nos havia relatado sobre a invisibilidade a que é submetida, durante a entrevista preliminar.

Na verdade, sempre houve essa coisa assim, sempre eles me deixaram, vamos dizer assim, quieta... né, nunca... tudo o que eu pedi eu fui sempre atendido prontamente, nunca tive problema nenhum, mas eles têm um pouco de receio de como vão lidar.

Mas, a educação já tem tantos problemas e parece que eles gostam de quanto menos problemas para eles, melhor, Então, deixa ele lá quietinho, acho que eles pensam assim, não dá trabalho nenhum, [risos] deixa ele lá, o que ela quiser, ele vai fazendo.... e eu acho que é isso, né, um pouco disso.

Todavia, parece paradoxal que uma secretaria que busque manter invisível uma de suas docentes, possibilite que a mesma receba um prêmio de reconhecimento profissional. Mas, durante o evento de premiação, o que se verificou é que Leona estava, mais uma vez, ocupando um espaço que “não deveria”. É como, nas palavras de Berenice Bento (2014), premiar Leona fosse uma forma de inclui-la para que ela continuasse a ser excluída, de conceder a ela uma “cidadania precária”.

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). (BENTO, 2014, p.167)

Por outro lado, a indicação dos professores premiados não é feita pela própria secretaria de educação e sim por votação nas escolas onde os docentes trabalham. Caso a escolha partisse da secretaria, questiono-me se Leona seria realmente agraciada com o título de Professor Destaque 2015. A indicação por parte da escola, todavia, demonstra que o trabalho executado por Leona reafirma-se como uma das estratégias responsáveis pela sua permanência na docência.

Tudo que ele pega *pra* fazer, ele é **muito** inteligente. Eu nunca vi, assim, desconheço uma pessoa que consegue pegar as coisas com tanta facilidade igual ele.

Então, enquanto profissional, ele é muito esperto! E o carinho dele com os meninos... (DIRETORA DA ESCOLA, entrevista concedida durante a observação participante)

Além da realização de um trabalho exemplar, na narrativa de Leona, a estabilidade no serviço público configura-se, então, como outro mecanismo para que ela permaneça na profissão docente.

Mas não tem como me tirar, vamos dizer assim, então a gente vai permanecendo. (entrevista narrativa)

A estabilidade na carreira pública, nesse contexto, assume um duplo papel. Primeiramente, conforme já discuti anteriormente, ele possibilita que as professoras transexuais consigam fazer a transição dos seus corpos, sem temer serem demitidas. Pelo mesmo motivo, ele permite que elas permaneçam na condição de professoras.

Assim, em síntese, foi possível identificar na narrativa de Leona três principais mecanismos para que ela se mantenha na docência: ameaças de abertura de processos judiciais; desempenho de um trabalho exemplar e a estabilidade no serviço público.

3.2 A relação com os demais funcionários

Durante a entrevista preliminar, Leona afirmara que mesmo antes de iniciar seu processo de transformação, sofria preconceito e discriminação por parte dos demais funcionários das escolas onde trabalhou.

Enfrentei pequenos percalços por causa da minha opção sexual nas escolas que trabalhei, comentários dos alunos, pais e até funcionários, mas nada que me deixasse abater, tão pelo contrário me davam forças para lutar pela busca de uma educação sem preconceitos, sem exclusão, com isso e todos os sofrimentos que passo e já passei por essa opção em tempos como estudante, em casa, no trabalho, sempre quis desenvolver uma ação para acabar com esse preconceito histórico. (memorial autobiográfico)

A partir daí, outro marcador que busquei identificar nas narrativas de Leona é sua relação com os demais funcionários das escolas: diretores e vice-diretores, demais professores, auxiliares de limpeza e cantina. Objetivava verificar se a relação era permeada de conflitos, preconceito e discriminação ou se a relação era profícua.

Conforme trouxe no capítulo anterior, Leona sofreu discriminação por parte da diretora da escola onde iniciou sua jornada como docente, num contexto onde ela não havia iniciado sua transformação corporal e se autoidentificasse como homossexual. Durante a entrevista preliminar, Leona relatou que teve problemas com outro diretor de outra escola onde trabalhou. Embora o diretor fosse homossexual assumido, segundo Leona, ele se sentiu bastante incomodado com a sua presença. No entanto, Leona não classifica a postura do diretor como preconceito.

O Diretor da Escola X é o Fulano de Tal²⁷ e nós tivemos alguns problemas...mas [risos], nada muito assim, né? Nada na questão de preconceito não, mais na questão do relacionamento mesmo... É... não sei se posso falar se tem

²⁷ Por razões éticas, optei por ocultar os nomes da Escola e de seu respectivo diretor, ambos citados por Leona durante a entrevista.

algo a ver, porque ele é homossexual também e se sentiu bastante incomodado com a minha presença. Tive alguns problemas, mas é tranquilo.

Nas narrativas de Leona, não são citadas situações específicas de preconceito e discriminação que ela tenha sofrido por parte de outros profissionais com os quais ela trabalha. No entanto, não se pode afirmar que essas situações não existam ou existiram, uma vez que a Leona faz pequenas menções à essas ocorrências, mas não detalhe como aconteceram tais situações.

Já durante a visita a escola pude perceber que, para quem chega de fora, a relação com Leona com os demais funcionários é tranquila. Em nenhum momento parecia que as professoras a evitavam ou eram descorteses com ela. Pelo contrário, durante o período em que estive na escola, o clima parecia extremamente salutar, o que talvez possa ser justificado pelo fato de Leona, neste momento, possuir uma trajetória profissional mais consolidada.

Um fato que me chamou a atenção, foi quando uma cantineira foi levar um almoço para Leona sem que ela pedisse. Acompanhei discretamente o diálogo amistoso entre elas e a cantineira disse que levava o almoço para Leona, pois sabia que ela não havia almoçado e que deveria estar com fome.

Em outra ocasião, durante o intervalo, fomos à sala dos professores e Leona trocou alguns diálogos com as professoras que ali estavam. As conversas giraram em torno de assuntos triviais, passando pela troca de informações e dicas pedagógicas. À primeira vista, deu a impressão de que Leona era um referencial para algumas professoras.

Embora Leona tenha vivenciado situações de discriminação no início de sua carreira docente, atualmente, parece-me que ela conseguiu encontrar seu espaço e ser respeitada pelos seus pares, ainda que seus colegas de trabalho utilizem seu nome civil para se referir a ela, conforme discuto nas seções seguintes.

3.3 O que diz o nome?

“Desde o nascimento, ou até antes dele, o nome é uma das primeiras características adquiridas pelo sujeito e o acompanha como uma marca distintiva na sociedade, determinante de uma forma de individualização, mesmo após a morte”. (PRÓCHNO; ROCHA, 2011, p.255)

Segundo esses autores, é junto ao nome que se designam as relações de gênero e sexualidade planejadas pelo futuro, dado à própria noção de que se for menino, o nome é masculino, se for menina, o nome é feminino. Conforme argumenta Santos (2017, p. 270), “o nome constitui-se no elemento que possibilita primeiramente o reconhecimento de um sujeito e designa imediatamente um pertencimento de gênero”. Assim, possuir um nome masculino ou feminino implicará na determinação de normas relativas à sexualidade e ao gênero. Nesse sentido, as regras heteronormativas disciplinantes, tão bem discutidas por Butler, exercem sua influência até no nome que a pessoa possua, criando uma expectativa grupal de que o indivíduo atue em conformidade com as linhas traçadas para o papel de homem e de mulher.

O nome, nesse escopo, acaba por se apresentar como um dos deslocamentos, como uma subversão à heterossexualidade compulsória. Travestis e transexuais, embora possuam um nome civil masculino, de acordo com essas regras disciplinantes, deveriam agir como homens e, compulsoriamente, deveriam ser heterossexuais. No entanto, essas pessoas, subvertem a norma quando reivindicam o direito de serem chamadas no feminino, apesar de sua documentação civil as caracterizarem no masculino.

Dayana Brunetto dos Santos (2017) afirma que, para as pessoas *trans*, a utilização do nome social parece propiciar uma sensação de conforto e satisfação, garantindo, ainda, de alguma forma, o reconhecimento sobre seus processos de fabricação, tanto de seus corpos quanto de suas identidades.

Em sua tese de doutorado, Dayana identificou que é comum que as narrativas sobre os nomes de travestis e transexuais apresentem uma história. Com Leona, não foi diferente. Seu nome, não foi escolhido por ela, mas por seus amigos. Embora o nome não tenha sido uma escolha sua, Leona afirma não imaginar-se com outro nome.

O Leona, nem eu sei te dizer exatamente. Porque... todo mundo me pergunta [risos]. Na verdade, [risos] foi uma questão dos meus amigos que colocaram esse nome em mim. Eu fazia cursinho pré-vestibular na época, tinha aquela novela Cobras & Lagartos, e meu cabelo sempre foi loiro né, aí tinha a Leona [personagem interpretada por Carolina Dieckmann], e eles ficavam assim você é a Leona, e ficou [risos]. E eu gostei! Todo mundo me pergunta! Porque geralmente tem uma associação com o nome, com o nome de registro e o meu não tem. Mas, eu acostumei e gostei e foi ficando e. hoje em dia, todo mundo fala assim: “se você mudar seu nome vai ser **Leona mesmo?** Por que você não põe outro?”. E eu não me vejo com outro nome que não seja Leona. O nome é forte, né? Todo mundo fala, pergunta, se eu não penso em outro nome mais comum, e eu falo assim: “não, não tem outro! Tem que ser Leona”. É Leona! Não vejo outro [nome]... Mas, a pessoa tem um estranhamento a primeira vez que vê o nome... “Leona?”. mas não vejo outro nome não. Eu até pensei em outro, mas não consigo achar outro que seja melhor que Leona não. *Pra mim, não!*

Apesar de se identificar-se como mulher e com um nome feminino, Leona ao contrário de outras professoras transexuais, ainda não conseguiu efetuar a mudança de seu registro civil, o que acaba por gerar diversos desconfortos e situações desagradáveis para ela. Na próxima seção, analiso como se dá a utilização do nome social de Leona nos espaços escolares onde ela trabalha.

3.3.1 O nome social

Mas a mudança de documentação, ela é penosa mesmo, você tem que convencer né, o juiz, de que você realmente é mulher. É difícil! Tem que ter o laudo do psiquiatra, tem que ter todo um... sistema, né? Mas, eu estou pensando. Na mudança de documentação, eu estou pensando porque é muito complicado. Quando vai conversar comigo, eu me sinto Leona e a pessoa falar [nome civil]... eu não tenho problema, eu aceito numa boa, mas fica numa situação totalmente... vamos dizer assim... eu gosto do meu nome [de registro], não tenho problema com ele, mas não caracteriza com a pessoa. (Leona, entrevista preliminar).

Lançados em Genebra, em 2007, numa sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – ONU, os Princípios de Yogyakarta (PY) – documento redigido por um grupo de 29 eminentes especialistas de 25 países com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos – “tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero” (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 8). Os PY afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados Nacionais.

Com relação à identidade de gênero, mais especificamente ao Direito ao Reconhecimento Perante a Lei, os PY recomendam que nenhuma pessoa será forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero.

Além disso, o documento diz que o Estado deve tomar todas as medidas legislativas, administrativas e de outros tipos que sejam necessárias para que existam procedimentos pelos quais todos os documentos de identidade emitidos por ele que indiquem o sexo/gênero da pessoa (incluindo certificados de nascimento, passaportes, regis-

tros eleitorais e outros documentos) reflitam a profunda identidade de gênero autodefinida por cada pessoa. Deve ainda garantir que as mudanças em documentos de identidade sejam reconhecidas em todas as situações em que a identificação ou desagregação das pessoas por gênero seja exigida por lei ou por políticas públicas, ao mesmo tempo em que deve buscar implementar programas focalizados para apoiar socialmente todas as pessoas que vivem uma situação de transição ou mudança de gênero.

Apesar de o Brasil ser um dos países signatários dos PY, o que se observa no Brasil é a ausência de uma legislação que normatize ou estabeleça critérios para a mudança do registro civil para àquelas pessoas que se identificam com o gênero oposto ao gênero atribuído por quando do seu nascimento.

O imbróglgio jurídico sobre as identidades “legal” e “social” das pessoas travestis, transexuais e transgêneros provoca situações absurdas que mostram o tamanho do furo ainda existente em nossa legislação. Graças a ele, há pessoas que vivem sua vida real com um nome — aquele que usam na interação social cotidiana — mas que carregam consigo um instrumento de identificação legal, uma carteira de identidade, que diz outro nome. E esse nome aparece também na carteira de motorista, na conta de luz, no diploma da escola ou da universidade, na lista de eleitores, no contrato de aluguel, no cartão de crédito, no prontuário médico. Um nome que evidentemente é de outro, daquele ser imaginário que habita nos papeis, mas que ninguém conhece no mundo real. (WYLLIANS, 2012, [s.p]).

Na maioria dos casos, para que uma pessoa *trans* obtenha a mudança de seu registro civil deveria ter se submetido à cirurgia de transgenitalização. De acordo com Próchno e Rocha (2011), os trâmites legais para a mudança do nome ainda se relacionam a uma suposta necessidade de coerência entre sexo, gênero e mudança biológica, remetendo a alteração do nome à causas patológicas, uma vez que a mudança de sexo é utilizada como “correção” para o Transtorno de Identidade de Gênero.

A partir daí, pode-se entender, então que somente àquelas pessoas que se aproximam do conceito de transexualismo verdadeiro defendido pelo discurso médico, e que desejam a cirurgia de transgenitalização e efetivamente a realizam, poderiam ter seus nomes de registros alterados. As outras pessoas que se reconhecem como *trans*, mas que não desejam a cirurgia por motivos diversos, como é o caso de Leona, enfrentam enormes dificuldades para conseguir a mudança de seus documentos.

Embora algumas pessoas que não tenham se submetido à cirurgia tenham conseguido decisão judicial favorável à mudança de seu registro civil, não há um efeito vinculante das decisões tomadas por cada juiz²⁸. Assim, ao pleitear judicialmente a mudança de registro sem terem se submetido à cirurgia, conforme Bento (2014) argumenta, será um juiz que dará um parecer final sobre sua demanda após interpretar laudos médicos (que são uma exigência para o pleito) e ouvir testemunhas, não havendo nenhuma garantia de que seu parecer será favorável à pessoa *trans*.

Observa-se que em Minas Gerais, o Decreto 47.148, de janeiro de 2017, busca assegurar o direito de uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Em dezembro de 2017, o governador do Estado, Fernando Pimentel, assinou o decreto 47.306 instituindo a carteira de nome social para travestis e transexuais que terá validade para tratamento nominal e identificação na administração pública estadual. O decreto estabeleceu, ainda, o prazo de 120 dias para que a Polícia Civil edite uma resolução com as normas para confecção da carteira e comece a emitir o documento.

Leona, em sua narrativa, afirma desejar mais a mudança do seu nome do que a própria cirurgia de redesignação sexual. Apesar do de-

²⁸ Está em julgamento no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 na qual se discute a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. Iniciado em junho de 2017, Em novembro de 2017, cinco ministros haviam votado favoravelmente à troca do nome civil sem a realização de cirurgia de transgenitalização. No entanto, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Marco Aurélio Fux, incomodado com falta de quorum para discutir questões constitucionais.

sejo, ela tem ciência de quão moroso e burocrático é esse processo, já tendo consultado, inclusive, uma advogada para dar entrada ao processo judicial.

Bom, eu pensei na mudança de documento. A minha advogada conversou comigo há alguns meses, mas também é um processo **longo**, que vai dificultar bastante porque é muito documento que tem que mudar, não só os pessoais, mas a questão do profissional também... Já olhei como seria meu cargo, se eu teria que tomar posse de novo, mas na verdade não, só mudaria o nome. E é um caso novo pra Congonhas. Outra coisa também, é a questão da licença nupcial, os oito dias para casamento, porque eu estava pensando em casar. Eu também queria os oito dias, e houve isso também, né, que eu não teria direito. Aí eu entrei na [protocolo da prefeitura]... ainda não terminei o processo no jurídico da prefeitura para ter a resposta, mas não houve retorno porque a gente também vai deixando pra casar pra depois, tudo vai empurrando, vai empurrando. [risos] Devido aos obstáculos mesmo que vão surgindo, você vai deixando um pouco pra lá. Mas a mudança de documentação, ela é penosa mesmo, você tem que convencer né, o juiz, de que você realmente é mulher. É difícil! Tem que ter o laudo do psiquiatra, tem que ter todo um... sistema, né? Mas, eu estou pensando. Na mudança de documentação, eu estou pensando porque é muito complicado. (entrevista preliminar)

Assim como Leona, outras pessoas *trans* que ainda não conseguiram mudar seu nome de registro, apesar de a documentação civil as caracterizarem no masculino, manifestam o desejo de serem chamadas no feminino. Nesse contexto, Bento (2014) afirma que o Brasil é o único país no mundo onde, no vácuo de uma legislação geral que garanta a mudança do nome civil sem a cirurgia de redesignação sexual, universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas *trans* a utilização do nome social, como uma medida paliativa.

O nome social pode ser definido como “o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio

social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, [s.p]).

Quando travei meu primeiro diálogo com Leona indagando-lhe sobre o interesse de participar desta pesquisa, lhe perguntei como ela gostaria de ser chamada. Prontamente, ela me devolveu que poderia tanto chamá-la pelo seu nome de registro ou pelo social, que para ela não havia diferença. Todavia, no decorrer de sua narrativa, ficou explicitado que apesar de não ter problemas com seu nome de registro, utilizá-lo não condizia como ela se sentia e tampouco era o nome com o qual ela se identificava.

Leona pontuou que se a Secretaria de Educação de Congonhas optasse por tratá-la pelo nome social muitos desconfortos e constrangimentos poderiam ser evitados.

Se a Secretaria da Educação adotasse o nome social, seria interessante, já resolveria uma grande parte dos problemas para mim. (entrevista preliminar)

Leona elenca como alguns desses constrangimentos quando os pais de alunos necessitam falar com ela e a escola indica que *o professor* já está vindo conversar e quem chega para conversar com os pais é uma figura feminina. Outro exemplo trata-se dos questionamentos de alunos com relação ao seu nome, já que não há uma concordância entre o nome masculino e a figura feminina que ali se apresenta. Em síntese, nesses momentos, quando há o confronto com o outro, se percebe a incompatibilidade entre o nome masculino e a figura feminina que Leona apresenta.

E as pessoas, às vezes, ficam incomodadas... já aconteceu de pais virem falar comigo... Ah, eu quero conversar com o professor do meu filho. Aí o diretor fala assim é o [nome civil], ele tá chegando. Aí, o pai espera o [nome civil], aí

quando eu chego há uma decepção muito, vamos dizer assim, mas não é tanto tão culpa dele, né? E fica assim, né, mas não fala...aquela surpresa, porque era uma preparação que a escola podia fazer, porque eu concordo com a escola ter que preparar a chegada, eu acho que deveria. E não, fica por isso mesmo e eu é que me viro lá, mesmo na hora, como por exemplo, com os meninos, a maioria tem dificuldade... quanto menor, mais difícil fica de conversar, explicar, tentar explicar, porque aí o meu nome... porque ele olha *pra* mim e diz, mas você é tia, mas o nome não é de tia, né? [risos].[entrevista preliminar]

Durante a reunião realizada com a Secretaria da Educação de Congonhas, quando negociava a realização da observação participante na creche onde Leona é cuidadora, as profissionais da secretaria afirmaram por diversas vezes que o nome social de Leona não era utilizado porque ela nunca exigira isso. Todavia, durante todas as conversas anteriores e posteriores à reunião travadas com essas profissionais e, também, durante todo o encontro que tivemos, elas sempre se referiam à Leona utilizando seu nome de registro e no gênero masculino. Essas profissionais informaram, ainda, que na creche Leona também é tratada da mesma forma.

De forma idêntica, na outra escola onde Leona também trabalha, seu nome social não é utilizado por nenhum de seus colegas de trabalho, tampouco pela direção da escola. A diferença entre os dois locais onde Leona trabalha reside, entretanto, que nessa escola Leona é vista como uma figura feminina e os pronomes de tratamento a ela dirigidos sempre são no gênero feminino. Todavia, é interessante observar que durante a diretora da escola, durante a entrevista, se referiu à Leona, ora no feminino utilizando o nome social, ora no masculino, utilizando seu nome civil. A mim, pareceu existir certa dificuldade da direção da escola em entender que Leona era uma mulher trans e não um professor homossexual, isto é, para a diretora, transexuais, travestis e homossexuais seriam sinônimos. Inclusive, em outros momentos de nossa conversa ela afirmou que na escola havia outros professores homossexuais. Desse modo, o fato da diretora se referir à Leona algumas vezes no masculino remete

à concepção que grande parte da sociedade tem de que homossexuais, travestis e transexuais são uma única categoria identitária e desconhecem as especificidades de cada um desses sujeitos.

Durante a observação participante, algumas questões emergiram. Leona, ao trabalhar, utiliza roupas e adereços femininos, além de ter as unhas pintadas e cabelos compridos. Assim, como pensar a permanência do nome masculino, em um corpo “montado” no feminino? Como pensar que em uma escola estadual, uma funcionária transexual não tenha seu nome social utilizado uma vez que para alunos/as transexuais esse direito é garantido pela Resolução SEE nº 3.423²⁹?

Quando questionada com relação a isso, a diretora da instituição escolar nos respondeu que Leona não era tratada pelo nome social, uma vez que ela se apresentou na escola com seu nome civil e assim, estão todos os seus documentos funcionais. Ponderou, ainda, nunca ter havido uma exigência ou imposição de Leona nesse sentido, também.

E a primeira coisa que eu perguntei *pra* ele foi como ele gostaria de ser chamado. Porque o pessoal ficou em dúvida se falava ele, se falava ela. Porque, assim, eles ficaram com medo de deixá-la em situação difícil, eles me perguntaram como iriam tratar o [nome civil]. Eu perguntei *pra* ele e ele [respondeu] que poderia tratá-lo da forma que eles gostariam de tratar e que ele não se importaria de ser tratado por ele. Em momento algum, ele, assim, forçou ser chamado por Leona. Tanto é que ele fala que é apaixonado pelo nome dele. E ele foi registrado na escola, ele tomou posse na escola com [nome civil]... (DIRETORA ESCOLA, entrevista concedida durante a observação participante) .

A postura de Leona ao não exigir o uso do nome social nos espaços onde trabalha, pode-se revelar, como uma forma de resiliência, ou uma estratégia, uma subalternização ou muitas gradações entre essas possibilidades, uma vez que mesmo que seu nome social seja utilizado nesses locais, em outras dimensões da sua vida terá que continuar

²⁹ A Resolução SEE nº 3.423, de 26 de maio de 2017, dispõe sobre o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero nas Escolas Estaduais de Minas Gerais.

se submetendo a situações constrangedoras e humilhantes, como por exemplo, na abertura de uma conta bancária, uma vez que seus documentos estão em completa dissonância com suas performances de gênero.

Além disso, numa troca de mensagens entre mim e Leona por meio de *whatsapp*, conversávamos sobre a questão do nome social. Foi quando eu perguntei a ela se ela nunca havia solicitado às instituições de ensino ser tratada pelo nome social e como resposta Leona disse que “algumas coisas eram muito óbvias e que ela não necessitava pedir isso, que era só as pessoas olharem para ela e já saberiam como ela gostaria de ser tratada”. O discurso de Leona contrapõe-se à afirmação feita pela diretora da escola de que ela indagara à Leona como ela gostaria de ser tratada:

Eu sempre percebo isso nas reuniões, de como vai conversar, de como que vai chamar, mas as pessoas não perguntam “como você gosta que te chamem?” Acho que seria o primeiro passo, mas eu sempre levo numa boa, não me importo, mas a gente sente essa relação, o cuidado que eles têm para falar comigo, o maior cuidado... (entrevista preliminar)

É interessante verificar, também, que tanto na Secretaria de Educação de Congonhas, quanto na escola estadual, eles usam como argumento para a não utilização do nome social de Leona, o fato de que ela nunca tenha exigido. Em nenhum dos dois locais notou-se uma sensibilidade de fazer o caminho inverso. Pelo contrário, atribuem à Leona a responsabilidade de não o fazerem, já que ela não exige.

É salutar também verificar os verbos empregados em ambas as instituições: “exigir” e “impor”. O nome uso do nome social não é, em nenhuma das instituições, reconhecido como um direito de Leona, mas enxergado como uma exigência ou imposição. Embora o discurso de ambas as instituições afirme não possuir nenhum preconceito contra

Leona, a recusa ou a falta de sensibilidade para utilizar o nome social se revela com um caráter de transfobia. Ao mesmo tempo em que essas instituições afirmam que Leona está incluída e que não há preconceito, suas ações revelam justamente o oposto.

Igualmente, Leona não possui nenhuma legislação que lhe dê amparo legal para que ela exija ou imponha ser tratada pelo nome social. Numa outra conversa, também via *whatsapp*, informei à Leona que estava atuando, em conjunto com uma vereadora do município de Congonhas, na proposição de um projeto de lei para que nas instituições públicas da cidade, inclusive nas escolas para alunos/as e funcionários/as, fosse adotado o uso do nome social.

A reação de Leona, diante da informação, foi extremamente efusiva. Em conversas com a vereadora em questão, ela me informou ter encontrado com Leona e como Leona estava imensamente feliz pelo fato de estarmos buscando criar uma lei que iria beneficiá-la de alguma forma e também abrindo portas para que outras pessoas fossem reconhecidas pelo seu nome social. Essas reações de Leona diante da possibilidade de aprovação do projeto de lei podem ser entendidas como se, finalmente, ela encontrasse o respaldo legal necessário para que possa ser tratada, pelo menos no âmbito onde exerce suas atividades laborais, pelo nome e pela identidade de gênero com os quais ela se reconhece, sem ter que depender da boa-vontade das outras pessoas o assim fazerem.

Conforme relatei na Apresentação da pesquisa e do campo, durante a reunião que tive com as servidoras da secretaria de Educação de Congonhas, a menção à proposição de tal projeto de lei foi recebida negativamente por elas. Para ambas as servidoras, não havia necessidade de que se criasse uma lei para que Leona fosse tratada pelo nome social, bastava que ela pedisse. Todavia, uma das servidoras foi categórica que só mudaria a forma de tratamento dispensada à Leona – até então pautada no nome civil e se referindo a ela no masculino – se assim, Leona lhe pedisse, e que nenhuma lei faria isso por ela.

É interessante aqui, analisar o posicionamento da profissional da secretaria. Sua fala corrobora a afirmação de que a legislação, por si só, não garante que as pessoas trans tenham seu nome social adotado pelos funcionários das instituições, pois não são incomuns os casos em que, mesmo existindo normativas e resoluções assegurando o uso do nome social, existe uma resistência de algumas pessoas em obedecê-las. É necessário mais que uma legislação, faz-se necessário, também, conscientizar as pessoas da importância do uso nome social para os sujeitos transexuais.

Embora afirme não se importar em ser tratada pelo nome de registro, Leona é enfática ao afirmar que não se sente pertencente ao gênero masculino e que tratá-la dessa forma não condiz com a forma como realmente sente.

Eu me sinto Leona e a pessoa falar [nome civil], eu não tenho problema, eu aceito numa boa, mas fica numa situação totalmente... vamos dizer assim... eu gosto do meu nome [de registro], não tenho problema com ele, mas não caracteriza com a pessoa. (entrevista preliminar)

Contudo, o que se constata na narrativa de Leona é que o desrespeito ao seu nome social é uma constante na sua profissão docente. Na maioria das vezes, ela é tratada pela secretaria de educação, pelos dirigentes das escolas, por pais de alunos, dentre outros, pelo seu nome civil. Outrossim, não há um posicionamento da Secretaria para tratá-la pelo seu nome social, quiçá, para orientar às escolas que assim o façam.

3.4 A relação com os alunos: a tia Albert!

Não se pode compreender o/a professor/a desprezando sua ligação com os/as alunos/as nem pensar a formação docente sem reconhecer

sua importância para o aprimoramento dessas relações. Assim, partindo do entendimento de que “a relação professor/a x aluno/a é também um aspecto essencial na constituição do sujeito professor/a, pois sua existência justifica-se nessa interação mediada pelo conhecimento” (DINIZ *et al*, 2011, p. 18), a ideia inicial desta pesquisa era verificar *in loco* como se dava a relação de Leona com seus alunos.

Entretanto a observação *in loco* só foi possível ser realizada em uma das escolas onde Leona trabalha, uma vez que a Secretaria de Educação de Congonhas, depois de mais de dois meses de negociação, indeferiu o pedido para realização da observação participante. Já na outra escola onde Leona trabalha, alguns pontos puderam ser observados na relação com ex-alunos/as de Leona, haja vista que ela em meados do ano assumiu o cargo comissionado de secretária escolar e desde então não leciona mais para a turma.

Desse modo, a análise do marcador “relação com os alunos” se deu tendo como base a observação participante, as entrevistas realizadas com Leona e com a diretora da escola em que Leona é secretária.

Nas entrevistas, Leona disse que os alunos, embora não utilizem seu nome social, se referem a ela no feminino, chamando-a de “tia Albert”, apesar de que a associação de um nome masculino com o prenome feminino cause certa confusão para o alunado.

[...] porque aí o meu nome... porque ele olha pra mim e diz, mas você é tia, mas o nome não é de tia, né [risos].
(entrevista preliminar)

Diante dessa afirmação de Leona, quando visitei à escola, um dos pontos que pretendia observar era como os alunos se dirigiam a ela. Enquanto observava o trabalho de Leona na secretaria da escola, foi possível verificar que os/as alunos/as que iam à secretaria sempre chamavam Leona de “Tia Albert”. Quando fomos até à sala onde Leona lecionava para conhecer os/as ex-alunos/as de Leona, todos ficaram extremamente efusivos/as, corriam para abraçá-la, vinham mostrar seus cadernos, suas

pastas de desenhos. Muitos questionavam se ela iria voltar a dar aula para eles.

Uma das alunas levantou-se e disse: “Volta Tia Albert! Vai ser muito melhor se você voltar! Troca com ela [se referindo à professora atual]. Manda ela pra secretaria e vem ficar na sala com a gente!”. Leona se esquivou de maneira sutil, para não constranger a professora atual dos/as alunos/as. Retribuiu os abraços afetuosos, perguntou a cada um deles/as questões relacionadas à comportamento, ao rendimento escolar. Alguns/as alunos/as não se continham e saíam correndo dos seus lugares para abraçá-la e para beijá-la.

Revelam-se comuns essas reações afetuosas dos alunos com as professoras *trans* (REIDEL, 2012). Segundo a autora, é comum que as professoras *trans*, além de terem uma proximidade maior com o alunado, sejam homenageadas ou sejam convidadas para serem paraninfas das turmas por ocasião de formatura, ou seja, existe um reconhecimento por parte dos discentes que possibilita uma maior aceitação da professora *trans* no espaço escolar.

Nesse sentido, as reações dos alunos de Leona demonstram que uma boa relação com a comunidade escolar possibilita uma maior aceitação e um distanciamento do regramento heteronormativo. Talvez o reconhecimento que ela obtém por parte de seu alunado seja um dos fatores que a fazem permanecer na função, apesar de sofrer preconceito e discriminação por parte de outros membros da comunidade escolar, bem como, de outros setores relacionados à área educacional.

Indubitavelmente, foi perceptível o carinho que Leona tem pelas crianças e como esse carinho é recíproco. Apesar da boa relação com os alunos, Leona afirma que profissionalmente e pessoalmente a ida para a secretaria da escola, neste momento foi a melhor opção. Entretanto, não nega sentir falta da sala de aula, do vínculo que criou com os alunos, ao mesmo tempo em que afirma querer voltar logo para sala de aula, local onde ela se sente realizada e que ama lecionar.

A narrativa de Leona, nesse ponto, apresenta uma nova relação com as crianças. Inicialmente, ela afirmara ter uma aversão à crianças, já

aqui, revela-se que essa aversão deu lugar ao estabelecimento de vínculos afetivos com seus alunos.

Durante a entrevista narrativa, Leona destacou que para ela foi difícil tomar a decisão de ir para a secretaria da escola e ter que deixar a turma para qual lecionava, justamente por conta do vínculo que passava a estabelecer com seus alunos.

Porque até hoje, eles quando me veem, eles ficam assim, é tia, tia, tia *pra* lá [risos]. Porque, às vezes, eu estou lá dentro [da secretaria], olho eles assim, e é aquele sentimento de posse, porque eu tenho esse sentimento de posse. Só durante um ano! [risos]. Com o passar dos anos eu fui aprendendo a.. “deslargar”. Vamos assim dizer... a deixar as coisas, mas, **eu sofria demais**, no início [quando trocava de turma]. Morria de ciúmes porque a tia deles já não era eu. [risos]. **Aí, eu sofria, muito!** Mas naquele ano é meu! É meu, é meu, é meu! Porque ela fala que eu abraço mesmo a turma e...essa turma foi muito boa e eu deixei tudo visando o meu lado profissional, porque seria melhor, mas assim...(entrevista narrativa)

A transferência de Leona para a secretaria da escola, foi sentida de modo bem especial por um aluno específico. Esse aluno é hiperativo e foi justamente esse fato que fez com que a diretora da escola escolhesse Leona para lecionar para essa turma. Segundo a diretora, Leona seria a única professora capaz de lidar com a turma.

Mas, eu vou e, como diz minha diretora [se referindo à Leona]: “pode entregar o que você quiser pra ela, que ela vai dar conta”. Qualquer coisa de sala de aula, qualquer turma... porque no final do ano teve a escolha de turma e eles lá, tem o costume, pois são poucos professores efetivos, eles têm o costume que a direção escolha a turma. E Congonhas não tem isso. Em Congonhas, nós [professores] é quem escolhemos. Como eu sou um dos primeiros a escolher, por causa do tempo [de serviço], geralmente eu escolho a turma que eu quero e pronto. E lá, não aconteceu isso. E ela [diretora] ficou pensando qual turma que ia me dar. Eu já logo imaginei que seria a pior [risos]. **Aí, ela**

falou assim: “Você... deixa eu pensar..” Escolheu a turma para outra [professora].. ela deu pra outra a turma que era a minha [no ano anterior] e falou assim “eu não gosto que um professor pegue a mesma turma durante mais tempo... que repita [a turma do ano anterior]”, ela falou assim: “eu vou te dar um presente, vou te dar a turma da J³⁰, outra professora efetiva, vou te dar a turma dela”. E, eu fiquei assim, porque eu estava doida *pra* ficar com a minha turma. [risos] “E *pra* você, eu vou te dar, porque eu tenho certeza de que você vai [dar conta] porque vai vir um aluno excepcional e eu sei que só você vai dar conta dele”.

E aí, eu falei [pensou] “Nossa! Como que eu vou fazer?”. Aí, eu falei assim: “Mas que deficiência?. Ela [disse]: “Não sei” Mas, vai vir e eu sei que só você vai conseguir trabalhar com essa turma”. E, foi dito e feito!

Na verdade, ele é hiperativo! Não é uma deficiência! Cognitiva, nenhuma! É hiperativo, tem mais algumas outras coisas, mas é mais relacionados à comportamento do que deficiência em si. Mas, ela [diretora] recebeu porque eles [superintendência regional de ensino] falaram com ela da chegada desse aluno. Mas, aí eu descobri o que acontece e tudo.

Quando eu vi ele, falei assim: “O quê que esse menino tem?!” [risos]. **Porque já chega rotulado, né? Pra gente, né?** E a gente já fica meio assim. Mas, foi tranquilo. Mas, ele deu bastante trabalho! Mas, agora também a [nova] professora já conseguiu driblar a situação. (entrevista narrativa)

Apesar da hiperatividade do aluno, Leona destacou que esse aluno, em particular “a adorava”, uma vez que ele tinha um tio homossexual com quem tinha uma relação muito de muita proximidade.

Porque, na verdade, ele tem como referência um tio, que, na verdade, é homossexual, mas, então assim, casou-se muito bem. que aí. ele [aluno] me adorava! Vamos dizer, até hoje, quando ele me vê, ele fica doido! (entrevista narrativa)

30 Por razões éticas, optei pela omissão do nome da docente.

Essa fala de Leona dialoga com a afirmação de Diniz *et al*, (2011) que os alunos, assim como os docentes, são marcados por sua vivência em diferentes realidades. Para essas autoras, além da diferenciação relativa à faixa etária ou à idade de formação, os discentes levam para os espaços escolares referências afetivas e culturais internalizadas pela convivência cotidiana com os parentes em diferentes tipos de família; com seu grupo de amigos em momentos de lazer; com chefes e colegas em ambientes de trabalho; com os membros da sua comunidade religiosa, com a vizinhança em bairros centrais ou periféricos, em condomínios ou aglomerados. Assim, pode-se inferir que a vivência com o tio homossexual levou o aluno a criar um laço afetivo maior com Leona.

Durante a visita à sala de aula, tive a oportunidade de conhecer esse aluno. De fato, de todos da turma, ele foi quem ficou mais eufórico com a presença de Leona e quem mais demonstrou reações de carinho. Abraçou Leona por diversas vezes, a chamou de tia, a beijou no rosto. Correu para buscar seu caderno para que Leona visse que ele estava fazendo suas atividades corretamente. Já com a professora atual, o aluno não demonstrou o mesmo nível de intimidade e afetividade.

Nesse sentido, uma questão interessante que pode ser debatida é que, talvez, as crianças que estudaram com Leona possam ter outros modos de compreensão da transexualidade, percebendo que as pessoas trans podem ocupar outros espaços na sociedade. A convivência com Leona pode romper com o ciclo de preconceito e discriminação regido pelas regras heteronormativas, pois esses alunos passam a desnaturalizar o binarismo de gênero, ao mesmo tempo em que acabam por naturalizar a figura de uma professora transexual. Um exemplo disso é quando Leona relata que sua relação com outros/as ex-alunos/as é boa e que alguns acabaram se tornando seus/as amigos/as e que de certa forma, ela se tornou uma referência para eles/as.

[...] mas por fim, viraram amigos. Hoje, em dia, eles passam na rua, já são adolescentes, já estão maiores, eles passam, mexem comigo, conversam comigo, ne F. [marido]

? Tem uns rapazes que o F. pergunta assim “quem que é esse daí?” [muitos risos]... Aí, eu falo assim “é meu aluno” [muitos risos]... porque hoje eles estão muito mais desenvolvidos [fisicamente]. E **não esquecem, mesmo!** Então, aí você vê a referência mesmo... de como ela fica. (entrevista narrativa)

Em síntese, percebe-se que a relação de Leona com seus alunos transcorre de maneira tranquila e não são relatados episódios de preconceito e discriminação. Segundo a diretora da escola, a aceitação de Leona por parte dos alunos ocorreu de forma tranquila e que todos os/as estudantes a respeitam muito.

(...) E dessa forma, ele foi muito bem aceito pelos alunos... (grifo meu)

Em momento algum, aluno nenhum, denegriu a imagem, fez qualquer coisa, sempre respeitando muito...

Infelizmente, dada à recusa da Secretaria de Educação de Congonhas, não foi possível verificar *in loco* como é a relação de Leona com alunos bem mais novos, já que na creche ela cuida de alunos de 0 a 3 anos de idade. Todavia, Leona, em sua narrativa disse que pelo fato destas crianças serem muito novas, elas somente enxergam a figura feminina, além de tia, eles a chamam, algumas vezes de mãe.

Agora, em Congonhas, como os meus meninos da creche são **muito pequenos**, eles não tem noção nenhuma, Na verdade, lá são mais os pais, do que os meninos [que tem certo estranhamento]. Pros meninos é tia! Tia, tia! Não tem essa noção não! Enxergam a figura feminina. Porque é [essa figura] que está ali na frente deles: tia, **mãe** – às vezes, chamam de mãe – aí tem que falar não e mãe, é tia. [risos]. (entrevista preliminar).

Apesar da impossibilidade de se confirmar como se dá a relação entre os alunos da creche e Leona, pode-se inferir que apesar de ainda não conseguirem compreender a identidade de gênero de Leona, em razão da pouca idade, essas crianças são capazes de associar a construtividade

corporal de Leona e sua indumentária ao gênero feminino performatizado por Leona, ou seja, elas “enxergam” Leona como mulher.

3.5 A relação com os pais

Quando iniciei a escrita do projeto de dissertação para ingresso no mestrado, um dos objetivos específicos era verificar como se dava a relação entre Leona e os pais e mães de alunos/as para os quais ela lecionava. Imaginava, a princípio, entrevistar alguns pais para saber quais seriam suas impressões e opiniões pelo fato de ter uma professora transexual lecionando para seus filhos.

A ideia de analisar como é essa relação surgiu a partir de um dado revelado na Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil - Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais realizada pelo Instituto Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburgo. De acordo com a pesquisa, 17% dos entrevistados manifestaram que trocariam o/a filho/a pequeno de escola se soubessem que o/a professor/a não é heterossexual, enquanto 23% não gostariam que um professor homossexual lecionasse para seus filhos, mas procurariam aceitar³¹.

Todavia, o tempo para integralização do mestrado demonstrou-se ser deveras exíguo e alguns direcionamentos e recortes deveriam ser dados à pesquisa. Assim, a ideia inicial de entrevistar os pais e mães de estudantes foi descartada. Contudo, a relação de Leona com os pais e mães de seus/as alunos/as manteve-se como um importante marcador a ser analisado no âmbito de sua narrativa. Essa relação foi analisada tomando como base os depoimentos de Leona, conversas com a diretora da escola estadual onde Leona lecionava e com as profissionais da secretaria da Educação de Congonhas³², com as quais nos reunimos.

Leona convive com a discriminação de pais e mães de alunos/as com relação à sua sexualidade, antes mesmo de tornar-se professora e ter pas-

³¹ VENTURI, Gustavo; BONAKY, Vilma (org.). *Diversidade Sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

³² Diretoria e Coordenação de Educação Infantil

sado pelo processo de transformação em mulher *trans*, conforme relata em seu memorial autobiográfico.

Enfrentei pequenos percalços por causa da minha opção sexual nas escolas que trabalhei, comentários dos alunos, pais e até funcionários, mas nada que me deixasse abater, pelo contrário, me davam forças para lutar pela busca de uma educação sem preconceitos, sem exclusão, com isso e todos os sofrimentos que passo e já passei por essa opção em tempos como estudante, em casa, no trabalho, sempre quis desenvolver uma ação para acabar com esse preconceito histórico. (memorial autobiográfico) (grifo meu)

Considerando o seu ingresso na docência e já se reconhecendo como mulher *trans*, em Congonhas, Leona afirma que as situações de preconceito ou discriminação advindas de alguns pais se deram de forma velada, embora não forneça mais detalhes dessas situações. Todavia, Leona destaca que a Secretaria da Educação da cidade soube conduzir as situações de forma bem tranquila.

Nesse ponto, parece-me que a Secretaria de Educação de Congonhas possui posturas ambíguas com relação à Leona: ao mesmo tempo em que se recusa a usar seu nome social e a mantém invisibilizada, ela age de forma a minimizar as situações de transfobia por parte dos pais dos alunos. Isso pode indicar que tais posturas dependem muito das pessoas que exercem as funções nestes espaços. Assim, torna-se fundamental que sejam elaboradas normativas que reconheçam o uso do nome social e o direito ao trabalho às pessoas *trans*, pois somente assim, é que elas deixariam de depender da boa-vontade e/ou das contingências favoráveis para serem aceitas.

Na escola estadual, a diretora da escola relata que ela de certa forma preparou os pais acerca da vinda de Leona para a instituição. A diretora foi enfática ao afirmar que os pais, devido ao fato da escola estar localizada em uma pequena localidade, inicialmente, tinham curiosidade em saber quem era Leona e iam à escola para conhecê-la.

Quando eu fiquei sabendo [da vinda da Leona], eu preparei até os pais. Por quê? Por ser um lugar pequeno e as pessoas terem curiosidade, mais por curiosidade mesmo! Tanto é que quando, o ano passado [no momento de definir qual professor assumiria qual turma], não este ano, na hora que o Albert, a turma do Albert, teve pai que ficou até o final para observar o Albert. (DIRETORA DA ESCOLA, entrevista concedida durante a observação participante)

O uso do termo “curiosidade” pela diretora, fez-me questionar o que isso significaria. Em sua pesquisa, Marina Reidel (2013) já sinalizara que as professoras trans, no ambiente escolar, instauravam curiosidade entre alunos e demais professores diante desse corpo diferente que transita e colocava em xeque o binarismo de gênero regido pelas heteronormas.

Leona aponta que os pais e os alunos possuem um “estranhamento” inicial quando descobrem que a professora de seu filho é mulher *trans*.

Aí eu passei no concurso de Congonhas e aí em Congonhas já não teve tanto problema. Porque eu já vinha de um... uma carreira profissional e na verdade, antes de eu me efetivar, eu já tinha trabalhado na prefeitura e as pessoas já me conheciam, só acompanharam a transformação. Nunca tocaram no assunto, nunca teve tanta coisa assim, mas não houve tanto preconceito quanto em Lafaiete. Pode haver sim, eu sentia, às vezes, um preconceito mas ele não foi tão... foi uma coisa mais mascarada mesmo. Sinto até hoje... mas cada escola que eu ia, era aquele processo todo de novo, de conquistar o espaço. Todos os anos que eu fui passando e mudando de escola, eu fui sofrendo isso: chegava, tinha aquele estranhamento da comunidade, estranhamento das famílias, o estranhamento dos meninos, mas, eu acho que foi até muito tranquilo. (entrevista preliminar)

Agora, em Congonhas, como os meus meninos da creche são **muito pequenos**, eles não tem noção nenhuma, Na verdade, lá são mais os pais, do que os meninos [que tem certo estranhamento] (entrevista narrativa)

É interessante observarmos no discurso de Leona, que por diversas vezes ela utiliza a palavra “estranhamento” para se referir à dificuldade

das pessoas, de modo geral, em entender sua identidade de gênero e respeitá-la. É como se a estranheza provocada pela sua construtividade corporal provocasse e desvelasse os limites dos binarismos operantes em diversas dimensões e com diferentes alcances (hétero/homossexual, cultura/natureza, feminino/masculino, conhecimento/ignorância). (SZWAK, 2007). Por outro lado, esse estranhamento inexistiu quando Leona trabalhou em uma escola próxima onde morava, onde a comunidade escolar já lhe conhecia e já a reconhecia como uma mulher transexual.

Primeiro eu trabalhei no Campo das Flores [bairro], que é uma comunidade bem pequena e... a princípio, eu achei que ia ser muito mais difícil, né? E antes, eu *tava* no Boa Vista [bairro], era perto da minha casa, e aí as coisas foram mais fáceis. E antes eu estava no Cardoso [escola], lá na Praça Bandeirantes [localidade limítrofe entre os bairros Basílica e Alto do Cruzeiro], uma escola grande com um nível cultural um pouco mais baixo, não social, mas cultural, houve sim um estranhamento, um pouco, mas também nada grave... talvez tenha coisa que eu nem saiba né? Que a secretaria possa ter velado, a gente não sabe... (entrevista preliminar)

Esse “estranhamento” e essa “curiosidade” podem ser entendidas como uma incompreensão, como a impossibilidade de uma sociedade heteronormativa reconhecer alteridade com as pessoas *trans*. Esse estranhamento é, por vezes, verbalizado, apontando para um medo de como a comunidade escolar receberia uma professora *trans*.

Já ouvi coisas que, assim, a gente deixa um pouco meio que *pra* lá, como assim: “eu *tava* com tanto medo da sua chegada, como seria a recepção da comunidade”, e eu meio que assim, né? (entrevista preliminar)

A noção de alteridade pode ser compreendida no contexto da narrativa de Leona, com a noção de alteridade proposta por Judith Butler, em seu artigo “Vida precária” (2011). Nesse artigo, Butler evoca a con-

cepção de “rosto” de Emmanuel Levinas, segundo a qual, o rosto é visto como a potência de contato com a alteridade, em uma dimensão ética que requer a escuta da voz e da fala do outro. Levinas afirma que o rosto não é visto, no entanto ele fala. Assim, ele pode nos colocar diante do outro que nos interpela, que sofre, que deseja e nos convida a nos afastarmos de nós mesmos e a percorrer os espaços vazios que, ao mesmo tempo, nos aproximam e nos distanciam da alteridade. Para Levinas, é necessário responder ao rosto, de entender sua precariedade, de colocar-se no lugar do outro para entender o significado de sua precariedade e de sua vulnerabilidade. É preciso entender o discurso que o rosto do outro traz, para se compreender a demanda ética do outro.

Somente ouvindo o rosto de Leona é que se pode encontrar uma convocação ao reconhecimento da humanidade daquele rosto que nos olha, uma vez que o ato de ouvir o rosto é um movimento capaz de provocar tanto a rejeição absoluta em relação ao outro como a compaixão pela sua vida. Contudo, Leona, por subverter e performatizar um gênero distinto daquele com o qual nasceu, é vista pela comunidade escolar, muitas vezes, por uma ótica estereotipada, desumanizada. Inexiste uma capacidade dessa comunidade em encarar seu rosto e perceber nele sua vulnerabilidade, sua precariedade e de desmistificar os estigmas e preconceitos.

Para Leona, há sempre um estranhamento inicial em qualquer lugar onde ela comece a trabalhar e é um processo difícil. Entretanto, com o passar do tempo as pessoas acostumam. Acostumar, todavia, em sua concepção, não significa que as pessoas não tenham preconceito, pois este pode estar velado (ou não aparecer, embora ele exista), não ser percebido por ela ou não chegue a seu conhecimento.

Além disso, Leona, destaca que essa aceitação pode nem ser real, pois devido ao fato dela ser efetiva a comunidade acaba acostumando com o fato de que ela continuará na escola. Enfatiza, também, que não se sabe qual seria a reação que os pais teriam se tivessem “o poder” de tirar uma professora *trans* da escola.

Eu não sei como que as pessoas me veem, na verdade...
porque a gente não consegue observar... na verdade, essa

pesquisa pode ser bom pra isso, nós vamos descobrir como que é essa aceitação porque, de repente, ela nem existe... e eu, assim... fica tudo velado diante desse histórico que nós temos de conquistas e tudo, de repente, seja isso também. Porque se um pai e uma mãe tivesse o poder de tirar [o travesti/transexual da escola], talvez eles tiravam, ou talvez não. A gente não sabe. Até então, eu não tive... Aliás, já tive sim, uns probleminhas, nada grave não, nada que assim... umas palavras assim, processo...umas coisas assim... Nunca mais voltassem. [risos] Já houve sim, mas a comunidade também, ela acostuma com você. Você fica algum tempo ali, e a pessoa já sabe que você vai dar aula, vamos supor *pro* filho dela, porque como você fica efetivo no lugar, você acostuma com isso também. Quando tem a mudança [de escola], eu acho bastante difícil. (entrevista preliminar) (grifo meu)

Nesse cenário, percebe-se que o relato de Leona aproxima-se do que se evidenciou no escopo da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, que apresento no segundo parágrafo desta seção. O discurso de Leona pode indicar que existe uma aceitação compulsória de sua presença na escola, pois como se trata de uma rede pública de ensino, os pais não teriam possibilidades de trocar o filho de instituição ou por outro lado, como Leona é concursada e efetiva nos locais onde trabalha os pais não teriam como solicitar ou reivindicar a sua saída da escola. Caso Leona lecionasse numa escola particular, presumo que a pressão exercida por um grupo de pais, ainda que não representasse a opinião da maioria, poderia implicar num afastamento dela da escola. Desse modo, percebe-se que as dinâmicas entre os sujeitos no contexto de Leona acabam por produzir uma vida precária, uma vez que pode não haver, de fato, uma aceitação de sua identidade de gênero por parte dos pais, mas uma resignação diante de uma conjuntura que não pode ser modificada.

Outro ponto interessante a ser observado é que, como os locais onde Leona trabalha não adotam seu nome social e se reparam a ela no masculino, isso acaba por gerar alguns desconfortos e incômodos, tanto para Leona quanto para os pais, quando um pai a procura para conversar sobre seu filho.

E as pessoas, às vezes, ficam incomodadas... Já aconteceu de pais virem falar comigo... Ah, eu quero conversar com o professor do meu filho, aí o diretor fala assim é o Albert, ele tá chegando. Aí, o pai espera o Albert, aí quando eu chego, há uma decepção muito, vamos dizer assim, mas não é tanto tão culpa dele, né? E fica assim, né? Mas não fala...(entrevista preliminar)

Se por um lado existe preconceito por parte de alguns pais e mães, ainda que de forma velada, existem situações de eles/as que defendem Leona. Durante a reunião realizada com a Secretaria de Educação de Congonhas para solicitar a autorização de observação participante na creche onde Leona trabalha, a Coordenadora de Educação Infantil me relatou que em determinada ocasião, foi procurada pela mãe de uma das crianças que Leona cuida na creche. Segundo a coordenadora, a mãe já havia informado que a pauta da reunião seria conversar sobre Leona. Sem mais informações sobre o que seria discutido na reunião, a secretaria antevira tratar-se de uma reclamação contra Leona e pensava como reagir diante da situação. Entretanto, a situação demonstrou-se ser contrária ao que se imaginara: a mãe elogiou o trabalho de Leona, afirmando que ela era uma professora exemplar e que caso chegasse alguma reclamação contra ela era para que a secretaria não desse crédito, pois as denúncias seriam improcedentes.

O apoio dos pais se revela também quando Leona relata que apesar do preconceito que vivenciou quando tomou posse no primeiro concurso no qual foi aprovada na Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, os responsáveis por seus/as alunos/as gostavam dela.

E eu tive muita sorte porque eles não conseguiram fazer nada contra a mim, pois eu tinha... Os pais, assim, me adoravam! (entrevista preliminar)

O apoio dos pais evidencia-se também no relato da Diretora da escola. Segundo ela, quando Leona foi transferida para a secretaria da escola, alguns pais ficaram chateados já que Leona não seria mais a professora de seus filhos.

Percebe-se, então, que a relação de Leona com os pais não é única e possui diversas nuances, passando por pais e mães que possuem preconceito contra sua identidade de gênero, e indo até outros que, ao contrário, a aceitam, gostam do seu trabalho, chegando até mesmo à defendê-la.

3.6 As redes de apoio sociais

De acordo com Soares et al. (2010) as pessoas *trans* nem sempre contam com amplo apoio daqueles que lhes rodeiam ou do conjunto de pessoas que lhes são importantes, sendo comum relatarem histórias de preconceito, discriminação e distanciamentos de partes da rede social ou mesmo de quase a totalidade do grupo social. A rede social pode ser compreendida como a “teia de relacionamentos sociais que cada um mantém, incluindo relacionamentos mais próximos (tais como familiares e amigos íntimos) e relacionamentos mais formais (outros indivíduos e grupos)”. (GRIEP, 2003, p.12).

Silva e Cerqueira-Santos (2014) entendem a rede de apoio social como um importante fator de proteção durante toda a vida humana, podendo ser composta pela família, colegas de trabalho/escola/universidade, pares e comunidade, e que proporciona o apoio necessário para gerenciar situações consideradas adversas, proporcionando ambientes adequados ao desenvolvimento.

Para Soares *et al* (2010), essa rede social pode fornecer diferentes tipos de apoio e os seus efeitos benéficos dependem da necessidade e da expectativa dos indivíduos. De acordo com os estudos desses autores, dentre as funções de apoio social, destacam-se:

- a) Apoio emocional ou compreensão e apoio
- b) Companhia social ou estar junto
- c) Conversar e passear
- d) Guia cognitivo e de conselhos ou expectativas

- e) Modelos e papéis
- f) Ajuda material e de serviços ou colaboração
- g) Ajuda financeira
- h) Atendimento e atuação de agentes de saúde.

Nesse sentido, considerando o importante papel que rede de apoio social pode exercer no processo de constituição da identidade transexual, o objetivo desta seção é identificar a o contexto no qual se construiu a rede apoio social durante todo o processo de transformação de Leona.

No âmbito familiar, a figura mais proeminente na rede social de apoio de Leona foi sua mãe, pois foi ela quem lhe forneceu muitas vezes apoio emocional e demonstrou compreender a identidade de gênero de Leona. Na narrativa de Leona, foi possível identificar que sua mãe a auxiliava a esconder de seu pai que Leona vestia-se com roupas femininas.

Aí eu saía de casa escondida por causa do meu pai. Aí minha mãe me ajudava. Então era cúmplice [sorriso] na situação. (...) Aí eu saía... Tem até um fato engraçado... eu saía, colocava um roupão, saía, descia as escadas da minha casa, colocava o roupão atrás da porta, [risos], minha mãe vinha, recolhia [risadas] pra mim chegar, porque ela sabia que eu chegava de madrugada, né, porque geralmente eu saía em festas que eu ia, iam pela noite toda e eu voltava, e voltava escondida. (entrevista narrativa)

A mãe de Leona, foi também quem a incentivou durante seu processo de transformação de Leona, a buscar a ajuda de uma terapeuta e nas situações de preconceito que Leona vivenciou ao assumir o cargo de professora em Conselheiro Lafaiete, aconselhou-a a não desistir diante das práticas discriminatórias.

Aí ela, chegou e falou “calma, aí, você vai levantar e nós vamos levar essa vida aí. que voltar pra casa você não vai poder voltar não” – mas, na verdade eu tinha esperança de voltar – mas, ela falou assim “voltar, você não vai voltar não, mas você vai seguir o seu caminho sozinha, mas eu vou estar aqui pra te ajudar”. Aí, ela me acompanhou, e aí

já foi mais tranquilo. Aí, com a presença dela, já foi mais tranquilo. (entrevista narrativa)

Teve reuniões bem pesadíssimas e aí, eu sempre querendo desistir e minha mãe falou: “Não! Você não vai desistir não! É seu e você não vai desistir não!” (entrevista narrativa)

O apoio social da mãe de Leona se deu também quando ela passou, após Leona ter ido morar sozinha, a realizar serviços domésticos para Leona.

Porque ela ia à minha casa, **toda semana**, fazer faxina, ela **não deixava** eu lavar roupa.. Ou seja, ela me libertou, mas ao mesmo tempo ela não me libertou porque ela fazia tudo! Fazia-me ficar dependente dela! Ela ia à minha casa! Ela fazia comida... Ela deixava comida pronta para mim. Ela trabalhava, sempre trabalhou! Levava minha roupa para casa dela e depois devolvia. (entrevista narrativa)

Percebe-se que a mãe de Leona ocupa um papel de grande importância nas dinâmicas afetivas da vida de Leona, principalmente por apoiar seu processo de transição em mulher trans. Sem dúvida, uma mãe com uma ação contrária poderia prejudicar muito o processo de socialização e trabalho de uma trans.

O círculo de amigos de Leona também possuiu grande importância em sua rede social, pois forneceram apoio emocional e social e, em especial uma de suas amigas que é transexual, além do apoio emocional e social, a orientava (guia de conselhos) e era um modelo para Leona.

Entre amigos, acho que não teve muitas [situações de preconceito] não. Na verdade, os amigos é que me acompanharam aí nessa transformação. (entrevista narrativa)

Então eu comecei, é... [pausa breve]. Eu tinha uma vizinha em frente à minha casa e ela já era uma transexual... Travesti transexual [apresentação dos termos travesti/transexual como sinônimos]. E, eu a observava e até então, não

tinha tanta vontade, mas assim, sempre observando né?
(entrevista narrativa)

Então eu ficava sozinha. Aí eu fui pra casa de uma amiga, ela me recebeu super bem, **mas**, eu sabia que seria só durante um tempo... Que eu tinha que procurar o meu rumo, vamos dizer assim. (...), **fiquei sozinha** na casa da minha amiga e eu devo muito isso a ela. E, essa amiga, e até então não era amiga, que era a transexual que morava em frente a minha casa, mas que nessa fase da minha vida já era amiga e me orientava, disse “olha, Leona, agora é a hora de você fazer a sua transformação”. (entrevista narrativa)

A existência de uma vizinha transexual de Leona pode indicar que a presença de uma transexual pode orientar pessoas que não conseguem na família o aporte necessário para o processo de transformação. De forma idêntica, existe uma possibilidade de Leona, para outras pessoas, tornar-se também uma referência para as possibilidades das sexualidades.

Durante o processo de transformação de Leona, sua terapeuta³³, também figurou em sua narrativa como um membro de sua rede de apoio.

Aí eu fui fazer terapia, tem isso também, que a terapia me ajudou muito nessa transformação. Quando a minha mãe viu, quando ela voltou e viu que eu estava totalmente estabilizada, vamos dizer assim, ela foi e falou assim, você vai procurar ajuda psicológica, aí eu procurei uma terapeuta que foi excelente nessa transição, e ela me deu toda a orientação... Me fez voltar na minha casa... me fez superar todas aquelas dificuldades. (entrevista preliminar)

Aí chegou até na A³⁴, que era a minha terapeuta e que aí deu uma guinada. Gastou lenço, tá? Muito lencinho, coitada! Aquela lá, sofreu [risadas]. O divã dela deve ter... Porque foi complicado... Mas, ela me ajudou muito! Foi, assim, vamos dizer que viramos amigas, de certa forma. Eu pagava a consulta e tudo, mas era muita cumplicidade ali... (entrevista narrativa)

³³ Na narrativa de Leona, aparecem as figuras de duas terapeutas: uma quando era criança e outra durante seu processo de transformação. Aqui, nos referimos à profissional que acompanhou todo o seu processo de transição.

³⁴ O nome da terapeuta foi omitido, por questões éticas.

Após a transformação de Leona, ela iniciou um relacionamento com o atual marido, cuja relevância na sua rede social emerge em sua narrativa, tanto lhe fornecendo apoio emocional, quanto lhe orientando, ou até mesmo fornecendo-lhe ajuda de serviços ou colaboração.

Com a chegada do [marido], as coisas ficaram mais fáceis também (entrevista preliminar)

Aí, o [marido] apareceu, acabou! [muitos risos]. Ela se libertou! Porque o quê que acontece: ela transferiu a responsabilidade, *pra* outra pessoa vamos dizer assim. Hoje em dia eu sei muita coisa. O [marido] me ensinou a fazer comida, uma coisa que ela nunca fez, vamos dizer assim. Ela não quis fazer isso e ele fez. Eu não sabia fazer nada! Meu fogão era maravilhosamente limpo [risos]. O botijão era só de enfeite! Aí, o [marido] chegou e acabou tudo! E ele falou assim, *pera* aí, você vai aprender a fazer comida agora... E eu fui [aprender] a lavar roupa... Aprendi, mas eu ainda, estou assim no processo! A máquina de lavar *tá* lá! [risos]. Você *tá* achando que eu lavo alguma coisa? [risos]. No início, eu colocava até a casinha do cachorro [risos]. Aí quebrou. [a máquina] a casinha do cachorro que eu *tô* falando é aquele travesseirão. Quebrou aquele *trem* do meio [risos]. Aí, eu comecei assim, tem que separar né? *Tá* abusando. Colocava meia, tapete, tudo junto lá... [risos]. Na hora de bater, ela saía andando [risos]. Tinha que segurar porque tinha que fazer tanto barulho! [risos]. Aí, hoje , em dia já tá melhor [risos]. Meu marido me fez fazer comida! Mas já sei fazer, lavar roupa, arrumar casa! (entrevista narrativa)

A rede de apoio social de Leona não é muito extensa, no entanto é formada por um grupo de pessoas que efetivamente contribuíram no seu processo de identificação. No âmbito familiar, seu apoio centrou-se exclusivamente na figura de sua mãe, uma vez que seu pai não aceitou a sua identidade de gênero e foi responsável por muitas das situações discriminatórias que Leona vivenciou. A depressão advinda da expulsão de casa pelo pai e a mágoa decorrente do evento foram situações que a desestabilizaram emocionalmente, mas que com o apoio de sua terapeu-

ta puderam de certa forma, serem solucionadas. O apoio em especial de uma amiga transexual exerceu papel preponderante na elaboração da identidade transexual de Leona, pois foi ela a principal incentivadora para que Leona iniciasse seu processo de transformação corporal. Além disso, após a expulsão de casa, foi essa amiga quem cedeu sua casa para que Leona, provisoriamente, se instalasse.

De acordo com Silva e Cerqueira-Santos (2014), dentre a ampla gama de grupos e indivíduos que possam proporcionar apoio e suporte social, uma das principais fontes é proveniente do meio familiar, uma vez que é nela que se formam os primeiros vínculos nos quais o indivíduo aprende a relacionar-se com o mundo e desenvolver laços de afeto. Além da família, segundo esses autores, outro elemento de considerável relevância constituinte da rede de apoio social trans seriam os relacionamentos amorosos. No entanto, no que diz respeito a estes, estudos apontam existir uma grande preocupação com o medo da descoberta da condição de pessoa trans e uma maior dificuldade, principalmente por parte daqueles que não passaram pela cirurgia de redesignação genital, como é o caso de Leona.

Nesse sentido, o marido de Leona no âmbito de sua rede de apoio social, exerceu um papel de apoio emocional importante, uma vez que assumiu publicamente sua relação afetiva com Leona, apesar dos preconceitos que também vivenciou e vivencia por relacionar-se com uma mulher trans.

CAPÍTULO 4

TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Embora as discussões sobre sexualidades, diversidade sexual e gênero venham sendo pautadas ao longo da história não só nos meios acadêmicos, mas também em espaços de reivindicações dos movimentos sociais brasileiros, nas escolas brasileiras, o tema passou por diversos estágios de abordagem, o que permite dizer que, somente com a estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), em 1997 – no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – é que a Orientação Sexual passa a ser assumida pelo Governo Federal como um Tema Transversal, devendo ser integrado à proposta pedagógica das escolas e prevendo sua articulação com diversas disciplinas curriculares. (ROCHA, 2012).

Nessa esteira, Vianna (2012) afirma que a retomada efetiva dessa questão na área educacional deu-se diante da pressão de movimentos de mulheres e com as sucessivas respostas do governo de FHC aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade, num contexto de forte influência das agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Cepal e a Unesco.

Lançados oficialmente em 1997, os PCN foram distribuídos por todo o território nacional, no início de 1998, pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC e receberam, por parte dos educadores (as) em geral, alguns elogios e inúmeras críticas. Os pontos positivos apontados foram o seu ineditismo e a exigência da inclusão da sexualidade como tema transversal nas demais áreas de conhecimento que compunham o currículo. (VIANNA, 2012).

Por outro lado, a inclusão da discussão de gênero e sexualidade como tema transversal é considerada tímida e superficial por Alexandre Martins Joca (2008), por subordinarem as temáticas de gênero e sexuali-

dade ao trinômio corpo/saúde/doença, na orientação sexual e não entre as pessoas que frequentam as instituições escolares.

Para Cláudia Viana (2012), a temática da diversidade sexual possui pouca relevância no contexto de elaboração dos PCN. Ela aparece apenas na introdução ao documento, na introdução aos temas transversais, e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCN do primeiro ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série em diante. Já nos PCN dedicados ao segundo ciclo, sua menção se dá em um contexto que chama a atenção para as dificuldades de se tratar de tema tão complexo e controverso.

Os Parâmetros são o primeiro documento do MEC que associa a sexualidade à ideia de prazer. No entanto, eles, não fazem menção explícita às homossexualidades e mantêm silêncio sobre as identidades de gênero das pessoas transexuais. A noção de “orientação sexual” neles empregada, a tematização de doenças sexualmente transmissíveis, Aids e gravidez adolescente e o discurso em torno da responsabilização dos sujeitos não ensejaram o alargamento e o aprofundamento do debate em termos mais críticos, plurais e inovadores. (JUNQUEIRA, 2009).

Por outro lado, baseando-se nos trabalhos de Daniliauskas (2011), podemos identificar que no Governo de Fernando Henrique foi elaborado o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, que citou pela primeira vez, em um documento federal, os homossexuais como sujeitos de direitos, ainda de forma restrita. No documento, no entanto, os sujeitos *trans* não são sequer mencionados.

Ainda que eu possa constatar que a negação de direitos a homossexuais nas dinâmicas sociais seja imensa, considero que este é um passo importante, pois esses ganhos, mesmo que sejam incipientes e apresentem lacunas, fornecem certo reconhecimento e produzem inteligibilidade discursiva para esses sujeitos no âmbito das políticas públicas, fato inexistente até então. Entretanto, à exceção desses dois documentos, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, a questão da diversidade e orientação sexual não passou a orientar outras políticas públicas, o que nos permite, concluir, que naquele momento, essa temática

não houvesse sido percebida como um problema e, conseqüentemente, como um item da sua agenda governamental.

Por outro lado, em 2002, é eleito presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e é em seu governo, de acordo com Cláudia Viana (2015), que a diversidade passa a ser reconhecida, a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa, ocasionando uma modificação no modelo institucional de algumas secretarias, inexistente nos governos anteriores.

De acordo com a autora, a participação desses atores no próprio governo soma-se às pressões advindas das Conferências Nacionais, locais de produção e negociação de agendas políticas que muitas vezes resultavam na criação de novas responsabilidades governamentais e de tentativas de “introdução de diretrizes respeitosas à diversidade sexual” no campo do currículo, da formação docente e das relações estabelecidas no ambiente escolar com o intuito de propiciar, a superação de preconceitos e discriminações já consolidados.

Viana (2015) enfatiza que, no caso das demandas do movimento LGBT no âmbito das políticas públicas de educação, elas foram precedidas por um longo processo de consolidação do movimento, iniciado em 1995, com a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) – o que mobilizou a presença de novos atores e a propagação de ações no âmbito legislativo e na luta por ampliação dos direitos e cujas interlocuções foram inicialmente voltadas para a área da saúde, do combate à AIDS, que, aos poucos, somaram-se ao combate à homofobia e às agendas feministas.

Em 2003, diante da pressão dos movimentos LGBT durante o XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBLGT), o governo federal através de um representante da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), apresentou como proposta a produção de cartilhas para orientar a sociedade acerca do público LGBT, sugestão rejeitada pelo movimento que exigiu a construção de políticas públicas que tratassem do tema (DANILIAUSKAS, 2011).

Apesar da rejeição da proposta do governo, é a partir daí que se estreitou a relação entre setores do governo e ativistas LGBT (VIANA, 2015). No âmbito do Ministério da Educação, em 2004, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que possuía como incumbência instituir uma agenda voltada para a inclusão da diversidade, ampliando a participação da sociedade civil, reunindo gestores dos sistemas de ensino, autoridades locais, representantes de movimentos e organizações sociais (VIANA, 2015).

Uma das ações da SECAD, dentre outras, foi o acompanhamento do programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (BSH), “cuja centralidade consistiu no combate à homofobia, à violência física, verbal e simbólica e na defesa das identidades de gênero e da cidadania homossexual” (VIANA, 2015, p.799), visando atender demandas históricas do movimento LGBT.

Durante a formulação do documento, a Secretaria de Direitos Humanos procurou dentro do governo quais os ministérios e secretarias estivessem abertos ao tema e que que pudessem ter relação com a diversidade sexual. Para a construção do documento, envolveu-se várias secretarias e ministérios, como por exemplo, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores. Ainda que seja fundamental pensar a especificidades das travestilidades, a articulação LGBT no Brasil tem sido muito importante para produção de discursos que coloquem as sexualidades numa inteligibilidade política, de lutas por direitos. Nesse sentido, a identidade é pode ser considerada estratégica, pois estabelece causas às lutas e mobilização as indignações necessárias para possíveis deslocamentos da heteronormatividade do censo comum, isto é, da opinião pública. Especialmente porque os adversários e/ou inimigos acessam constantemente a opinião pública para definir legitimidades excludentes na participação de LGBT, formas de dignidade humana restritas às sexualidades.

Em 2008, o grupo de pressão formado pelos ativistas LGBT passou

a somar forças com organismos internacionais como a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, que culminou na aprovação da Resolução Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Entretanto, outros atores se posicionaram contrários à ascensão da questão da diversidade sexual à agenda governamental, tais como a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e parte de grupos evangélicos organizados.

Apesar das tensões e conflitos, de acordo com Viana (2015), com ajuda de ONG's e universidades na sua elaboração, o documento Brasil sem Homofobia-BSH (BRASIL, 2004) evidenciou como objetivos centrais do programa, a mudança de mentalidades e comportamentos por meio da educação e, em especial, do comprometimento dos gestores públicos, colocando tanto o governo quanto os diversos movimentos da sociedade civil organizada como responsáveis por esse processo. Assim sendo, o item V do Programa de Ações, denominado “Direito à educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual”, foi dedicado às questões de educação. Quem se responsabilizou por implantar tais políticas de inclusão foi a SECAD³⁵, articulando diversidade sexual e relações de gênero no âmbito da educação escolar, com o intuito de garantir respeito, cidadania plena e de afastar a homofobia.

Para tanto, o programa identificou a necessidade da formação continuada docente na temática de gênero, sexualidade e homofobia. O MEC abriu editais para Formação de profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, voltado para seleção e apoio financeiro a projetos de formação docente continuada nessa temática.

Nessa esteira, foi formulado, também, o projeto piloto “Gênero e Diversidade na Escola”, que consistia na formação a distância de profissionais de educação nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O projeto foi resultante de uma articulação entre diversos ministérios do Governo Federal brasileiro (Secretaria

³⁵ A SECAD foi criada no ano de 2004. Em 2011, seu nome foi alterado para SECADI (a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão). Atualmente é um órgão bastante esvaziado de significação política

Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – Clam –, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/Uerj. (ROHDEN, 2009).

A despeito de suas fragilidades, é certo que o BSH foi um programa fundamental, já que até a realização da Conferência Nacional LGBT – e da formulação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – era o único documento governamental especificamente focado no combate à GTLBfobia³⁶. (FREITAS *et al*, s.d)

Nesse sentido, ao considerar a escola como o local onde as políticas educacionais são, de fato, desenvolvidas, faz-se importante entender se as escolas onde Leona trabalha realizam combate à transfobia e homofobia e se Leona trabalha a questão da sexualidade em sala de aula, conforme apresento, nos próximos subcapítulos.

4.1 Na escola se aprende que a diferença faz a diferença?

Atualmente, as escolas públicas brasileiras vivem o desafio de aceitar “os diferentes”, aquelas pessoas que sempre estiveram ausentes dos espaços escolares ou neles estiveram apenas por breves passagens, sendo logo excluídos, tais como os negros, alunos de camadas populares, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, pessoas com deficiências físicas, dentre outros. (SEFNER, 2009).

Nesse contexto, para esse autor, uma das tarefas mais fundamentais à escola, é constituírem-se como um local que efetivamente possa fazer diferença na vida desses/as estudantes provenientes de situações que acarretam não-acesso a ela e que apresentam demandas tão diversas.

³⁶ Atualmente, utiliza-se o termo LGBTfobia.

Para isso, as escolas públicas precisam organizar-se para conhecer o que são estas diferentes realidades desses/as alunos/as, como no caso de travestis e transexuais, antes ausentes do espaço escolar, ao mesmo tempo em que carece livrar-se da “sina” de ser um local de exclusão.

Livrar-se dessa sina, no entanto, não é uma tarefa fácil, uma vez que a escola brasileira, ao longo de sua história, estruturou-se, segundo Junqueira (2009a), a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças que reduzem a figura do “outro” e considerando-o como “estranho”, “inferior”, “peccador”, “doente”, ‘pervertido”, “criminoso” ou contagioso todas aquelas pessoas que não se sintonizassem com único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela relacionados que se baseiam no adulto, masculino, branco, heterossexual, física e mentalmente “normal”. “A determinação de valores e crenças e pensamentos sobre o que é certo/errado, negativo/positivo, virtude/pecado, no ambiente escolar na maioria das vezes é tomado como verdades absolutas e universais, sobre as quais não cabe discussão ou questionamento”. (SHIMURA, SANTOS, 2011, [s.p]).

Desde muito novos, os estudantes são confrontados com regras no ambiente escolar que exigem uma postura muito definida quanto à sexualidade, quase nunca favorável às manifestações da diversidade e extremamente repulsiva ao reconhecimento da legitimidade da pessoa trans. Ao colocar em xeque o discurso heteronormativo, elas são tomadas como minoria e colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. (LOURO, 1997).

Nesse sentido, nega-se às pessoas *trans*, um espaço escolar que lhes permita estudar e manifestarem-se como realmente são sem dissimulações ou farsas. São raras as pessoas trans que encontram na escola um espaço de acolhida e valorização. Pelo contrário, geralmente, são vítimas das práticas de *bullying* transfóbico e/ou de enquadramento heteronormativo. (RODRIGUES, ABREU, JACOBOSQUE, 2014, [s.p]). Isto produz dinâmicas afetivas bastante complexas na vida daqueles/as atingidos/as pelo preconceito.

A escola, então, configura-se como um local de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com participação da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Inegavelmente, os casos mais evidentes de preconceito e discriminação nos espaços escolares têm sido vividos por travestis e transexuais, comumente, enfrentando nesses locais obstáculos para se matricular, participarem de atividades pedagógicas, terem suas identidades minimamente respeitadas, fazerem uso das estruturas das escolas, como o banheiro, por exemplo, e conseguirem preservar sua integridade física. (JUNQUEIRA, 2009b). Como encontram muitas dificuldades para manterem-se nesses espaços, em função do preconceito, discriminação e violência que as atingem, acabam por abandonar seus estudos.

A escola apresenta muita dificuldade no trato daquilo que se define como orientação sexual e da identidade de gênero, mostrando-se perdida e insegura diante das cenas que “fogem de seus manuais”, ratificando os modelos sociais de exclusão por meios de ações de violência (discriminação e expulsão) ou silenciando-se diante das denúncias de discriminação. (PERES, 2009).

Apesar da escola se configurar, então, como um território hostil para as pessoas transexuais, no entanto, ela pode ser um território onde as diferenças podem ser entendidas, desde que ela realize ações de combate a homofobia, transfobia, entre outros dispositivos da heteronormatividade, em seus espaços.

Nesse sentido, um dos objetivos desta dissertação foi identificar se nas escolas onde Leona trabalha, há um trabalho efetivo de combate à transfobia e seus correlatos, e em caso afirmativo, como essas ações eram desenvolvidas. No entanto, nenhuma das escolas realiza nenhuma ação específica de combate aos dispositivos heteronormativos em seus

espaços, apesar de ter em seu quadro de funcionários, professores homossexuais e uma professora transexual.

Porque aqui nós temos vários tipos de religião, eu tenho vários profissionais aqui que são homossexuais, e todos eles eu trato da mesma forma. **Todos eles** [são] excelentes profissionais! Então assim, não tem como destratar! São pessoas que eu trato, que eu preocupo, de não estarem comigo no próximo ano. Porque eu posso contar! Porque eu só de olhar, eles sabem o que eu quero. A gente tem uma comunicação, assim, incrível! Eu tenho outras pessoas aqui que você deve ter conhecido, percebido que são [homossexuais]. (ENTREVISTA COM A DIRETORA DA ESCOLA)

No entanto, tanto a Secretaria de Educação de Congonhas quanto a escola B. negam existir homofobia ou transfobia em seus espaços. A *negação literal* é uma das estratégias discursivas apontadas por Rogério Diniz Junqueira, em seu artigo “Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal” (2009), para que não sejam adotadas, no âmbito escolar, medidas antidiscriminatórias em favor de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais”. O autor cita, como exemplo, dessa negação literal discurso como: “A homofobia não é um problema” que se aproxima dos discursos preconizados pela Secretaria de Educação de Congonhas e pela diretora da escola estadual, quando ela nega ter havido na escola, problemas relacionados à homofobia/transfobia.

Por outro lado, a Diretora destacou que conversou com pais, alunos e funcionários da escola sobre a vinda de Leona para o local. Talvez essa seja a única ação que possamos identificar como uma forma de lidar com a homofobia/transfobia, mas tratou-se de um evento único, isolado, sem que fosse dada nenhuma continuidade durante o ano escolar.

Quando eu fiquei sabendo que ela estava vindo, *pra* que ela não ficasse assim, constrangida, eu conversei com os pro-

fissionais. Pedi a eles que não fizessem perguntas que poderiam deixá-la em situação difícil, e nem eles ficassem em situação difícil. E falei das diferenças, das opções de cada um, que cada um tinha liberdade de escolher. Foi uma reunião com os profissionais e os alunos juntos. Que cada um tinha sua opção, tinha sua liberdade de escolha e que nós estávamos abertos para receber todo o tipo de... Todas as pessoas que viessem. E aí, a gente conversou muito. Conversei com os alunos, não falei quem estava vindo, falei das diferenças, que a sociedade *tá* aí e tem que aceitar, e que eu não eu não queria que tivesse constrangimento aqui na escola, que a escola estava aberta para aceitar todos que viesse até ela. (DIRETORA DA ESCOLA, entrevista concedida durante a observação participante)

É interessante observar que a diretora da escola não comenta sobre a reação das pessoas com relação à reunião que fez com elas. Por outro lado, durante nossa conversa, houve um momento em que ela afirma não ter aberto espaço para questionamentos dos pais dos alunos acerca da vinda de Leona. Diante disso, pode-se presumir que a reunião com os profissionais da escola e com os alunos teve um caráter mais prescritivo, não abrindo espaço para discussão do assunto, assim como a postura adotada pela direção em relação aos pais.

Outra estratégia discursiva apontada por Junqueira (2009b, p.388) é a negação interpretativa, por meio da qual “mais que refutar diretamente o fenômeno, procura-se atribuir a ele um significado ou contorno diverso”. Um exemplo citado pelo autor como tipo dessa negação é que a homossexualidade seria algo de foro íntimo, da vida privada do sujeito, e que ela para ser tolerada, não deveria adquirir visibilidade pública.

Esse exemplo dialoga perfeitamente com a postura da Secretaria Municipal de Congonhas que “preocupava-se” com o fato de que fazer uma pesquisa sobre Leona na creche poderia dar a ela uma visibilidade desnecessária, uma vez que ninguém na secretaria, tampouco na creche, tinha preconceito contra a identidade de gênero de Leona.

A existência de homofobia e transfobia é negada nesses espaços como justificativa para que não se realize nenhuma ação ou se discuta o

assunto, mesmo que minimamente, dentre seus muros. Ainda que essas escolas não considerem a não adoção do nome social de Leona como transfobia, em meu entendimento, trata-se de um claro desrespeito à sua identidade de gênero. Esse fato, por si só, já justificaria a existência de ações de combate ao preconceito transfóbico e de respeito às diferenças.

Na questão gerativa que propus para que Leona narrasse sua história de vida, lhe questionei se ela considerava importante trabalhar gênero na educação infantil. Leona respondeu que acha difícil trabalhar gênero, pois considera que são questões complicadas para serem trabalhadas dentro de sala. No entanto, apesar de ser um desafio, considera ter se saído bem quando a temática teve que ser trabalhada. Além disso, destaca que apesar de muito questionadores, nenhum de seus alunos apresentava indagações relacionadas a sua identidade de gênero.

Na verdade, eles nunca perguntaram, vamos dizer assim [risos]. Eu sou bem brava! [muitos risos] Aí, eles ficam meio retraídos. Mas, assim, nunca me perguntaram exatamente “você é homem, você é mulher, o que você é?”. Porque são crianças, geralmente, são crianças e... [por isso] não tive tantos problemas com isso. Não que eu me lembre. Deixa-me pensar... [pausa]. Eu peguei o quinto ano uma vez e que foi um desafio *pra* mim! Porque entrava nessa matéria, na disciplina de ciências, tinha essa matéria de sexualidade. E aí, nós criamos um vínculo que... [vínculo forte]. Quando eu me lembro de uma turma, eu me lembro desse quinto ano que *pra* mim foi um desafio e assim, eles eram muito questionadores, mas até que não tocavam muito nesse assunto, não. Eu sentia assim que eles tinham um pouco de vergonha, mas por fim, viraram amigos.

E quando eu trabalhei sexualidade com eles e como eles já era mais *pro* meio do ano, de agosto para dezembro, então já tinha, eles já tinham muita afinidade comigo, né? Então, assim, foi **tranquilo!** E, eu sempre assim, conversava com eles abertamente, mesmo. Tinha essas perguntas de homossexualidade, de trans nem tanto, porque muitos desconhecem, mas nunca direcionada a mim. Como se fosse assim, porque o professor é referência, então eles não... Entendeu. Assim, eles não tinham referência a mim, mas

sim ao mundo deles. Eu era ali um. Não vou dizer assim nem tanto, mas a referência que *estava* ali para orientar... Porque pra mim, eu acho que pra eles, a sexualidade nem importava tanto. (entrevista narrativa)

Na narrativa de Leona emerge também a dificuldade que ela tem de explicar aos alunos mais novos que ela é uma mulher trans e ela opta, então, por não discutir abertamente o assunto.

Esse ano teve quando eu estava na sala de aula... Porque eles me chamam de tia... né... Porque é tia. Tia Albert. É tia não sei o quê... e tá.. Tia. E aí, e eu nunca me importei não. Aí o João³⁷, um aluno que eu tinha no [distrito de Conselheiro Lafaiete onde Leona trabalha]. Daí são dois "João"... Aí um chegou pra mim e falou assim: "Tia, fala mal o outro João porque ele falou que você não é mulher!" [muitos risos] Porque o irmão dele [gargalhadas] havia dito que eu não era mulher. Aí eu respondi assim: "É?! É mesmo?"... porque assim, na hora a gente fica tensa; "o quê que eu vou fazer?"; "o que eu vou responder?" e o [outro] João ficou caladinho, não falou nada não, ficou olhando pra mim! Aí, eu falei assim: "Eu não vou falar mal o João não porque o que ele acha é isso mesmo, não tem problema não". Aí ele ficou [o João denunciante]. Acho que ele nem soube... Porque era um questionamento que ia muito além do entendimento de uma criança de oito anos. (entrevista narrativa)

Apesar da presença de Leona, enquanto professora trans, tenha provocado questionamentos acerca de sua sexualidade, não há um debate mais explícito sobre o tema. Quando ela é confrontada sobre "não ser uma mulher", Leona prefere não se aprofundar sobre o assunto, alegando que os alunos não teriam idade para compreender os deslocamentos de gênero que seu corpo apresenta. Sua postura, nesse contexto, aproxima-se do argumento da professora Megg Nayara, entrevistada por Dayana Brunetto dos Santos (2017), de que para se falar sobre questões de gênero existiria uma idade ideal. Além disso, de forma idêntica a algumas professoras entrevistadas por Santos (2017), Leona também considera ser difícil trabalhar essas questões na escola.

³⁷ A fim de preservar a identidade do sujeito, optei pela utilização de um pseudônimo.

No entanto, apesar de Leona não trabalhar explicitamente questões de gênero com seus alunos, essas questões acabam sendo trabalhadas, de forma implícita com eles. Um exemplo disso, é quando Leona é questionada por seus alunos se o rapaz que iria buscá-la na escola era seu namorado. Ao responder afirmativamente à questão, Leona apresenta aos alunos a possibilidade de outros arranjos familiares, ainda que não discuta o assunto com eles. Além disso, o corpo de Leona é um “livro” que fala por si só. Quando o irmão do aluno fala que Leona não é mulher e o aluno replica a fala no espaço escolar, denota que a sexualidade de Leona é um assunto que extrapola os muros da escola e é discutido no âmbito das casas dos discentes. Entretanto, não nos é possível identificar aqui, como essa discussão é feita, tampouco quais são as abordagens que as famílias dos alunos fazem acerca da sexualidade de Leona.

Por outro lado, apesar de Leona lidar diretamente com alunos mais novos, a escola estadual onde ela trabalha possui turmas que vão desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio. Talvez para os alunos maiores e que possuam uma idade capaz de compreender com maior clareza a identidade de gênero de Leona, a construtividade corporal de Leona e sua presença na escola, possam se constituir como uma referência para as possibilidades das sexualidades, contribuindo para a diminuição do preconceito contra pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Leona é marcada por grande dose de coragem e resistência, que a fez, apesar de todas as adversidades, todo preconceito e discriminação que vivenciou romper com o círculo vicioso ao qual grande maioria das transexuais está vinculado, passando a reivindicar a escola como seu local de pertencimento. Ainda que a história de Leona, traga similaridades com as trajetórias de outras professoras trans, não foi a intenção desta pesquisa apresentar a experiência docente de Leona como uma trajetória padronizada para outras docentes *trans* ou afirmar que todas as professoras *trans* estão submetidas à transfobia nos círculos sociais, familiares e profissionais. Cabe ressaltar que cada experiência transexual é única e, embora traga similaridades com histórias de outras professoras transexuais, possuem especificidades que tornam a narrativa singular.

A narrativa de Leona, por exemplo, permite evidenciar que a experiência transexual é múltipla e coloca em xeque o discurso médico baseado em uma experiência transexual universal. Suas experiências e sua performatividade denotam que as experiências transexuais são muito mais complexas.

Ao se reconhecer como mulher trans, Leona busca certo distanciamento da travestilidade, ainda marcada pela negatividade, pelo senso comum de que travesti é sinônimo de prostituta. Não cabe aqui nenhum julgamento do pensamento de Leona acerca das travestilidades, uma vez que existem diferenças nos modos como cada sujeito, inclusive as trans, assimilam o significado e o entendimento de cada uma dessas identidades que são marcadas pelas suas próprias experiências.

O momento em que Leona abraça sua identidade de gênero não pode ser desassociado da rejeição paterna, da transfobia que vivenciou no seio familiar e que lhe marcou de forma tão profunda. Essa gênese da Leona trans se dá no momento em que nasce a professora Leona e é, também nesse momento, que ela necessita enfrentar a transfobia nos

espaços escolares e em setores relacionados à área educacional. Para resistir à transfobia nas esferas familiar e laboral, bem como manter-se na profissão docente, foi fundamental o papel exercido pela sua rede de apoio social. Nessa rede, talvez a figura de sua mãe tenha sido a mais proeminente.

Pode-se dizer que a vida de Leona ainda continua marcada por muitas situações de preconceito e discriminação. *Exempli gratia*, apesar de já atuar na educação há um bom tempo, ela não conseguiu que seu nome social fosse adotado nos espaços escolares, tampouco ter sua identidade de gênero respeitada. Ainda é comum nesses espaços, Leona ser tratada como pertencente ao gênero masculino e pelo seu nome civil. Apesar disso, ela faz da escola seu local de pertencimento, ainda que esse seja um espaço marcado pela heteronormatividade e que as situações de transfobia ainda possa ocorrer em seus intramuros.

Nesse sentido, a história de Leona é um exemplo de coragem e resistência à heteronormatividade, e de que é possível que pessoas *trans* ocupem outros lugares. Todavia, a narrativa de Leona demonstra que ocupar esse lugar não é uma tarefa fácil, que é preciso uma dose enorme de coragem para enfrentar as heteronormas que regem a sociedade atual e que sobretudo exercem grande poder na esfera educacional.

Talvez o ingresso de Leona na docência só tenha sido possível, uma vez que sua construção corporal só se iniciou após ela ter finalizado seus estudos e se formado em pedagogia. Ainda que a trajetória escolar de Leona tenha sido marcada por preconceito e discriminação, não se sabe se ela teria conseguido permanecer nos espaços escolares se ela tivesse assumido sua identidade de gênero nesse período, pois diversas pesquisas demonstraram que a escola é um território hostil para estudantes *trans* e que muitas vezes elas não conseguem permanecer e dar continuidade aos seus estudos.

Não obstante, o ingresso de Leona como professora só foi possível na esfera pública, por meio de concurso de provas e títulos, assim como a grande maioria das professoras transexuais. Provavelmente, seu ingresso na docência não seria possível na rede particular de ensino,

pelo menos em Congonhas, onde a maioria das escolas particulares de Educação Infantil possui vínculo com setores religiosos da igreja católica ou de grupos evangélicos neopentecostais, que sabidamente, tem se posicionado contra as demandas LGBT. Igualmente, sua permanência enquanto docente se deve à estabilidade que o cargo público oferece, bem como à realização de um trabalho exemplar que não deixe margens para contestações e para utilização de subterfúgios para que ela seja reprovada em estágios probatórios, tampouco para abertura de processos administrativos contra ela.

A maior marca de seu trabalho, contudo, em meu ponto de vista, surge nas dinâmicas das relações com seus alunos e ex-alunos. A experiência de verificar *in loco* como era essa relação foi, sem dúvida, uma das mais gratificantes em toda a pesquisa. Ver o carinho que os alunos possuem para com Leona, foi, para mim, uma das sensações mais indescritíveis durante todo o processo.

Indubitavelmente, separar a emoção do processo de investigação foi uma das tarefas mais difíceis durante toda a pesquisa. Isso se revelou uma tarefa árdua em diferentes momentos. Como eu poderia não me indignar quando Leona relata que uma diretora lhe destinou a despensa como local para que ela lecionasse? Como eu poderia sentir-me indiferente quando Leona relata o episódio em que um homem tenta invadir seu apartamento para agredi-la? Como eu poderia não ser tocado pelo episódio em que Leona relata o abandono familiar que a levou a atentar contra sua própria vida? Entretanto, enquanto pesquisador, eu tive que saber transitar entre a tênue divisa da pesquisa e das minhas emoções. Saber ouvir sem deixar que essas emoções pudessem comprometer e interromper o fluxo da narrativa de Leona.

Adentrar o território das transidentidades por meio da ótica de Leona e pelo que já havia sido produzido na academia foi para mim, também, um momento de aprendizado e de reconhecer que eu também devia despir-me de preconceitos. Foi impossível sair dessa trajetória sem sentir-me transformado, sem “tomar as dores” das pessoas transexuais, sem, de certa forma, comprar seu discurso, de indignar-me com a

transfobia nossa de cada dia. Na medida em que eu constatava como a transfobia, nas suas mais diversas nuances, afeta o cotidiano das pessoas trans, em especial Leona, mais eu percebia como se tornava relevante a discussão que essa dissertação se propunha a fazer.

Assim como a relevância, a temática da transexualidade reafirmou-se bem atual, durante a pesquisa e escrita dessa dissertação. As identidades de gênero começaram a ter maior evidência também na grande mídia, como a televisão e a internet e, posteriormente, esse debate começou a emergir nas rodas de conversa das pessoas. Um exemplo disso, apesar das críticas de movimentos organizados de travestis e transexuais, foi a personagem Ivana, da novela “A Força do Querer”, escrita por Glória Peres e transmitida pela Rede Globo de Televisão, em 2017. Essa personagem nasceu com o gênero feminino e ao longo da trama, reconheceu-se como um homem transexual. A novela abordou sua transformação, buscando estabelecer as diferenças entre gênero, identidade de gênero e orientação sexual e essas discussões começaram também a se incorporar no dia-a-dia das pessoas. A personagem teve uma boa aceitação por parte do público, em geral, o que demonstra que o conhecimento é um dos pontos-chave para o combate à transfobia.

Nessa perspectiva, a relação de Leona com os pais de seus alunos e com seus colegas de trabalho – embora não haja uma univocidade das dinâmicas que perpassam essas relações – demonstra, também, que a convivência com pessoas *trans* pode iniciar um processo de desmistificação das sexualidades e de reconhecimento de que essas pessoas existem e podem ocupar outros lugares na sociedade. Essa convivência pode significar o início de um processo de combate à ideia hegemônica de que a prostituição é o único local de pertencimento, para as pessoas *trans*.

Contudo, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Assim, como outras professoras transexuais, Leona ainda tem que lutar pelo reconhecimento de sua identidade de gênero, do respeito ao seu nome social enquanto a mudança de seu nome civil ainda não se concretiza. Leona, ainda, tem que conviver com a constante vigilância de sua conduta, apesar de ter demonstrado ser uma excelente profissio-

nal. Ainda tem que conviver com a curiosidade e o estranhamento que sua construtividade corporal instaura. Ainda tem que conviver com as cenas de transfobia que parecem estar à espreita, em qualquer esquina, como àquelas que vivenciou quando foi agraciada com o título de “Professor Destaque” no município de Congonhas.

Estabelecer os pontos mais importantes para que se contasse a história de Leona configurou-se como uma tarefa laboriosa, pois além de ter uma dificuldade em elencar o que seria relevante ser contado, a narrativa de Leona não possuía uma linearidade, uma ordem cronológica previamente estabelecida, característica comum dos relatos orais. Entretanto, antes mesmo de analisar seu relato, busquei-me orientar pelas narrativas de outras professoras transexuais, para investigar quais eram os pontos comuns que emergiam de suas narrativas, ainda que suas trajetórias fossem distintas. A partir daí, a narrativa de Leona foi analisada tendo como base esses marcadores. Obviamente, posso ter incorrido em erros ao analisar a trajetória de Leona, ou ter deixado passar pontos importantes de sua narrativa. Contudo, isso não desmerece sua trajetória de coragem e resistência. Certamente, a vida de Leona é uma história de superação, de “dar uma rasteira na vida, depois de receber tantas rasteiras”, como ela mesmo diz.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de; ANDRADE, Thamyres Ramos de. **A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola.** Disponível em < <http://migre.me/rK0cV>>. Acesso em 04 out 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** Pioneira, 2000.

AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira & TONELI, Maria Juracy Filgueiras (2014). **‘Do travestimos às travestilidades’: Uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010.** *Psicologia e Sociedade*, 26(2), 301-311. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000200007>

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa.** 2012. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>> Acesso em 10 maio 2017.

ARAÚJO, Tathiane Aquino. **Da Exclusão Social.** In: NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfin; CABRAL, Euclides Afonso; AQUINO, Tathiane Araújo (Org.). **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans.** Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017. p. 27-46. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

ASHTON, Susannah L., “Transgender Teachers as Role Models for a Tolerant Society: The Impact of Societal Views and Their Influence on Employment Anti-Discrimination Laws” (2009). Louis Jackson National

Student Writing Competition. 18. Disponível em <http://scholarship.kentlaw.iit.edu/louis_jackson/18> Acesso em 02 maio de 2017.

BARBOSA, Bruno Cesar. Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 8. Florianópolis, 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST18/Bruno_Cesar_Barbosa_18.pdf>. Acesso em 08 dez 2017.

BARROS, Suelem Duarte; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila. Narrativas sobre gênero e diversidade sexual no ensino e na formação de professoras e professores. **PerCursos**, v. 15, n. 29, p. 169-201, 2014.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Editora Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

_____, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BESSA FERNANDES, Fernando Manuel; RASGA MOREIRA, Marcelo. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, 2013.

BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Educação: Porto Alegre, 2009.

BOMFIM, Urbano Félix Pugliese do. **O direito como instrumento protetor dos vulnerados na seara das sexualidades**. 2015. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17762>>. Acesso em 06 maio 2017

BORBA, André et al. **Universidade no Ar: as vozes silenciadas das mulheres trans**. 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/expocom/EX53-0604-1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, Dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200441&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil**. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 04 out 2015.

_____. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília, 2016. 79 p. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13, 2012. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>>. Acesso em 19 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000200017>.

_____, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade**. *Interam. j. psychol.*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 69-79, abr. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 04 maio 2017.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A tensão entre a modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão do feminismo**. 2009. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03022010-122141/publico/INGRID_CYFER_CHAMBOULEYRON.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 207, 2007. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/arquivos/textoGenero.pdf>> Acesso em 08 dez 2017.

CORRÊA, S. O. E MUNTARBHORN, V. (orgs.). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12 set. 2007.

COSTA, Mariana Fernandes; SOARES, Jorge Coelho. Livre como uma borboleta: simbologia e cuidado paliativo. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 631-641, Set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232015000300631&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Abr. 2017.

CRUZ, Tania Mara; DOS SANTOS, Tiago Zeferino. **Experiências escolares de estudantes trans**. Reflexão e Ação, v. 24, n. 1, p. 115-137, 2016.

CUNHA, Maria Amália Almeida; NUNES, Célia Maria Fernandes. As biografias educativas como fonte de pesquisa e estudo no campo da formação docente: notas iniciais para uma discussão teórico/metodológica. **Revista Thema**, v. 14, n. 2, p. 9-13, 2017.

DA SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges; BEZERRA, Waldez Cavalcante; DE QUEIROZ, Sandra Bomfim. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015.

DAIRELL DAVI, Edmar Henrique; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Profesoras travestis: trayectorias y experiencias. **Revista Intercontinental de Psicología y Educación**, v. 14, n. 2, 2012.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.48.2011.tde-06072011-095913. Acesso em: 19 mar 2017.

DE BRITO JÚNIOR, Álvaro Francisco; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2012. Disponível em <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>> Acesso em 10 mar 2016.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 1994.

DE SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transsexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

DIAS, Alfrancio Ferreira; DE CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; DE OLIVEIRA, Danilo Araujo. NOTAS SOBRE O PROCESSO DE INCLU-

SÃO/EXCLUSÃO DE UMA PROFESSORA TRANSEXUAL. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 2016.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, Aug. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009>.

DINIZ, Margareth *et al.* A formação e a condição docente num contexto de complexidade e diversidade. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, v. 3, n. 04, 2011. Disponível em: <<http://formacao-docente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/9/26/3>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa quantitativa e qualitativa**. Acesso em 25 abr. 2017. Disponível em <<https://goo.gl/5LT0oo>>.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa-3**. Artmed Editora, 2008.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-graduação em Educação: Uberlândia, 2009.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida, **Universo Trans e educação: construindo uma área de conhecimento**. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3602.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

_____. **Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 335-352, maio/ago. 2015.

FREITAS, Fátima et al. **Educação e Políticas Públicas para a População LGBT: diálogos possíveis?** [s.d]. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/Texto_7_-_Educa___o_-_vers__o_final.pdf.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda.** 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.47.2007.tde-04032010-115652. Acesso em: 2017-12-05.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRIEP, Rosane Harter. **Confiabilidade e validade de instrumentos de medida de rede social e de apoio social utilizados no estudo pró-saúde.** 2003. 128 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4487>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

GUARANHA, Camila. **Travestis e transexuais: a questão da busca pelo acesso à saúde.** Disponível em < <http://migre.me/rK0fy> >. Acesso em 07 out. 2015.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 11, n. 24, p. 125-153, Dec. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000200007>.

IRWIN, Jude. Discrimination against gay men, lesbians, and transgender people working in education. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, v. 14, n. 2, p. 65-77, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos**. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **29 De Janeiro – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais**. 2012. Disponível em: <http://www.proealc.uerj.br/boletimdireitoshumanos/boletim10/PDF/Artigo-DIA_NACIONAL_DA_VISIBILIDADE_TRANS.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

JOCA, Alexandre Martins. Políticas Públicas Educacionais para a Diversidade Sexual: perspectivas e efetivação em tempos de inclusão. In: *Jornada Nacional de Políticas Públicas*, 04., 2008, São Luís. *Anais... .* São Luís, MA: Ufma, 2008. p. 01 - 09. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/politicas-publicas-educacionais-para-a-diversidade-sexual-perspectivas-e-efetivacao-em-tempos-.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência, Araxá*, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!: estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 123-139, 2010. Disponível em <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1890_892_junqueira171-722-3-PB.pdf> Acesso em 30 nov. 2017.

_____. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC, Rio de Janeiro*, n. 10, p. 64-83, 2012.

_____. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Revista Espaço do Currículo*, v. 2, n. 2, 2010.

_____. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande: UFMS, 2009c, pp. 111-142.

_____. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009b. p. 367-444

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009a. p. 13-51.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans) formados e produção da feminilidade. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, Dec. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n3/1806-9584-ref-24-03-00761.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados**, v. 7, 2008.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Rio de Janeiro: UERJ**, p. 4-18, 2001.

MCCARTHY, Linda. Wearing my identity: A transgender teacher in the classroom. **Equity & Excellence in Education**, v. 36, n. 2, p. 170-183, 2003.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Animais interiores: os voadores**. São Paulo, 2003.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2012.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca. **Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2016.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca; PADILHA, Maria Itayra. **Transformação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade**. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2015.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrini. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, v. 15, 2013.

NETO, Henrique Luiz Caproni; DE ALMEIDA BICALHO, Renata. Violências Interpessoais E Simbólicas na Trajetória de uma Professora Intersexual. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n. 3, p. 656-669, 2013.

NEVES, Sinara Mota; ALENCAR, Maristela Lage; FONSECA, Andréia Serra Azul da. **Gênero e sexualidade: o papel do professor na definição dos papéis sociais**. Disponível em <<http://migre.me/rK0fZ>>. Acesso em 06 out 2015.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfin; CABRAL, Euclides Afonso; AQUINO, Tathiane Araújo (Org.). **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017. p. 22-26. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

OLIVEIRA, Vitor Eduardo Tavares de. **Lady Dayana: educação e visibilidade Trans**. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/27/lady-dayana-educacao-e-visibilidade-trans/>>. Acesso em: 04 fev. 2017

PASSOS, Lucas. **O sujeito e o gênero socialmente construído: existe um “eu/nós” antes, um “eu/nós” depois, um “eu/nós” que constrói?** 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/02/18/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PASSOS, Maria Clara Araújo. **Eu não ajudo trabalhos acadêmicos de pessoas cis sobre pessoas trans**. Pernambuco, 16 out 2015. Facebook: Página de Maria Clara Araújo Passos. Disponível em <<https://www.facebook.com/mariaclaraaraujodospassos/posts/1639342489652109>> Acesso em 21 jun. 2017.

PELUCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 522-534, Sept. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Dez 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>.

PERES, William Siqueira. Cenas de Exclusão Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 235-264.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. **Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder**. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 22, dez. 2011. Disponível em <<http://migre.me/rK0gJ>>. Acesso em 07 out. 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURINI, Gustavo; BONAKY, Vilma (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-72.

PROCHNO, Caio César Souza Camargo; ROCHA, Rita Martins Godoy. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 254-261, Ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi>

d=S0102-71822011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200006>.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 2013. Disponível em: < <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/59297>>. Acesso em: 02 mai. 2017

REDE TRANS BRASIL. **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Disponível em <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf> Acesso em 10 mai 2015.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2013. 147 f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROCHA, K. A. Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação. In: **Trabalho apresentado no X Congresso Nacional de Educação-Educere**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf> Acesso em: 01 nov. 2016.

RODRIGUES, J. R. ; JACOBOSQUE, R. M. P. S. ; ABREU, L. N. . O trabalho de travestis e seus im-pertinentes desafios às estudantes de Pedagogia: uma aproximação a partir do documentário ?Retratos?. In: **III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos, 2014**, Vitória. ANAIS DO III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS, 2014.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 157-174, 2009.

SANCHES, Júlio César. **Corpos performativos: Os entre-lugares e as zonas Queers em Lady Gaga.** *Revista Redescrições*, p. 6, 2010. Disponível em <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E11_Corpos_Performativos.pdf>. Acesso em 08 dez 2017.

SANTANA, Ana Larissa Alencar. **A VIVÊNCIA DOS TRAVESTIS EM ESCOLAS E NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise bibliográfica do período 2011-2015.** *Revista Científica FAGOC-Multidisciplinar*, v. 1, n. 1, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Docências Trans*: entre a decência e a abjeção.** 2017. 447 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/d2017/D2017_Dayana Brunetto Carlin dos Santos.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/d2017/D2017_Dayana%20Brunetto%20Carlin%20dos%20Santos.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SANTOS, Paulo Reis dos. **Desejos, conflitos e preconceitos na invenção de si: história de uma travesti no mundo da prostituição.** Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4936/4125>>. Acesso em 07 out. 2015.

SANTOS, Rodrigo Márcio Santana; SANTOS, Ailton da Silva. **Travestis e as dificuldades no cotidiano escolar.** Disponível em <<http://migre.me/rK0hn>>. Acesso em 07 out. 2015.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar.**

SEFFNER, Fernando. **Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar.** In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre a**

homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 141-158.

_____. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 39-50.

SEFFNER, Fernando; REIDEL, Marina. Professoras Travestis e Transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445-464, 2015.

SENADO FEDERAL. **Orientação Sexual e relações de Gênero.** Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20091021_Semin%C3%A1rio_1_Painel_SECAD-MEC_Rosil%C3%A9aMaria_2.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2017

SENKEVICKS, Adriano. **Descolonizando o gênero com Raewyn Connell.** 2013. Disponível em: <[http://docs12.minhateca.com.br/891911196,BR,0,0,BUTLER,-Judith.-Descolonizando-o-Gênero\(1\).pdf](http://docs12.minhateca.com.br/891911196,BR,0,0,BUTLER,-Judith.-Descolonizando-o-Gênero(1).pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SHIMURA, Joyce Mayumi; SANTOS, Patrícia Lessa dos. Travestis e educação: a escola é para todos (as)?: **Jornal Folha de São Paulo**, v. 4, p. 01, 2011.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 dez. 2017

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *Geo UERJ*, v. 1, n. 18, p. 01-17, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: Gerhardt, TE, Silveira, DT **Métodos de pesquisa**. SEAD/UFRGS.–Porto Alegre: Editora da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>, 2009.

SIMPSON, Keyla. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 109-118.

SOARES, Milene et al. O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paidéia*, v. 21, n. 48, 2011.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 8, n. 11, 2014.

SZWAK, José Eduardo. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 30, p. 267-271, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000200017>.

TORRES, Marco Antônio. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figuras sociais contemporâneas**. 2012. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figuras sociais contemporâneas. *Revista Cronos*,

[S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2012. ISSN 1982-5560. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2153>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

_____. Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência Rede Trans Educ Brasil. **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23_2816_texto.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

TRAD, Leny Alves Bomfim. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 627-633, Mar. 2012. Disponível em <<https://goo.gl/OTEFly>>. Acesso em 27 Abr. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 232, de 04 de dezembro de 2012. Aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. **Resolução nº 232/2012-CONSEPE**. Natal, RN, 04 dez. 2012. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012158201275213113306f140fcad596/res2322012-aprova_a_utilizao_do_nome_social_na_UFRN.docx>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. **Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho**. Disponível em <<http://migre.me/rK0ib>>. Acesso em 07 out. 2015.

VENCATO, Anna Paula. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. Disponível em <<http://migre.me/rK0iM>>. Acesso em 05 out 2015.

VIANA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.* [online]. 2015, vol.41, n.3, pp.791-806. Epub Apr. 03, 2015. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>.

_____. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-posições*, [s.l.], v. 23, n. 2, p.127-143, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072012000200009>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009>. Acesso em: 17 mar. 2017.

WYLLYS, Jean. *As pessoas trans não são invisíveis. Mas você as vê?* 2014. Disponível em: <<http://jeanwyllys.ig.com.br/index.php/2014/01/29/as-pessoas-trans-nao-sao-invisiveis-mas-voce-as-ve/>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. *A (in)visibilidade trans*. 2013. Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/a-invisibilidade-trans>>. Acesso em: 06 dez 2017.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, Dec. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2016.

_____. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 97-108.

SOBRE O AUTOR

Rubens Gonzaga Modesto é Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto, Especialista em Recursos Humanos e Meio Ambiente pela Universidade Cândido Mendes e tornou-se Mestre em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Tem experiência em Administração com ênfase em Administração Pública e em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade de gênero, orientação sexual e gênero. Atualmente é Assistente em Administração da UFOP, tendo lecionado disciplina em Cursos Técnicos no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e em escolas técnicas particulares.

"Este livro foi desenvolvido com as fontes *Berkeley Oldstyle*
e *Pill Gothic*, conforme Projeto Gráfico aprovado pela
Diretoria da Editora UFOP"

